



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**  
**Programa De Pós-Graduação Em História**

**Mahara Jneesh Menezes Silva**

**MULHERES EM MARCHA E EM DIÁLOGO:**

a construção teórica da Marcha Mundial das Mulheres nas publicações da  
*Sempreviva* Organização Feminista no Brasil frente à pandemia de Covid-

19.

**São João del-Rei**

**2022**

Mahara Jneesh Menezes Silva

MULHERES EM MARCHA E EM DIÁLOGO:  
a construção teórica da Marcha Mundial das Mulheres e da *Sempreviva* Organização  
Feminista no Brasil frente à pandemia de covid-19.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História  
Área de concentração: Poder e Relações Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Mattos

São João del-Rei

2022

S586m

Silva, Mahara Jneesh Menezes .

Mulheres em Marcha e em Diálogo: a construção teórica da Marcha Mundial das Mulheres nas publicações da Sempreviva Organização Feminista no Brasil frente à pandemia de Covid-19 / Mahara Jneesh Menezes Silva ; orientadora Patrícia Mattos. -- São João del-Rei, 2022.

147 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Marcha Mundial das Mulheres. 2. Feminismo. 3. Economia Feminista. 4. Pandemia de covid-19. 5. Sustentabilidade da vida. I. Mattos, Patrícia, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OUTROS Nº 487 / 2022 - PGHIS (13.19)**

**Nº do Protocolo: 23122.009948/2022-63**

**São João del-Rei-MG, 18 de março de 2022.**

Este exemplar da dissertação intitulada "MULHERES EM MARCHA E EM DIÁLOGO: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NAS PUBLICAÇÕES DA *SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA* NO BRASIL FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19" de MAHARA JNEESH MENEZES SILVA, corresponde à redação final aprovada pela banca examinadora em 25 de fevereiro de 2022, composta pelos professores doutores:

Patrícia Castro Mattos  
Universidade Federal de São João del-Rei  
Orientadora

Ângela Maria Randolpho Paiva  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Examinadora externa

Maria Clara Oliveira Santos  
Universidade Federal de São João del-Rei  
Examinadora externa

Euclides de Freitas Couto  
Universidade Federal de São João-del Rei  
Examinador interno

**(Assinado digitalmente em 18/03/2022 10:38 )**

ALFREDO NAVA SANCHEZ  
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR  
PGHIS (13.19)  
Matrícula: 1061311

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **487**, ano:  
**2022**, tipo: **OUTROS**, data de emissão: **18/03/2022** e o código de verificação: **9ecf74dcd0**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço e dedico este trabalho a todas e todos que sonham, acreditam e constroem um mundo em que a vida é valorizada.

Agradeço às pessoas que chamo de amigas, sem elas eu não teria chegado até aqui.

Agradeço à minha orientadora que, com sua competência, seriedade e paciência, soube propor caminhos para esta pesquisa. Em um momento em que a ciência e as universidades estão sendo atacadas por forças reacionárias, foi muito importante contar com sua orientação na construção do presente trabalho.

*“Me levanto  
Sobre o sacrifício  
de um milhão de mulheres que vieram antes  
e penso  
o que é que eu faço  
para tornar essa montanha mais alta  
para que as mulheres que vierem depois de mim  
possam ver além “*  
*(Rupi Kaur)*

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta as análises teóricas e práticas elaboradas pela Marcha Mundial das Mulheres em diálogo com a Sempreviva Organização Feminista, com foco na produção realizada durante a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021. Para tanto, foram apresentadas reflexões sobre a teoria da reprodução social, um quadro sobre a realidade do emprego feminino no Brasil, além da trajetória histórica da Marcha Mundial das Mulheres, explicando os motivos pelos quais esse movimento social se define como movimento feminista antissistêmico. A economia feminista é apresentada como principal ferramenta teórica utilizada pelo movimento para tratar das críticas ao capitalismo e propor alternativas frente ao que se denomina conflito capital-vida, sugerindo propostas a partir da sustentabilidade da vida. Esta pesquisa foi realizada a partir de fontes bibliográficas produzidas pelo movimento, com o objetivo de entender como a prática militante e as formulações teóricas foram desenvolvidas durante a crise sanitária causada pela pandemia de covid-19.

**Palavras-chave:** Marcha Mundial das Mulheres; Feminismo; Economia feminista; Pandemia de covid-19; Sustentabilidade da vida.

## **ABSTRACT**

This research presents the theoretical and practical analyses elaborated by the World March of Women in dialogue with the Sempreviva Feminist Organization, focusing on the production carried out during the covid-19 pandemic, between 2020 and 2021. There were presented reflections on the theory of reproduction, a picture of the reality of female employment in Brazil, as well as the historical trajectory of the World March of Women, explaining the reasons why this social movement defines itself as an anti-systemic feminist movement. Feminist economics is presented as the main theoretical tool used by the movement to address criticism of capitalism and propose alternatives in the face of what is called capital-life conflict, suggesting proposals based on the sustainability of life. This research was carried out from bibliographic sources produced by the movement, with the aim of understanding how militant practice and theoretical formulations were developed during the health crisis caused by the covid-19 pandemic.

**Keywords:** World March of Women; Feminism; Feminist economics; Covid-19 pandemic; Sustainability of life.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 REPRODUÇÃO SOCIAL, NEOLIBERALISMO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: DADOS DA REALIDADE BRASILEIRA .....	24
1.1 Trabalho feminino no Brasil.....	36
2 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E O FEMINISMO ANTISISTÊMICO .....	52
2.1 As Ações Internacionais .....	58
2.2 A organização da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil .....	62
2.3 Economia feminista: origem, pressupostos e concepções da MMM a partir das publicações da SOF .....	72
3 O DIÁLOGO FEMINISTA EM PRÁTICA: A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DAS MULHERES AGRICULTORAS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 .....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	138

## INTRODUÇÃO

Discutir os diálogos na construção teórica feminista tendo como referência a Marcha Mundial da Mulheres é desafiador, seja pela quantidade de materiais textuais existentes frutos desses diálogos, seja por se propor a discutir essa temática a partir de reflexões atuais sobre o período de pandemia.

Os materiais utilizados como fonte na presente pesquisa foram, em sua maioria, publicações da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que apresentaremos em seguida. Adotamos o termo “diálogo” para nos referir à maneira pela qual tais materiais textuais são produzidos, através de debates promovidos pela Marcha Mundial de Mulheres e publicados pela SOF. Trata-se de duas organizações diferentes, cujo ponto comum é construir as reflexões e ações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Como é a SOF quem publica a maior parte dos materiais que serviram como fonte para esse trabalho, ao falar da MMM, tratamos sobre as representações que a SOF faz da mesma, sendo inclusive parte integrante dela.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) foi lançada como um movimento feminista mundial no dia 8 de março do ano 2000, a partir de uma plataforma de reivindicações contra a pobreza e a violência presentes na vida das mulheres e, hoje, está presente em mais de 60 países.

O lançamento da MMM foi inspirado na iniciativa de mulheres no Quebec, as quais realizaram uma ação em 1995: 850 mulheres marcharam 200 quilômetros chamando a atenção para as questões ligadas à vida das mulheres que sofrem com a pobreza e a violência. Como resultado, “[...] no final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário-mínimo, mais direitos para mulheres imigrantes e apoio à economia solidária” (MMM, 2019, p. 3). Pode-se, portanto, dizer que a MMM antecipou alguns motes da nova onda de ativismo feminista combativo, que vem se desenvolvendo nos últimos tempos com seu chamado à luta anticapitalista, ecossocialista, antirracista e internacionalista (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

O movimento promoveu sua primeira marcha mundialmente organizada pelas mulheres no ano 2000, denominada Ação Internacional. Com diferentes chamados a sua militância, essa ação continuou sendo realizada a cada cinco anos (MMM, 2019). Cabe ainda destacar que a SOF, como uma organização anterior à MMM, foi quem em grande

medida participou dos momentos iniciais para efetivar a existência da MMM como um movimento social no Brasil.

As ações feministas são princípios para a MMM, visto que “[...] do ponto de vista de sua metodologia de construção, a organização de ações internacionais a cada cinco anos é um elemento determinante para a MMM” (SOF, 2015, p. 17). A cada quinquênio, portanto, são discutidas e organizadas ações mundiais do movimento. A primeira ação realizada, no ano 2000, baseou-se no lema: “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, em conjunto à Marcha das Margaridas<sup>1</sup>. Essa ação, no Brasil, reuniu milhares de mulheres em Brasília, com o intuito de questionar o neoliberalismo e propor ações orientadas pela união e coesão das mulheres latino-americanas (MMM, 2019).

Ainda nos anos 1990, no mesmo contexto de surgimento da MMM, os debates sobre mulheres e economia começaram a ser feitos em redes feministas, como é o caso da Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE)<sup>2</sup>. Esses debates, poucos anos depois, tiveram como consequência a tematização a respeito da economia feminista, que, desde as primeiras publicações da MMM, se apresenta como uma ferramenta fundamental para elaborar sua crítica anticapitalista, apresentando a organização do trabalho doméstico e de cuidados como questão balizadora das suas elaborações críticas. Por entender que os debates sobre a economia eram o centro da disputa política naquele período, a MMM percebeu a importância de sua participação nos temas que envolviam a forma de organização da economia e a adoção de políticas econômicas neoliberais, principalmente a respeito das consequências para a vida das mulheres.

---

<sup>1</sup> A Marcha das Margaridas é uma articulação das trabalhadoras rurais da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que realiza uma mobilização a cada quatro anos, sendo a Marcha Mundial das Mulheres um dos movimentos que a integram. A 1ª edição da Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, em solidariedade à Campanha da Marcha Mundial das Mulheres naquele ano. O nome do movimento se deve à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e sindicalista da Paraíba, que foi assassinada a mando de um latifundiário em 12 de agosto de 1983. Cabe ainda dizer que a Marcha das Margaridas se caracteriza como uma ação pontual, não como um movimento social, mas sim como articulação e junção de vários deles e demais organizações de classe (sindicatos), como a própria MMM, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outros. A MMM se caracteriza como um movimento que promove, também, ações pontuais em formato de marchas.

<sup>2</sup> A REMTE iniciou seus debates a partir de 1997, com contribuições importantes para as discussões feministas, principalmente ligadas ao tema do trabalho das mulheres, no sentido de construir ações orientadas pela crítica ao capitalismo patriarcal globalizado (SOF, 2010). Os primeiros contatos da SOF e MMM com a REMTE se deram nas ocasiões dos Fóruns Sociais Mundiais, principalmente nas articulações contra a Aliança Social Continental (ALCA), em debates diretamente relacionados à economia e à vida das mulheres.

A Sempre Viva Organização Feminista (SOF) é parte integrante da MMM desde o início da sua atuação no Brasil, inclusive tendo recebido prêmios pela sua atuação em nome da MMM e sido responsável pela maior parte das publicações que concernem à MMM. A SOF tem como marca suas contribuições para a formação junto a movimentos sociais, principalmente a MMM, que também subsidia as publicações da SOF a partir de seus encontros e debates.

Nessa relação, a construção teórica existente mostra como as reflexões feministas têm um potencial explicativo sobre a realidade considerável; assim, seu método de construção coletiva junto às mulheres é imprescindível. A SOF se apresenta, portanto, desta forma:

A SOF Sempre Viva Organização Feminista contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal. A SOF realiza atividades de formação, de construção do conhecimento, de fortalecimento de articulações, além de publicações. Apoia e assessora organizações de mulheres, movimentos sociais, ONGs e órgãos de governo. E também faz parte do movimento de mulheres, no Brasil, da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres, no âmbito internacional (SOF, 2010, p. 77).

Por meio do site da SOF na Internet, importante fonte de informações e das referências utilizadas para a construção do presente trabalho, a relação com o feminismo é definida a partir de seu compromisso político com a transformação social, e isso envolve a MMM. A SOF define a sua relação com a MMM, portanto, da seguinte maneira:

O fortalecimento da autonomia das mulheres e sua presença como sujeito político na projeção de novos modelos de sociedade conjugam-se com uma perspectiva de que o processo de organização dos movimentos sociais é fundamental na construção de uma nova dinâmica de relações sociais. É dentro desses parâmetros que, como parte do movimento de mulheres, a SOF busca consolidar a Marcha Mundial das Mulheres como um movimento internacional que está inserido nas dinâmicas locais, com uma pauta nacional, e em diálogo com campanhas e movimentos com orientações próximas (SOF, s. d., n. p., disponível em: <https://www.sof.org.br/a-sof/>).

O presente trabalho teve como objetivo mais amplo identificar como a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) concebe as interpretações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como um movimento social em suas práticas políticas e sua produção teórica. Especialmente, interessa compreender as interpretações que dizem

respeito aos conceitos formulados a partir da economia feminista, tais como “trabalho doméstico e de cuidados”, “conflito capital *versus* vida” e “sustentabilidade da vida”. A economia feminista, proposta interpretativa sobre a realidade das mulheres, vem sendo difundida desde os anos 2000 pela MMM e esse trabalho buscou os materiais mais recentes produzidos no período de pandemia que tratam sobre a temática.

Entender a relação entre a SOF e a MMM é importante porque, apesar de fazerem parte de um mesmo movimento, devemos considerar que não há uma coesão absoluta dos argumentos dentro de qualquer organização coletiva. É necessário observar que a MMM não pode ser considerada um conjunto homogêneo e/ou monolítico de ideias e que as publicações sobre a MMM sob responsabilidade da SOF devem ter a sua interpretação mediada a partir dessa observação. A fonte deve ser observada na pesquisa a partir de quem a produz, e se tratando de um movimento social, devemos notar que podem existir diversas vozes, apesar da tentativa de coesão nos debates realizados. Mas essa não é uma relação de simples mediação, pois a SOF é parte da MMM ao mesmo tempo em que publica materiais sobre a MMM, ocupa “cargos” na direção do movimento, representa a MMM em eventos, assim como tem projetos e iniciativas próprias, que são permeadas também pela construção da MMM. Ou seja, a SOF, como parte da MMM, não dá conta da totalidade teórica sobre o que pensa a MMM e, ao mesmo tempo, interpreta a realidade a partir de suas representações nos diálogos existentes na organização que é parte, a MMM, além disso, trata-se de uma organização feminista que interpreta e formula sobre suas próprias ações.

Considerar a SOF responsável pelas publicações da MMM no Brasil implica identificar que a Sempre Viva realiza um esforço interpretativo e propositivo em diálogo com a militância, do qual resultam as publicações que serviram como fonte da presente dissertação na tentativa de entender como a MMM se coloca frente ao cenário da pandemia, os debates realizados e as publicações da SOF resultantes desses debates realizados nesse período.

No processo de leitura e interpretação dos textos, foram investigadas nos materiais textuais da SOF as principais ações sobre o surgimento e funcionamento da MMM, bem como a mobilização de diferentes conceitos concernentes à economia feminista. Nesse sentido, a presente pesquisa baseou-se em algumas indicações teóricas e metodológicas propostas por Roger Chartier sobre as representações, as “lutas de representação” e o “fazer, escrever a história”, segundo as quais a história cultural tem por principal objetivo “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma

determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para tanto, é necessário observar as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de concepção do real. São estes esquemas intelectuais próprios de cada grupo que dão sentido ao presente, tornam o outro inteligível e permitem que o espaço seja decifrado. Estas representações do mundo social não são discursos neutros, elas carregam em si os interesses dos grupos que as produzem. As representações servem e atuam como “[...] estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas desconsiderados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Mesmo quando estão em concorrência, apresentando perspectivas contrárias, as representações têm sempre um objetivo em comum: forjar meios explicativos para exercer alguma forma de poder sobre outro grupo ou resistir à dominação alheia. Foi nessa segunda perspectiva que foi utilizado o conceito das representações da MMM a partir da SOF. Ou seja, a SOF permite – por meio das suas representações sobre a MMM – que esse movimento seja visto e ouvido em suas perspectivas e objetivos como um movimento antissistêmico.

As análises das chamadas “lutas de representação” são fundamentais para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe – ou tenta impor – a outro a sua concepção do mundo social, os seus valores e o seu domínio, ou como determinado grupo, em contrapartida, reage a esse tipo de imposição. Assim, nos interessa captar como o combate às imposições colocadas pelo capitalismo se fazem presentes nas interpretações da MMM representadas nas publicações da SOF. Esta pesquisa desenvolveu-se sob a ótica de trabalhar as representações como orientadoras de práticas e ações na construção do real, e não somente como “reflexos” do mesmo.

Ao longo da sua história, a Marcha Mundial das Mulheres vem se definindo como um movimento feminista de caráter antissistêmico/anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. A partir da auto-organização das mulheres em diferentes territórios, articulando-se através das ações locais e internacionais, a MMM constrói um modo de ver e agir sobre a realidade das mulheres, apoiando-se na tese de que a luta feminista é indissociável da luta contra o neoliberalismo e, por sua vez, da luta pela democracia, autodeterminação, integração e soberania dos povos. Essa visão está expressa no lema: “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres para

mudar o mundo”, reafirmando que, nos marcos do capitalismo, não será possível alcançar a igualdade para todas as mulheres (MMM, 2019).

A abordagem da economia feminista compreendida pela MMM foi identificada como principal ferramenta teórica utilizada em suas formulações críticas ao capitalismo, abrindo possibilidades para propostas de emancipação social e entendida como formas de libertação da exploração e da opressão social.

A economia feminista, para a MMM, envolve explicações a partir da reprodução social feita por feministas marxistas que influenciam e desenvolvem os debates sobre o tema, como Antonella Picchio<sup>3</sup>, primeira autora da economia feminista a pensar a análise do mercado de trabalho desde a perspectiva da reprodução social, elaborando a crítica às análises que consideram como trabalho apenas as atividades remuneradas pelo mercado. Desse modo, o trabalho das mulheres, que é fundamental para que se mantenha viva a força de trabalho existente no mercado, permanece invisível.

A partir da crítica feminista, o conceito de reprodução social é desenvolvido especialmente pelas feministas marxistas, com o aporte de contribuições importantes no sentido de denunciar o apagamento do trabalho gratuito realizado pelas mulheres nos lares. Dessa forma, as feministas se propõem a pensar além do que já havia sido pensado por Marx a respeito do funcionamento do capitalismo, trazendo à tona os aspectos fundamentais sobre a reprodução social e o papel das mulheres na mesma.

Pode-se introduzir também a contribuição de Cristina Carrasco (2003), que chama o trabalho reprodutivo responsável pela existência da vida de “a poderosa mão invisível da vida cotidiana”, em contraposição à chamada “mão invisível do mercado”, de Adam Smith, que se referia às leis que regem o mercado. “A mão invisível da vida cotidiana” diz respeito aos trabalhos historicamente realizados pelas mulheres de maneira gratuita nos lares, que garantem a existência da vida e, por conseguinte, das pessoas dentro dos mercados; no entanto, estes são trabalhos invisíveis.

A autora destaca que, desde a década de 1990, a questão do tempo de trabalho vem sendo debatida nos círculos acadêmicos com mais força por dois principais motivos. O primeiro é a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, que mostra claramente a existência de uma tensão na conciliação entre o tempo de trabalho

---

<sup>3</sup> Antonella Picchio é uma das principais referências mundiais nos debates sobre a economia feminista. É economista, possui PhD pela *Faculty of Economics and Politics*, Cambridge, pesquisadora e professora de Economia Política na Universidade de Módonia, Itália. Contribuiu com os movimentos sociais feministas, dentre eles, a MMM. Vários de seus artigos são publicados pela MMM, tendo a autora participado de seminários promovidos pela Marcha. Além disso, ela reflete sobre o protagonismo dos movimentos feministas comprometidos com a luta anticapitalista.

no mercado e a realização do trabalho doméstico em casa. O segundo motivo diz respeito às condições de trabalho caracterizadas pela precarização geral do emprego.

Para mostrar de que maneira os tempos de mulheres e homens são organizados de modo diferente na vida e no mercado de trabalho, Carrasco (2003) mostra ainda como o tempo para as mulheres é mais escasso, uma vez que elas flexibilizam os períodos que seriam reservados a elas, como o tempo de descanso, em prol do cuidado com outras pessoas. Isso influencia diretamente no grau de autonomia sobre suas próprias vidas, já que organizam seus tempos de acordo com as necessidades da vida em geral, não conforme seus próprios interesses.

Este aspecto revela uma tensão ainda mais profunda, tendo em vista que os tempos das mulheres estão submetidos, em grande medida, aos trabalhos que garantem a reprodução social, e essa ocorre em um tempo diferente da produção de mercadorias, pois vai de acordo com as necessidades humanas. O tempo necessário para produzir uma mercadoria não funciona na mesma lógica, por exemplo, do tempo necessário para cuidar de uma criança. Para Carrasco (2003), está colocado um conflito ainda mais profundo, denominado como conflito “capital *versus* vida”, este que explicita as diferenças entre os tempos do mercado e os tempos da vida. Além disso, existem especificidades no trabalho de reprodução social, como nos explica Carrasco (2003), uma vez que o trabalho exercido pelas mulheres na reprodução social vai além dos trabalhos domésticos de limpar a casa, lavar roupas e cuidar da alimentação. São aspectos subjetivos de difícil definição, mas de extrema importância.

O destaque dado pela MMM à análise da sociedade por meio dessa linha teórica vai ao encontro de subsidiar ações e reflexões comprometidas com a construção de autonomia na vida das mulheres, visando a construção de um mundo cada vez mais justo. O intuito é mostrar de que maneira a economia é também vista pelo movimento para além da denúncia da exploração do trabalho das mulheres, na busca por criar um debate propositivo sobre as experiências das mulheres, a partir da ideia de sustentação da vida como proposta de um novo projeto de sociedade.

A crítica antissistêmica é colocada a partir do entendimento de que o capitalismo, o patriarcado e o racismo estão interconectados, produzindo e perpetuando desigualdades sociais. Uma autora que inspira essa leitura do movimento no Brasil é Heleieth Saffioti (2013), que compõe as reflexões do feminismo marxista em que o uso da categoria patriarcado, por exemplo, é frequente.

A crítica antissistêmica é feita ainda a partir do debate crítico a respeito do neoliberalismo. Isso porque a MMM, como um movimento social de seu próprio tempo, forjou suas análises e práticas feministas desde seu surgimento, mesmo período no qual estavam sendo debatidos os acordos de livre comércio e as políticas econômicas de ajustes no mundo. Naquele momento, a importância dada pela MMM à resistência anticapitalista foi expressa nas análises acerca dos efeitos nefastos das políticas neoliberais, especialmente na vida das mulheres.

A economia feminista se coloca o desafio de reconstruir o pensamento econômico, tendo como foco as análises sobre “como cada sociedade resolve seus problemas de existência” em cada tempo (CARRASCO, 2003, p. 17). Dessa maneira, as economistas que se orientam por essa corrente de pensamento buscam explicar como o sistema capitalista organiza os processos produtivos, sendo dependente dos processos de reprodução da vida para existir. O desafio teórico e prático está, portanto, em reconstruir os conceitos e práticas econômicas a partir da centralidade da vida, na construção da sustentabilidade da vida.

Os estudos sobre os trabalhos de cuidados são considerados uma expansão na análise da economia feminista. A sua incorporação pode ser datada da década de 1980, tendo como referência Laura Balbo (1987), em *Time to care (Hora de cuidar)*, com a elaboração da categoria de *doppia presenza* (dupla presença), fazendo referência às mulheres que dividem seu tempo entre o trabalho mercantil, fora de casa, e o trabalho de cuidados, dentro de casa. Um aporte conceitual similar é utilizado pelas francesas do *Groupe d'Étude sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail* (GEDISST), no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), na França, que abordam como as diferenças entre mulheres se convertem em desigualdades (CARRASCO; BOLDERIAS; TORNS, 2011). Helena Hirata faz parte deste grupo de estudos, sendo autora de referência nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, tendo importantes contribuições em debates e publicações da SOF, participando de debates e seminários organizados pelo MMM.

Análises posteriores sobre o cuidado foram desenvolvidas por autoras anglo-saxãs, que se dedicaram especialmente à temática, tornando o *care* um conceito hegemônico nesses estudos, com a existência de um acordo sobre o alcance e explicação das teorias. Uma importante referência dessa perspectiva de análise é Carol Gilligan, em seu trabalho sobre *Ética do cuidado e ética da justiça*, que inaugurou as análises a respeito da existência das emoções no trabalho doméstico e de cuidados, sobre os

cuidados e as políticas sociais envolvendo o debate sobre o estado de bem estar social (CARRASCO; BOLDERIAS; TORNS, 2011).

A economia feminista é uma visão crítica e ampliada sobre o que vem a ser a economia, olhando para além dos mercados, a fim de denunciar como se perpetuam as desigualdades existentes na vida das mulheres, com atenção para os conceitos de divisão sexual do trabalho e produção e reprodução social. A economia feminista permite também debater propostas a partir da experiência das mulheres na sustentação da vida, ou seja, na realização do trabalho doméstico e de cuidados, na organização das mulheres em comunidades, afirmando a relevância das experiências cujas mulheres são protagonistas. A agroecologia é um bom exemplo dessa experiência de sustentação da vida defendida pela MMM. Para além de um sistema de produção de alimentos, a agroecologia diz respeito a uma nova forma de relação com as pessoas e o meio ambiente, na qual as mulheres cumprem um papel central no protagonismo de sua construção. Conforme apresenta Pimenta (2018):

A agroecologia é simultaneamente movimento, experiência e conhecimento. É movimento político em defesa do desenvolvimento sustentável, de resistência contra a ocupação dos territórios pelo agronegócio, pelas mineradoras e grandes projetos, de denúncia da destruição e dos males desse modelo social e ambientalmente criminoso. Trata-se de ações de resistência contra a lógica do agronegócio centrado na monocultura, na destruição da biodiversidade, no uso de agrotóxicos e altos níveis de contaminação dos alimentos, da terra, da água e conseqüentemente das pessoas do campo e da cidade. As práticas e experiências de agricultoras e agricultores são os alicerces dos processos de transição e construção da agroecologia que se desenvolvem por meio dos saberes tradicionais e do conhecimento agroecológico. Além de técnicas de produção e manejo, a agroecologia se refere ao modo de se relacionar entre as pessoas e destas com todo o meio ambiente. Articula, portanto, a agricultura familiar, organizações de base, movimentos sociais, instituições de pesquisa, ensino e de assessoria técnica (PIMENTA, 2018, p. 31).

Isso se refere a novas relações de produção, baseadas em alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, com diversidade e sustentabilidade, a partir do conhecimento da biodiversidade, do olhar para o território, ressaltando a importância da preservação dos solos e das águas e do acesso à terra. Para seu processo de efetivação, as relações humanas também são repensadas em suas práticas, buscando a valorização dos saberes populares, voltando-se mais para os cuidados com a saúde de todas as pessoas. As formas de pensar as relações familiares e de organização comunitária se baseiam também em reflexões e práticas sobre a divisão sexual do trabalho.

Por meio da agroecologia é possível ver formas de reorganizar a economia e, para tanto, é necessária a reorganização também do trabalho doméstico e dos cuidados. Sobre essa afirmação, Nalu Faria<sup>4</sup> afirma que:

A utopia do nosso feminismo faz um questionamento global do modelo atual e quer uma nova sociedade, com a construção de novas relações, com outras formas de organizar o trabalho, de garantir a sustentabilidade da vida e novas subjetividades baseadas na autonomia, reciprocidade e igualdade. Nossos acúmulos, na prática cotidiana das mulheres, apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, bem-estar, cuidado, transcendência. Isso é fruto de uma prática concreta que busca superar as dicotomias que sustentam o capitalismo patriarcal e racista, como as oposições entre produção/reprodução, cultura/natureza, razão/emoção, objetivo/subjetivo, público/privado (FARIA, 2020, p. 68).

Termos como “economia feminista”, “conflito capital-vida”, “sustentabilidade da vida”, “neoliberalismo” e “agroecologia”, por exemplo, muitas vezes são utilizados como termos nativos nas publicações do movimento. Por serem pontos chave de um desenvolvimento teórico desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos, tentamos explicar essas categorias também por notar que as publicações do período analisado, durante a pandemia, os retomam enquanto conceitos úteis centrais dentro da luta social.

A atenção para o tema da reprodução da vida a partir da economia feminista nesse período de pandemia foi considerada nos últimos debates promovidos pela MMM<sup>5</sup>, para entender como a conjuntura tem apresentado desafios dentro da crise colocada pela pandemia de covid 19, salientando que as saídas colocadas pelo mercado não resolvem as desigualdades sociais. Ao contrário, as soluções apontadas pelo mercado potencializam a reprodução das desigualdades sociais. Os estudos sobre a economia feminista auxiliam a enxergar a importância dessas análises na atuação da MMM nas publicações da SOF, contribuindo para a politização do debate sobre a economia pela reflexão sobre o trabalho das mulheres nos lares e surgindo da ideia de que existe interdependência e ecodependência entre os seres.

A vida só é possível porque é cuidada: trabalho doméstico, atenção, comida, auxílio, limpeza, água. Somos interdependentes e ecodependentes. Esses princípios da economia feminista, ferramenta de análise e transformação que orienta nossa atuação, se tornaram mais visíveis e relevantes durante a

---

<sup>4</sup> Nalu Faria é psicóloga, com especialização em psicodrama pedagógico (Getep), e militante fundadora da MMM, atuando na SOF desde 1986.

<sup>5</sup> Link de acesso para o debate mediado por Tica Moreno com a participação de Nalu Faria e Marilane Teixeira, disponível na plataforma Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=psXmGpT6adI>. Acesso em 10/05/2021.

pandemia da Covid-19. A casa, há muito tempo politizada pelo feminismo, tornou-se um cenário indiscutivelmente central para a vida. (FARIA; MORENO; NOBRE, 2020, p. 113).

A importância dada pela MMM às análises da economia feminista, por sua vez, tem o objetivo de desenvolver uma prática militante antissistêmica e de alguma maneira foi possível observar que essas análises tiveram um espaço importante nas publicações analisadas no período de pandemia

O objetivo principal desta pesquisa, então, foi o de compreender como as influências teóricas utilizadas pela MMM na interpretação da economia capitalista são articuladas principalmente através da economia feminista, a fim de discutir as relações entre a elaboração teórica e a prática do movimento feminista em questão. A intenção é entender como a MMM articula os debates feitos por intelectuais da economia feminista na sua luta política, buscando-se também fazer uma breve reconstrução histórica da atuação do movimento no Brasil. Sabendo que as lutas políticas respondem ao diagnóstico feito pela MMM dos problemas de seu tempo, o exame das discussões sobre a economia feminista envolverá também a discussão sobre as possibilidades para a emancipação feminina. Para tanto, serão analisadas as publicações da Sempreviva Organização Feminista sobre esse tema.

Esta pesquisa parte de uma análise documental, a partir do material produzido pela MMM e SOF em debates que tiveram como consequência importantes publicações. Dessa forma, sistematizamos brevemente o debate sobre a economia feminista, destacando a abordagem identificada como fundamental para entender a forma como a MMM articula suas elaborações teóricas e ações. Todo este material está disponível no site da SOF.

Os materiais textuais produzidos pela SOF no período de pandemia até o momento foram: *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios* (2020); *São Paulo desigual: análises feministas sobre trabalho, gênero e raça* (2020); *Crítica feminista ao poder corporativo* (2020); *Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas* (2020); *Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do sul* (2020); *Cultivar a vida em movimento: experiências de economia feminista na América Latina* (2020); *Neoliberalismo, trabalho e democracia* (2021); *Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento* (2021); *Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia* (2021);

*Juntas e misturadas: explorando territórios da economia feminista* (2021); *Possibilidades e desafios para o acesso e comercialização agroecológica na periferia da Grande São Paulo* (2021).

Nota-se que a maior parte das publicações nesse período diz respeito à crítica econômica através da economia feminista, trazendo à luz alternativas pautadas nas experiências com mulheres rurais na prática de agroecologia. Por isso optamos pela publicação *Juntas e misturadas: explorando territórios da economia feminista* (2021), por se tratar de um material que sintetiza a explicação de conceitos utilizados na economia feminista, bem como trata de sua atualização, levando em consideração as questões colocadas durante a pandemia de covid-19. Em seguida, foram escolhidas outras duas publicações para tratar as contribuições teóricas apresentadas anteriormente em uma proposta prática com mulheres rurais.

Foi selecionada a publicação *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* (2018), por ser uma experiência já desenvolvida há seis anos, tendo como tema central a organização das mulheres rurais a partir dos princípios da economia feminista e da agroecologia. Já a publicação *Um meio tempo preparando outro tempo – Cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia* (2021), organizada por Mirian Nobre, apresenta um panorama de diferentes experiências realizadas com mulheres rurais durante a pandemia, considerando a produção agroecológica, a comercialização e as possibilidades construídas por mulheres que enfrentaram as consequências da pandemia em seu cotidiano. Apenas o primeiro artigo dessa publicação, “Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19”, de Isabelle Hillenkamp e Natália Lobo, foi selecionado, por se tratar da mesma experiência analisada na publicação de 2018. Assim, optamos por tratar de uma única experiência na tentativa de compreender melhor as estratégias utilizadas nesse tipo de trabalho/pesquisa.

Por fim, para responder ao proposto pela pesquisa, a presente dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se primeiramente um debate sobre a reprodução social, tendo por base inserções da análise de Marx sobre a mercadoria, partindo do fato que as abordagens feministas sobre o trabalho das mulheres e a reprodução social tomam as ideias desse autor como uma importante referência teórica e analítica. Em seguida, no mesmo capítulo, é apresentado um breve histórico a respeito do neoliberalismo para então tratar-se da divisão sexual do trabalho.

Foi apresentado também um panorama geral sobre o trabalho feminino no Brasil a partir de alguns dados relevantes sobre o trabalho doméstico, com base em autoras de referência sobre a temática. São discutidos os efeitos das políticas neoliberais em relação aos efeitos da pandemia de covid-19 para as mulheres. Isso foi feito para contextualizar o tema da pesquisa, os diálogos feministas e militantes da MMM e SOF e sua construção teórica de maneira mais abrangente, mostrando que as questões sobre o feminismo seguem sendo emblemáticas na contemporaneidade.

No segundo capítulo, denominado “A Marcha mundial das Mulheres e o feminismo antissistêmico”, a trajetória política da MMM é historicizada, desde o seu surgimento, passando por seus eixos de atuação e formas de organização e atuação política, até os principais debates, reflexões e ações em nível mundial e local. Em seguida, tratamos sobre a economia feminista, desde o debate teórico a partir de autoras de referência, para que assim seja possível entender os antecedentes do que hoje se define como economia feminista. Em seguida, analisamos o livro *Juntas e Misturadas: explorando territórios da economia feminista* (2021), expondo os principais conceitos trabalhados bem como as análises mais atuais e sua ligação com a economia feminista.

O terceiro capítulo teve o objetivo de demonstrar como podem se articular as teorias apresentadas na sessão anterior em ações práticas. Ou seja, como a síntese do debate apresentado influencia as práticas inspiradas na economia feminista a partir dos trabalhos da SOF com as mulheres rurais, a agroecologia e a economia solidária. Buscamos mostrar de que maneira são articulados os elementos da economia feminista no trabalho com mulheres, com destaque para o período de pandemia através de um exemplo em específico, a prática da agroecologia no Vale do Ribeira, em São Paulo. Isso foi feito através das seguintes publicações: *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* (2018) e *Um meio tempo preparando outro tempo – Cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia* (2021), organizado por Mirian Nobre.

Por fim, nas considerações finais, retomam-se os debates apresentados, com o intuito de apontar a importância dos diálogos feministas para a luta das mulheres, para as ciências e para a sociedade. Quiçá esta dissertação possa ser uma contribuição para a abertura de caminhos para os estudos sobre as novas formas de ativismo feminista combativo.

Acredito ser importante ainda nessa introdução me apresentar<sup>6</sup> para que alguns caminhos utilizados nessa pesquisa possam ser entendidos. Além de ser uma mulher da classe trabalhadora, me formei em Ciências Econômicas e, por isso, as questões ligadas à dinâmica econômica sempre me interessaram. Além disso, fui militante da MMM, sendo integrante de um coletivo local entre os anos de 2011 e 2017, tendo participado de alguns encontros, assembleias, seminários e debates desse movimento.

O fato de ter sido militante da MMM durante a graduação fez com que eu tivesse a oportunidade de acessar os materiais a respeito da economia feminista, estes que ainda estão longe das grades curriculares dos cursos de ciências econômicas. A partir daí, o interesse pela pesquisa acadêmica se desenvolveu tendo como referência os debates e as autoras que compõem os materiais textuais da SOF e da MMM. Atualmente, minha militância e trabalho são desenvolvidos no Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST), a partir de contribuições para a comercialização da produção agrícola em uma cooperativa na cidade de Campo do Meio, em Minas Gerais.

Este trabalho trata de uma temática desenvolvida a partir de um movimento social e de militância feminista, ao mesmo tempo em que está sendo escrito por uma militante. Por mais que essa relação possa, muitas vezes, levar a um possível desvio, esclarecer essas posições ajuda a observar que essa é uma pesquisa que tem o interesse de expor os argumentos feministas de maneira a contribuir com essa temática emergente também nas pesquisas acadêmicas. Nesse sentido, foram fundamentais as contribuições da orientação, que me alertaram para muitas questões importantes, como a utilização de conceitos adotados pela militância e a necessidade de explicações sobre os mesmos; isso foi de fundamental importância para a elaboração do que foi apresentado durante a análise de material e apontamentos críticos no que diz respeito ao alcance dos discursos da MMM representados nos materiais da SOF.

Além disso, cabe colocar que o exercício da crítica é muito importante e feito com frequência também nos movimentos sociais. Ademais, tanto na vivência militante quanto acadêmica, pude aprender que nenhuma construção de conhecimento é desinteressada ou neutra; pelo contrário, ela serve a diferentes aspectos do que se quer descobrir. Essa pesquisa tem o interesse de contribuir com os diálogos desenvolvidos para a produção teórica na luta social, com seus limites e possibilidades por meio do

---

<sup>6</sup> Escrevo na primeira pessoa do singular, neste momento, apenas para referir à minha trajetória. Em todo restante do texto a utilização da primeira pessoa do plural se justifica por ter sido um trabalho orientado, contando com mais contribuições.

que propõe a MMM através das publicações da SOF que tratam principalmente sobre o trabalho das mulheres, a economia feminista e os conceitos e propostas concernentes à mesma que serão apresentados.

## **1 REPRODUÇÃO SOCIAL, NEOLIBERALISMO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: DADOS DA REALIDADE BRASILEIRA**

Karl Marx (2011), no livro *O capital*, realiza uma interpretação da dinâmica histórica do capitalismo, considerando a força de trabalho como principal fonte de valor. Na investigação que o autor realizou, o ponto de partida é a análise da mercadoria, uma vez que ele considera que: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2011, p. 157).

Nesse sentido, as mercadorias surgem na vida em sociedade como objetos externos, os quais são programados para satisfazer as mais variadas necessidades humanas pelas suas propriedades intrínsecas. Desse modo, significa que elas possuem um valor de uso, mas não que o valor de uso de qualquer objeto crie, automaticamente, mercadorias. Para a produção de mercadorias, o sujeito que as gera deve produzir valores de uso para outros, ou seja, valores de uso sociais (MARX, 2011, p. 157-158).

De acordo com Marx, importa que os objetos produzidos sejam utilizados e trocados por outros objetos, isto é, o que interessa são as relações sociais que tornam possíveis uma forma histórica da produção e da troca das mercadorias. As mercadorias possuem, assim, uma dupla forma: são valores de uso e de troca, simultaneamente. Essa condição que faz surgir uma das contradições que explicam a natureza e a substância do valor na economia capitalista (MARX, 2011, p. 158-159).

O valor de troca, expressando uma relação quantitativa de troca de valores de usos diferentes, por sua vez, deve expressar um conteúdo distinto do dele mesmo. Para Marx (2011):

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada. [...] Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho (MARX, 2011, p. 160).

Um valor de uso também possui valor, pois nele está materializada certa quantidade de trabalho humano abstrato. O trabalho, para Marx, é a “substância formadora do valor” (MARX, 2011, p. 161), sendo, no entanto, o valor – de troca – uma relação entre pessoas, ou ainda uma relação entre coisas no que se refere à visão social. Essa definição é importante, pois, de acordo com o autor, ela revela o caráter alienado do processo de produção de mercadorias (MARX, 2011). Assim como a mercadoria, o trabalho também se manifesta socialmente sob uma forma útil e social (abstrata) e sua dupla identidade como atividade humana se esconde sob o aspecto alienado e alienante das relações sociais de produção por meio das quais os trabalhadores e as trabalhadoras ganham suas vidas.

Segundo Marx (2011), na sociedade capitalista, quem trabalha para garantir a sua existência não possui os meios de produção utilizados em seu trabalho. Os meios de produção são propriedade dos capitalistas, para os quais os trabalhadores vendem sua força de trabalho, ou ainda a habilidade de trabalhar, recebendo, nesse processo, um salário em troca. Ao venderem as únicas mercadorias que possuem, eles cedem todos os seus direitos para os produtos do seu trabalho, tornando possível a disponibilidade de produtos para a troca, no mercado. Os produtos são produzidos para serem trocados, porém, as vendedoras e os vendedores de trabalho são capazes de consumir apenas uma parte de seus produtos, que é o que podem comprar com os salários que recebem como pagamento (MARX, 2011).

Ademais, outro elemento adicionado por Marx para pensar a dinâmica social do capitalismo é que, para que a troca de mercadorias ocorra, deve-se existir um equivalente geral, o qual é também produzido por uma ação social. Ao gerar, por exclusão, uma mercadoria e convertê-la em equivalente geral, a sociedade instaura um processo social que transforma essa mercadoria em dinheiro. Especificamente, o autor conclui que: “o dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 2011, p. 230).

Nos processos de produção e de circulação das mercadorias, o valor de troca passa a predominar sobre o valor de uso. Esse predomínio é o que sustenta a obtenção do lucro por parte dos capitalistas através da exploração do trabalho. No processo de troca, especificamente, o capitalista usa o dinheiro como equivalente geral para adquirir força de trabalho. Ao usar o dinheiro para comprar essa mercadoria, o capitalista torna-se capaz de produzir, novamente, o dinheiro. Entretanto, o dinheiro que reaparece nas

mãos dos capitalistas vem acrescido de uma quantidade adicional de valor. Para tanto, os capitalistas, proprietários do dinheiro na forma de capital, devem ser capazes de ter uma mercadoria que permita produzir o mais valor. Essa mercadoria é a força de trabalho, considerada por Marx como uma mercadoria especial (MARX, 2011, p. 312).

A quantidade excedente de valor origina-se da transformação da força de trabalho em mercadoria. O valor da mercadoria – força de trabalho – é medido pelo tempo de trabalho necessário à produção e à reprodução da mesma. Quer dizer que o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência, que são necessários à manutenção e à reprodução do trabalhador.

Para Marx, a força de trabalho é uma mercadoria especial, já que possui a capacidade de criar valor. No entanto, o tempo de trabalho – fonte do valor – que o trabalhador despende na produção de mercadorias é superior ao que é socialmente necessário; assim, ele produz um tempo de trabalho excedente para o seu patrão. Os capitalistas se apropriam desse valor excedente gerado pelos vendedores e pelas vendedoras de força de trabalho e não pagam pela integralidade do que se apropriam. Surge, portanto, um mais valor ou mais valia (MARX, 2011).

A ideia de mais valia permite compreender a produção e a circulação das mercadorias, do dinheiro e do capital, como parte de um processo de acumulação baseado na exploração do trabalho assalariado pelo capital, ou seja, na exploração do proletariado pela burguesia. Dessa maneira, nos termos de Marx, a apropriação do trabalho excedente – mais valia – cria as condições para a acumulação capitalista e seu desenvolvimento; isto é, sem a força de trabalho, o modo de produção não existiria como tal. Há, ainda, um questionamento que não está claramente resolvido no que se refere ao *O capital*(2011): se a forma de trabalho produz valor, como ela é produzida?

Os vendedores e as vendedoras de força de trabalho não chegam de prontidão ao mercado para vender a única mercadoria que possuem: este é um dos pontos a partir do qual as pesquisadoras feministas marxistas construíram uma crítica da concepção do valor, a fim de desenvolvê-la. A força de trabalho é produzida e reproduzida nos lares, e não apenas na esfera econômica e técnica da produção de mercadorias.

Silvia Federici (2018) é uma autora que analisa a importância da utilização do método de pensamento formulado por Marx – o materialismo histórico dialético – nas análises feministas, seja pela capacidade que tal método proporciona para construir categorias de interpretação da realidade capitalista, seja porque ele contribui para a construção de sentido na luta por libertação e contra a exploração da classe

trabalhadora. A autora aporta contribuições a partir de uma leitura de *O Capital* que recupera os significados das categorias trabalho e mercadoria para o modo de produção capitalista, de modo a enxergar como o trabalho das mulheres contribui efetivamente para a manutenção do capitalismo, desvelando a relação direta entre produção e reprodução.

Afirmando que Marx possuía uma concepção excludente de trabalho, subestimava a importância das atividades reprodutivas e confiava no caráter progressista da ciência, Federici (2018) ressalta que existe uma questão a responder: como unir feminismo e marxismo, compreendidos como dois dos principais projetos emancipatórios em vigor, ainda que cada um em um momento distinto das suas próprias histórias?

Como respostas, a autora indica que devem ser criticadas as concepções de Marx sobre o trabalho assalariado como instrumento da acumulação capitalista, a ausência da consideração das discriminações sexual e racial na compreensão da luta de classes e o papel atribuído por ele e pelos marxistas à ciência, à indústria e à tecnologia como promotoras das condições para a construção de uma sociedade socialmente justa (FEDERICI, 2018).

A partir dessas críticas, a autora afirma que a crítica feminista deve redefinir o que constitui o trabalho, tornando visíveis as atividades que não se reduzem à mecanização e ao trabalho industrial, fora do lar; da mesma forma, a perspectiva feminista deve elucidar as implicações do machismo como elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, impeditivo de qualquer transformação estrutural (FEDERICI, 2018). Segundo a autora, apesar das transformações que tiveram início na composição da classe trabalhadora, desde a década de 1860,

[...] Marx não previu nem explicou a reestruturação da família proletária e a constituição de novas relações patriarcais no seio do proletariado porque, de acordo com sua teoria política, a esfera das relações familiares e de gênero não tem nenhuma função específica na acumulação do capital, na constituição da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras e na formação de classe (FEDERICI, 2018, p. 129-130).

Arruzza (2010) afirma que o capitalismo mantém vivo o “modo de produção patriarcal” por meio da exclusão da mulher da produção e da hierarquização da forma de trabalho (p. 101), e que o marxismo não aproveitou a oportunidade gerada pelo feminismo para se renovar profundamente, uma vez que tendeu a considerar a opressão

de gênero uma “opressão de importância secundária e substancialmente subordinada à exploração de classe” (p. 125), revelando a natureza “*sex blind*” das suas categorias de análise.

A mesma autora ressalta, ademais, que se o “divórcio” entre marxismo e feminismo é produto da forma como o primeiro se constituiu historicamente, contendo preconceitos e clichês de seus membros em relação às mulheres (ARRUZZA, 2010)

Isso não significa, contudo, que seja impossível uma articulação teórica e prática entre o marxismo e o feminismo. Segundo Moraes e Esquenazi (2020), no que diz respeito aos processos da construção de uma sociedade alternativa, em especial no que se refere à superação da exploração, opressão e subordinação, existem mais “encontros do que discordâncias”. Essa interpretação aponta para a existência de um feminismo marxista, constituído como um grupo heterogêneo de autoras, as quais podem ser divididas em duas perspectivas teóricas: dualista e unitária.

A primeira perspectiva “[...] defende que a cada tipo de opressão/exploração lhe corresponde um sistema autônomo, com regras e leis de funcionamento próprias: capitalismo, patriarcado, racismo – embora estreitamente inter-relacionados” (MORAES e ESQUENAZI, 2020, p. 90). A segunda perspectiva defende a tese que “[...] a opressão de gênero e a opressão racial são partes constitutivas, estruturantes e integradas às relações que determinam a essência do sistema capitalista, tendo por alicerce a divisão sócio-sexo-racial de trabalho” ou uma relação consubstancial (MORAES e ESQUENAZI, 2020, p. 90).

Será a partir da perspectiva unitária que emergirá a denominada Teoria da Reprodução Social, que demonstra como a produção de mercadorias e a produção da vida são parte de um mesmo processo (BATTACHARYA, 2019).

As feministas que defendem tal teoria ressaltam que o capitalismo depende da reprodução de pessoas para que possa produzir mercadorias e até mesmo para a substituição da força de trabalho. Nesse sentido, reproduzir a força de trabalho significa regenerar trabalhadores e trabalhadoras em suas condições materiais, físicas, psicológicas e emocionais, bem como assegurar a regeneração da família como um todo, envolvendo todos os seus membros em sua reprodução cotidiana de hábitos e costumes.

Este processo envolve aqueles que trabalham ou não vendendo sua força de trabalho, uma vez que também são educados sob uma lógica disciplinar capitalista. Significa, também, a reprodução biológica de novos trabalhadores e de novas

trabalhadoras, sem cair em uma suposta “biologização da reprodução social”, isto é, considerando a relação existente entre o fator biológico e o fator social na reprodução. Fato é que, historicamente, a reprodução social ficou a cargo das mulheres que, supostamente, teriam por natureza uma propensão à realização da reprodução social (ARRUZZA e BHATTACCHARYA, 2020).

A dependência relacional entre trabalho produtivo e reprodutivo mostra como o capitalismo faz parecer que se tratam de diferentes esferas, podendo a produção existir de maneira autônoma e a reprodução sequer ser enxergada em sua existência e importância. Dito de outra forma, a reprodução social significa o “trabalho de produção de pessoas” (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2020), que envolve preparar sua comida, alimentá-las, cuidar de sua saúde física, mental e emocional, para formar indivíduos autônomos necessários para atuarem como força de trabalho na economia capitalista.

Além dos aspectos apontados, a reprodução social envolve famílias sob certa responsabilidade das mulheres, o que exige compreender que a lógica do seu funcionamento passa também pela esfera da oferta governamental de bens e serviços de saúde e educação, além dos bens públicos essenciais – disponibilidade e tratamento de água, a própria qualidade do ar nos locais nos quais as pessoas vivem para que possam crescer e sobreviver com saúde. No entanto, estas condições podem ser piores ou melhores a depender do local; existem países em que o acesso a serviços e garantias do Estado está estabelecido, como é o caso dos países escandinavos, da Inglaterra e dos Estados Unidos, o que provoca reflexões sobre quem tem os melhores ou piores acessos e de que maneira a desigualdade de acesso a essas condições prejudica diretamente a vida das mulheres pelo espaço que ocupam na reprodução social sob o crivo capitalista (ARRUZZA e BHATTACCHARYA, 2020).

A teoria da reprodução social também aponta para a relação existente entre raça e condições de trabalho a partir da discussão sobre exploração e opressão da força de trabalho. Isso ocorre porque a posição ocupada por pessoas racializadas na reprodução social é bastante significativa, ou seja, essas pessoas, principalmente as mulheres negras, ocupam as posições que estão relacionadas diretamente com as atividades da reprodução social. Dessa maneira, as condições de vida delas são ameaçadas tanto por falta de acesso a serviços, quanto por ocuparem posições no mercado de trabalho diretamente ligadas à reprodução como, por exemplo, o trabalho doméstico ou empregos em serviços de saúde (ARRUZZA e BHATTACCHARYA, 2020).

Um ponto central da análise sobre as contradições do capitalismo diz respeito à percepção de que esse sistema tende a originar crises em áreas extraeconômicas, das quais depende para operar sua lógica, seja na reprodução social, comprometendo as condições de vida da classe trabalhadora, seja na exploração da natureza e na elaboração de políticas que negligenciam as questões que dizem respeito à reprodução social (FRASER, 2016).

No que diz respeito à crise da reprodução social, é possível constatar-la em distintos momentos do capitalismo. A primeira crise da reprodução ocorreu em meados do século XIX, quando mulheres e crianças trabalhavam nas fábricas em jornadas exaustivas de trabalho, com consequências diretas na deterioração das condições de existência das pessoas (FRASER, 2016). Um elemento importante dentro deste contexto, e que também auxilia no processo de compreensão, é o florescimento da teorização feminista e marxista a respeito da reprodução social: transformações que ocorreram no processo de desenvolvimento do capitalismo a partir de meados da década de 1970 por meio da adoção de políticas neoliberais.

Sobre a mercadoria como força de trabalho, Picchio (2018) mostra como sua exploração no mercado de trabalho traz contradições a partir das pressões sofridas no exercício do trabalho em troca dos salários, desde longas jornadas, condições precárias, até baixos salários, por exemplo, e como o trabalho reprodutivo ameniza e revigora as pessoas que estão sob essas condições. Nota-se que o trabalho produtivo, portanto, ao mesmo tempo em que gera todas as mercadorias das quais conhecemos, também realiza quem o faz. O trabalho doméstico não é simplesmente uma junção de tarefas necessárias, mas funciona como uma restituição de bem-estar frente à exploração do mercado. A "acumulação usa pessoas como mercadorias, e a tarefa do trabalho doméstico é produzir e restaurá-las como pessoas dentro dos limites da reprodução delas como mercadorias" (PICCHIO, 2018, p. 75).

Picchio (2018) nos explica ainda que quanto maiores são as pressões sofridas no mercado de trabalho, maiores devem ser os esforços para fazer com que os trabalhadores reproduzam sua força de trabalho, o que tem consequências negativas para as mulheres que, na sua maioria das vezes, realizam o trabalho de “repor” a energia necessária para que as pessoas possam dar continuidade ao trabalho produtivo.

Quanto mais alienada for a relação entre as pessoas e o sistema de produção, mais pesado e difícil se torna o trabalho doméstico. E o trabalho doméstico é ainda mais difícil quanto mais desigual for a sua distribuição dentro da

família entre os homens e as mulheres.” (MAURIN; SARACENO apud PICCHIO, 2018, p. 75).

Para compreender a emergência das ideias neoliberais a partir desse momento, é necessário retomar brevemente os conceitos que as antecedem. Em primeiro lugar, o pensamento neoliberal se relaciona como uma reedição das ideias liberais clássicas que foram produzidas nas primeiras décadas do século XX, especialmente versando sobre como a regulação do Estado sobre a economia deveria ser evitada. Como qualquer reedição, o neoliberalismo não reproduz ou simplesmente “copia” o liberalismo do século XIX; na verdade, ele o altera, em síntese, acentuando o argumento segundo o qual o mercado é capaz de se autorregular e, portanto, não deve ter os seus mecanismos limitados pelo Estado, o que constituiria uma “ameaça letal” às liberdades econômicas e políticas (ANDERSON, 1995).

Com a crise de 1929, as políticas liberais clássicas que teoricamente sustentavam um hipotético *laissez faire* ficaram ameaçadas, e ficou teoricamente claro (como demonstra a obra de John M. Keynes) e politicamente necessário (como demonstrado pelo *New Deal* norte americano de 1933 a 1937) que o Estado deveria ter papel ativo na sustentação da dinâmica da economia capitalista, regulamentando a forma como os negócios privados poderiam se desenvolver a fim de evitar que fenômenos semelhantes àquela crise mundial ocorressem.

O Estado, segundo a visão de Keynes, deveria ser um promotor de investimentos, por meio dos quais regularia a demanda agregada, ao mesmo tempo em que regularia a oferta de condições para a geração de empregos e, por extensão, condições sociais mais dignas para os trabalhadores. Com isso, a confiança dos agentes econômicos seria mantida em meio às instabilidades próprias do capitalismo (KEYNES, 1984).

O neoliberalismo é, ainda, uma reação teórica e política ao fortalecimento da social democracia, forjada a partir das demandas dos movimentos operários organizados que aderiram aos sistemas eleitorais democráticos burgueses entre a segunda metade do século XIX e a I Guerra Mundial como forma de alcançar o socialismo (PRZEWORSKI, 1989; ANDERSON, 1995).

Em suma, segundo Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu como uma forma intelectualmente organizada de ataque – teórico e político – à intervenção estatal, do ponto de vista tanto da regulação do mercado quanto da promoção do bem estar social.

Os economistas que mais se identificaram com a formulação original do neoliberalismo, e são também os mais conhecidos fora do universo dos economistas – como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman – entendiam que o mercado funciona bem por si só, o que exige liberdade econômica individual, e que qualquer forma de igualdade produz servidão ao eliminar a capacidade competitiva do indivíduo. Portanto, os primeiros neoliberais defendiam liberdade econômica e social, com o fim de toda e qualquer regulação sobre esses campos da vida da sociedade (ANDERSON, 1995).

Apesar dessas ideias, manifestadas organicamente desde o final da II Guerra Mundial, o capitalismo havia entrado naquela que é denominada a sua “Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1995), o que fez com que a defesa da ausência do Estado tornasse-se inconcebível. Porém, como argumenta Anderson (1995), não se pode dizer o mesmo da defesa do fim da regulação social.

Com o fim da “Era de Ouro” do capitalismo, na primeira metade dos anos 1970, as ideias neoliberais conquistaram um espaço importante, assentando a sua força na defesa do controle dos sindicatos e dos salários para conter a inflação, o que permitiria recuperar os lucros e estabelecer a desigualdade como condição para a promoção da liberdade individual e da competição econômica (HOBSBAWM, 1995; ANDERSON, 1995).

Em conjunto, as propostas neoliberais a partir dos anos 1970 buscaram e alcançaram a desregulamentação econômica por meio de privatizações de serviços públicos, reformas fiscais que favoreceram a transferência de riqueza para os ricos, desregulamentação do mercado de trabalho, com versatilidade no que tange às leis protetivas dos direitos dos trabalhadores, no controle da política sindical e na diminuição de salários e direitos previdenciários. Tais propostas foram importantes para que a defesa do mercado frente ao Estado fosse adotada pelos partidos conservadores, como os de Margaret Thatcher (Reino Unido) e de Ronald Reagan (EUA). Assim, o programa de retomada para expansão do capitalismo, baseado na defesa irrestrita da ação dos agentes econômicos privados, encontrou eco em círculos capitalistas nos países centrais e periféricos, que já vinham de um quadro de estagnação da economia. Nestes países, culpava-se o Estado pela crise econômica provocada pela dívida e apontava-se os gastos sociais como a raiz de todos os problemas econômicos. Esta passou a ser a nova tônica na construção de políticas econômicas em nível mundial (ANDERSON, 1995).

Embora não seja possível definir o neoliberalismo como sendo uma corrente homogênea de pensamento e de ação política, este pode ser pensado como uma ideologia econômica hegemônica que orientou políticas voltadas para a promoção da desestatização, da modernização do modelo fordista de gestão do trabalho (e sua exploração), da financeirização e, enfim, da expansão de uma economia centrada no mercado em escala global, intensificando a acumulação do capital (DUMÉNIL, 2014; ANDERSON, 1995).

Também há de se considerar que nos países latino-americanos, o neoliberalismo tornou-se uma ideologia relevante principalmente a partir da década de 1980, tendo por objetivo difundir as ideias dos economistas dos países centrais de que as soluções para a crise econômica em curso naquele momento eram: 1) reduzir os custos de produção, e 2) estabelecer os limites e controles para a intervenção do Estado no mercado a partir da plena liberdade de movimentação de capital, em especial, o financeiro (ANDERSON, 1995).

No final da década de 1980 e no início da seguinte, sob os impactos da crise da dívida externa, a discussão sobre o modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos foi invertida: em lugar do desenvolvimentismo tal como era defendido desde os anos 1950 pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com ênfase nas estratégias de industrialização, de crescimento para dentro e de substituição de importações (NASSIF, 2021), tornou-se dominante entre os economistas nas universidades e nos governos a defesa do modelo neoliberal. Este modelo tem por base a defesa da abertura comercial indiscriminada e o fortalecimento de estratégias que promoveriam vantagens comparativas.

Esse segundo modelo baseou-se em um receituário conhecido como Consenso de Washington, assim denominado a partir das conclusões produzidas em um seminário realizado pelo *Peterson Institute for International Economics*, em Washington, no ano de 1989. As proposições neoliberais para países como os da América Latina especificaram diversas áreas de reforma da ação estatal, a saber: promoção da austeridade fiscal; definição de prioridades para o gasto público; realização de reforma fiscal e cambial, com adoção de taxas de juros e câmbio real competitivos; liberalização comercial; abertura à inversão estrangeira direta; desestatização de empresas públicas; desregulação das economias e fortalecimento dos direitos de propriedade (BATISTA, 1994).

Além de não ter sido implantado de forma homogênea no continente, o Consenso de Washington – bem como toda a ideologia neoliberal – provocaram efeitos contrários aos que pregavam. Os problemas de endividamento externo, fuga de capitais, desemprego e miséria foram aprofundados, tornando a região mais vulnerável ao comportamento dos fluxos de capitais financeiros e dependente das políticas de ajustamento econômico internacional. O neoliberalismo, dessa forma, criou condições institucionais que tornaram a América Latina um mercado para as finanças e as corporações internacionais, com desvalorização cambial, desnacionalização das economias, aumento da dívida pública e do endividamento externo (TAVARES, 1999).

Conforme argumentou Gowan (2003, p.12):

A fórmula econômica do “Consenso de Washington” é estruturalmente imperfeita, mas é simultaneamente essencial para a dinâmica da economia americana. Países foram reestruturados com grande sucesso político, mas de maneira que os farão, no futuro, muito menos capazes de conter e administrar sua própria revolta interna (GOWAN, 2003, p. 12).

Por conta de tais questões, a crítica ao neoliberalismo envolve a luta por políticas que alterem a lógica do predomínio do mercado – e, por extensão, das formas pelas quais a divisão sexual do trabalho implica diretamente na separação entre trabalho produtivo e reprodutivo. A divisão sexual do trabalho é definida por Danièle Kergoat (2009, p. 67) como:

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (KERGOAT, 2009, p. 67).

Por este ângulo, o mecanismo da divisão sexual do trabalho explica a existência de dois princípios que norteiam a vivência do trabalho na sociedade: o da separação (há trabalho de homens e de mulheres) e o da hierarquia (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher). Dito de outra maneira, há uma imputação aos homens do trabalho produtivo (com conseqüente dispensa do trabalho doméstico) e às mulheres, há a atribuição do trabalho doméstico (HIRATA e KERGOAT, 2003).

O trabalho produtivo (masculino) possui maior valor social do que o trabalho doméstico, que é relegado ao status de um “não trabalho” (HIRATA e KERGOAT, 2003). As relações de trabalho que têm na divisão sexual do trabalho sua base, portanto,

compartimentam e hierarquizam tanto o espaço público quanto o espaço privado, e impõem às mulheres uma condição de exploração-dominação-opressão, que se dá no espaço produtivo e, sobretudo, no espaço reprodutivo. Segundo Biroli (2014, p.35):

As expectativas sociais conduzem ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens. As atividades para as quais eles são orientados correspondem, por outro lado, a posições diversamente valorizadas, levando não apenas a “diferenças”, mas à assimetria nos recursos (BIROLI, 2014, p. 35).

Fato é que a oferta de serviços cresceu em todo o mundo. Segundo Helena Hirata (2007), este foi um crescimento no feminino, mostrando como a naturalização das mulheres no trabalho de cuidados se reflete quanto ao lugar que elas ocupam no mercado de trabalho. Ao considerar as mulheres naturalmente cuidadoras, responsáveis pelo dever de manter o bem estar da família, desvaloriza-se a sua ocupação no mercado de trabalho, uma vez que a mesma é compreendida como sendo distinta do que se considera profissional – e que tem como referência o universo supostamente masculino da racionalidade, autonomia e especialização (ARAÚJO, 2015).

Hirata, Guimarães e Sugita (2012) mostram ainda, a partir do comparativo entre países do Norte e do Sul, o quadro de desigualdades existentes nessa relação, que revela peculiaridades de cada realidade. Afinal, o que tem sido apresentado como novidade nas sociedades avançadas pelas feministas acadêmicas no debate na Europa e nos Estados Unidos – a exploração de mulheres pobres e racializadas – é algo que sempre existiu no Brasil e na América Latina (MATTOS, 2022). Mesmo que a questão do trabalho doméstico e de cuidados estivesse relacionada à esfera privada, as mulheres nos países do *Welfare State* contavam com uma rede de proteção para a realização do trabalho reprodutivo que não havia nem no Brasil e nem na América Latina (MATTOS, 2022).

O tema citado acima ganhou proeminência atualmente, tanto nos países avançados quanto na América Latina e no Brasil, pois coloca a necessidade de pensarmos em políticas públicas voltadas para a articulação de trabalhos produtivos e reprodutivos em tempos de apogeu de políticas neoliberais. Dito isso sobre o funcionamento e a relação existente entre produção e reprodução no capitalismo neoliberal, será apresentado brevemente a seguir um quadro dessa situação, para que seja possível entendermos sob qual realidade a MMM tem sua atuação no Brasil.

## 1.1 Trabalho feminino no Brasil

A expressiva inserção formalizada das mulheres no mercado de trabalho capitalista, datada a partir da década de 1970, pode ser considerada um fenômeno mundial. No entanto, observa-se que há um reconhecimento tardio deste fenômeno, uma vez que as mulheres sempre trabalharam, seja nas suas casas ou fora delas, em empregos formais, informais, precários e, principalmente, em atividades ligadas ao trabalho doméstico e ao de cuidados. Segundo os dados disponíveis no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), no primeiro censo realizado no Brasil, em 1872, registrava-se uma taxa de atividade feminina de 45,5%. Na época, eram consideradas as atividades ligadas ao trabalho doméstico, à agropecuária, à limpeza dentro e fora de casa, à costura, à produção de doces e demais alimentos processados em casa. Mais tarde, na década de 1920, registrou-se uma queda na taxa de participação da força de trabalho feminina, pois essas atividades não eram mais consideradas como ocupação.

A explicação para a queda da taxa entre os últimos trinta anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX deve-se à elaboração de metodologias que ignoravam o trabalho das mulheres em casa, não remunerado, considerando-as como inativas.

Em 1970, a taxa de participação feminina foi registrada em torno de 18,5% e, a partir daí, consolida-se o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. O crescimento da taxa de participação feminina a partir daquela década relaciona-se a dois fatores principais: o primeiro é o marco da real entrada das mulheres no trabalho remunerado, especialmente no setor de serviços, diretamente ligado ao trabalho de cuidados. O outro fator diz respeito aos avanços e consequente melhoria na metodologia das pesquisas estatísticas sobre o mercado de trabalho, que passou a considerar as donas de casa não mais como economicamente inativas. Essa foi uma conquista importante do movimento feminista, que sempre denunciou as desigualdades no uso do tempo entre homens e mulheres, demonstrando como o trabalho gratuito realizado em casa é fundamental para a sociedade, mesmo que pouco valorizado (IPEA, 2017).

Ainda sobre a questão das estatísticas, Bruschini (2006) destaca que o trabalho doméstico era considerado inatividade econômica nos índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 1992, e que a contribuição do trabalho das mulheres

era comparada à mesma situação de inatividade econômica dos estudantes e aposentados. Isso muda a partir da década de 1990. Os estudos sobre o trabalho doméstico e a sua inclusão nas estatísticas deram visibilidade para este tipo de ocupação e trouxeram à tona sua importância nas análises econômicas sobre o trabalho. O cálculo do tempo gasto com esse trabalho, bem como a descrição das várias atividades realizadas, nos mostra a dimensão de como a desigualdade entre homens e mulheres está pautada na divisão sexual do trabalho.

Em outras palavras, a evolução na elaboração de metodologias que consigam observar dados importantes sobre as desigualdades de gênero possibilita também a captação da realidade específica das mulheres nas atividades econômicas e do tempo dedicado a essas atividades. Essa mesma evolução, que passa a considerar as atividades domésticas como trabalho, mostra os desdobramentos do diálogo entre militância e academia. O movimento feminista historicamente denunciou as condições desiguais das mulheres no mercado de trabalho, justamente por enxergar a naturalização do papel de gênero no trabalho doméstico gratuito realizado nos lares.

Araújo (2002) aponta que, em meados da década de 1970, as primeiras organizações e jornais feministas como o *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* chamaram a atenção para a importância da presença das mulheres no universo do trabalho extra doméstico, denunciando sua discriminação no mercado de trabalho e proporcionando visibilidade de suas reivindicações específicas. Nas palavras da autora :

Pesquisadores e, principalmente, pesquisadoras feministas destacaram a crescente presença da mulher no mercado de trabalho desde os anos 1940, os guetos nos quais se confinava a mão-de-obra feminina, a questão da dupla jornada de trabalho, a exploração da trabalhadora doméstica, o trabalho na casa como uma forma não remunerada de trabalho, as mistificações do discurso empresarial que justificavam as divisões e desigualdades de condições de trabalho para trabalhadores e trabalhadoras e o sindicato como um espaço masculino que excluía as mulheres (ARAÚJO, 2002, p. 132).

Este novo pensamento foi fundamental para a reformulação do próprio conceito de trabalho e suas modificações a partir da utilização da categoria da divisão sexual do trabalho, abrindo caminhos para metodologias que considerem sobremaneira o trabalho feminino. Nesse contexto, o crescimento da presença das mulheres nos movimentos feministas, na academia, em institutos de pesquisa e na gestão pública, trouxe inovações na forma de ver o trabalho, não mais limitado ao emprego (formal e informal) e ao assalariamento.

Foram estes estudos sobre mulher e trabalho que apontaram o aumento da participação feminina de maneira constante no mercado de trabalho no Brasil a partir da década de 1970. Nas décadas seguintes, em especial nos anos de 1990, esse fenômeno foi tão intenso que ficou conhecido como a feminização do trabalho (ARAÚJO, 2002; NOGUEIRA, 2004). Dados estatísticos apontaram que, no período compreendido entre os anos de 1970 até o final da década de 1990, houve um incremento de 31 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002).

As pesquisadoras diagnosticaram também que o aumento da População Economicamente Ativa (PEA) foi mais expressivo para as mulheres do que para os homens, com 111,5% de crescimento para elas e 40,5% para os últimos no período de 1981 a 1998. Em relação à taxa de atividade feminina, esta se manteve crescente no mesmo período (saltou de 32,9% para 47,5%), enquanto se observou uma estabilização (indicando até mesmo um ligeiro declínio) na taxa de atividade masculina, que foi de 74,6% em 1981 para 73,9% em 1998 (NOGUEIRA, 2004).

O aumento da presença das mulheres no trabalho é analisado por Bruschini (2007) como sendo resultado das significativas transformações demográficas, culturais e sociais experimentadas pelo país desde os anos de 1970. Entre as mudanças mais importantes estão: a queda da taxa de fecundidade<sup>7</sup>, a redução do tamanho das famílias, o crescimento dos arranjos familiares chefiados por mulheres<sup>8</sup>, uma maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres em relação aos homens e uma consequente presença feminina na população idosa. Somadas a essas mudanças, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Do mesmo modo, a partir da década de 1990, houve uma importante inserção de mulheres em carreiras como o Direito, Medicina, Arquitetura e Engenharias.

O perfil da força de trabalho feminina transformou-se ao longo das décadas de 1980-1990; ou seja, no final dos anos 1970, a maior parte das trabalhadoras era composta por jovens, solteiras e sem filhos, já na década de 1990, essa força de trabalho torna-se cada vez mais de mulheres na faixa etária de 30 a 49 anos, e grande parte já com filhos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002). Guimarães e Brito (2016) acrescentam que, sem essa mudança de perfil das trabalhadoras, o crescimento da taxa de participação feminina não teria apontado essa quantia:

---

<sup>7</sup> A taxa de fecundidade no Brasil caiu de 4,5 filhos, no final da década de 1970, para 1,6 filhos, em 2005. Essa média apresenta variações conforme a região do país analisada (IBGE, 2009).

<sup>8</sup> Em 1998, 26% do total das famílias eram chefiadas por mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001-2002).

De fato, até os anos 1970 a mulher brasileira que disputava posições no mundo do trabalho era majoritariamente jovem solteira e sem filhos. Desde meados da década de 1990 ela tornou-se mais velha, casada e mãe. Vale dizer, o aumento na taxa de participação feminina passou a se ancorar no afluxo de mulheres em idades mais elevadas e/ou na tendência de que, ingressando mais jovens no mercado, dele não se retirassem quando do início da carreira produtiva. Como resultado, já em meados dos anos 1990, as curvas de participação feminina e masculina segundo idades haviam se tornado bem mais assemelhadas em seu formato, diferentes do que haviam sido nos anos 1980 (GUIMARÃES e BRITO, 2016, p. 75).

O aumento continuou sendo registrado na primeira década do século XXI. Nos anos de 2001 a 2009, o montante de ocupações cresceu 22,8% (um acréscimo de 17.231.081 trabalhadores), sendo que o maior percentual ocorreu entre as mulheres. Nesses nove anos, a ocupação feminina cresceu 28,6%, enquanto a masculina, apenas 18,9% (ARAÚJO e LOMBARDI, 2013).

Importante frisar que a maior inserção feminina no mercado de trabalho iniciou-se no momento em que o capitalismo mundial passou por um processo de reorganização do seu padrão de acumulação. A reestruturação produtiva, enquanto processo de implantação das bases do novo padrão de acumulação flexível<sup>9</sup>, chega ao Brasil com maior força na década de 1990, marcando profundamente as relações de trabalho com a criação de “novas” e a reedição de “velhas” formas de organizar o trabalho, reforçando, em muitos casos, as desigualdades entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Esta reestruturação do capitalismo impactou distintamente homens e mulheres e está marcada “por um nítido viés de gênero” (ARAÚJO, 2002, p. 134).

A flexibilização apresenta-se, assim, como a tônica que orientará toda a reorganização das relações sociais de trabalho no contexto do neoliberalismo e, apesar da flexibilidade ser um conceito que historicamente vem sendo utilizado com distintos significados, na atualidade, ele remete diretamente à flexibilização das relações e do tempo de trabalho, bem como à precarização social ampliada pela emergência dos novos modelos produtivos (HIRATA, 2007, p. 91).

Um aspecto fundamental a esse processo é o seu caráter diferenciado conforme a divisão sexual do trabalho, sem isso o padrão de acumulação neoliberal não teria sucedido. Não se trata apenas de diferenciar homens e mulheres, mas de fazer aumentar a desigualdade já existente, com diferenças salariais e de condições de trabalho, fazendo

---

<sup>9</sup> Emprega-se aqui o conceito de acumulação flexível a partir da formulação elaborada por David Harvey (1993).

da força de trabalho feminina e sua subcolocação no mercado um experimento a ser implantado para toda classe trabalhadora. Nas palavras de Hirata, as mulheres “[...] podem ser mais facilmente ‘cobaias’ de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis” (HIRATA, 2002, p. 144).

Como afirmam Hirata e Kergoat (2007, p. 597), “a divisão sexual do trabalho não é um dado imutável”, pois a concepção de trabalho reprodutivo e o lugar das mulheres no mercado de trabalho variam no tempo e no espaço. De acordo com as autoras, há características que indicam mudanças e permanências no padrão da inserção da força de trabalho feminina no mercado. Existe um paradoxo quando se analisa a divisão sexual do trabalho, como afirmam Hirata e Kergoat (2007, p. 597), “nesta matéria tudo muda, mas nada muda”, persistindo “[...] a atribuição do trabalho doméstico às mulheres mesmo com a reconfiguração das relações sociais de gênero” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 607).

Entre as mudanças e permanências mais centrais estão: a manutenção do aumento da taxa de atividade das mulheres, a mudança no perfil destas no mercado de trabalho, a bipolarização do emprego feminino, a precariedade, a vulnerabilidade dos empregos ocupados por mulheres, a expansão dos serviços de cuidado e a manutenção dos padrões de segregação (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI, 2007; HIRATA e KERGOAT, 2008; HIRATA, 2011).

Bruschini (2007) ressalta que a tendência crescente da inserção das mulheres no mercado de trabalho é marcada por uma trajetória de avanços e retrocessos. De um lado, tem-se a entrada das mulheres em carreiras de prestígio, com acesso à educação e a lugares que até então eram ocupados por homens e, de outro, a realidade de outras mulheres é a informalidade, a baixa escolaridade e o emprego doméstico mal remunerado.

A existência de filhos pequenos segue sendo um fator importante para visualizar as dificuldades das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que crianças pequenas exigem mais horas dedicadas ao trabalho doméstico. Em outros termos, houve melhora com o acesso das mulheres em carreiras que não estão necessariamente ligadas ao trabalho doméstico e de cuidados, mas permanecem as diferenças salariais em todas elas. Conforme Araújo (2001-2002, p.136), a feminização do trabalho como fenômeno contínuo é perpassado por um caráter excludente, manifesto:

[...] no confinamento das mulheres em ocupações de menor prestígio social, na alta instabilidade, nas reduzidas chances de mobilidade, na desigualdade de oportunidades para homens e mulheres e nas assimetrias entre eles, assim como na desvalorização das atividades qualificadas como femininas e nas dificuldades de acesso aos postos considerados masculinos (ARAÚJO, 2001-2002, p. 136).

De todo modo, a questão salarial apresenta-se como um dos gargalos da participação das mulheres no mercado de trabalho. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para década de 1990 apontaram uma diferença salarial de 28% entre homens e mulheres, ou seja, os rendimentos médios recebidos por elas em ocupações não agrícolas giravam em torno de 72% dos rendimentos masculinos. Esse hiato salarial permanece ao longo do início do século XXI, mesmo com as melhorias no mercado de trabalho em relação a redução das assimetrias de gênero.

Lavinas, Cordilha e Da Cruz (2016) calcularam o diferencial de gênero dos rendimentos do trabalho e estimaram que, em 2003, as mulheres ganhavam em média 84% dos rendimentos masculinos, contra 68% em 1981. Apesar de haver uma clara redução na diferença de rendimentos entre homens e mulheres no período analisado, pesquisas recentes apontam que ela está estagnada. No entanto, há situações em que esse hiato salarial se agrava, especialmente em segmentos que requerem maior escolaridade.

O tipo de vínculo de trabalho joga um peso importante nas diferenças de gênero sobre os rendimentos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), em 2017, as trabalhadoras do setor formal ganhavam, em média, 78,4% dos rendimentos masculinos e essa diferença aumenta quando se trata do setor informal, passando para 67,4%. Tanto a situação salarial quanto o tipo de vínculo laboral podem sugerir uma situação entre maior ou menor precarização da experiência de trabalho vivenciada pelas mulheres.

Nesse sentido, a estruturação do mercado de trabalho formal brasileiro, iniciada nos primeiros anos desse século, surtiu um efeito positivo para a força de trabalho feminina. De acordo com Araújo e Lombardi (2013), houve um aumento expressivo das empregadas com carteira assinada (45,9%), seguido do aumento de empregos de mulheres no funcionalismo público (38,2%) e dos trabalhos domésticos com carteira assinada (30%). De forma complementar, há uma redução da ocupação informal entre os anos de 2001 e 2009: “Percentualmente, em 2001, 58,7% do total dos ocupados trabalhavam no mercado informal e 41,3% no formal; em 2009, as proporções se

alteram para patamares muito próximos da paridade, respectivamente, 51,7% e 48,3%” (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 462). Desmembrando os dados por gênero, observa-se que o aumento da formalização das mulheres foi maior (47,6%) do que para os homens (40,5%) (ARAÚJO e LOMBARDI, 2013).

Observando o período específico entre os anos de 2002 e 2013, Lavinias, Cordilha e Cruz (2013) chamam atenção para o fato de que os homens ampliam as suas oportunidades de emprego em momentos de maior crescimento econômico, como ocorreu em 2004, 2007 e 2010, enquanto que as mulheres ultrapassam ou mostram desempenho semelhante em anos de retração econômica (como foram os anos de 2008 e 2009) – embora na série histórica elas levem vantagens em relação à força de trabalho masculina. Este é, no entanto, um movimento contraditório, uma vez que houve maior formalização da participação das mulheres no mercado de trabalho (assim como para os homens), indicando uma diminuição da precariedade.

No entanto, a informalidade segue sendo desproporcional entre homens e mulheres. No final de 2009, enquanto 51,3% dos homens estavam em ocupações informais, o percentual para as mulheres era de 52,1%. A taxa de crescimento relativo das ocupações informais para as mulheres foi de 16,3% entre 2001 e 2009 e de 2,1% para os homens no mesmo período.

Agregando as taxas de crescimento, formalidade e informalidade do emprego, nota-se a seguinte situação: “Enquanto a ocupação total masculina cresceu 2,07% ao ano, 4,34% no formal e 0,26% no informal, a feminina cresceu 3,28% ao ano, 4,99% no formal e 1,91 no informal” (ARAÚJO e LOMBARDI, 2013, p. 463). Nota-se que aconteceram sensíveis melhoras no incremento da mão de obra feminina e no acréscimo da sua formalização. No entanto, as trabalhadoras ainda são maioria nos postos de trabalho mais desprotegidos e vulneráveis, o que reforça a tendência histórica de precariedade do trabalho das mulheres.

A tentativa de “conciliar” o trabalho produtivo e reprodutivo faz com que as mulheres se insiram em trabalhos flexíveis, precários e informais. No primeiro semestre de 2020 (PNAD Contínua), 52,1% das mulheres negras e 43,8% das mulheres brancas estavam ocupadas em empregos precários e informais, números que ainda nos mostram como a informalidade prevalece entre as pessoas negras ocupadas. A crise da reprodução social emerge de uma absoluta falta de tempo em “conciliar” dois pilares estruturantes do capitalismo, a produção e reprodução, essa é uma questão cara à

economia feminista, conforme será explicado de maneira mais aprofundada no segundo capítulo.

Desde 2014, em virtude da crise econômica, a taxa de desemprego vem aumentando no Brasil, especialmente entre jovens de baixa renda. Em pesquisa recente do IBGE de 2017, 21,7% dos jovens de 15 a 29 anos não estudavam nem trabalhavam, um ligeiro aumento em relação a 2016, quando foi registrado 20,5%. O número foi maior entre as mulheres, cuja incidência foi de 27,1%, enquanto entre os homens a taxa ficou em 16,4%. A análise mostra que a condição "nem-nem" – pessoas que não estudam, nem trabalham – é mais preponderante entre jovens com baixa escolaridade e de baixa renda, e mulheres, especialmente as com filhos.

Quase metade dos jovens na condição "nem-nem" são mulheres com filhos que estão em casa. Estas mulheres têm níveis de inatividade muito altos (43% em 2017), indicando, portanto, desigualdades de classe. Apesar da constatação de crescente diminuição da taxa de fecundidade no Brasil, parece que esta ainda é mais alta entre as jovens mulheres das classes populares.

Inclusive, esse é um dos argumentos usados pelas feministas em defesa do aborto, ao advogarem que a prática é uma questão de saúde pública. Mulheres de classes média e alta têm mais recursos econômicos para pagar abortos em clínicas ilegais, sendo, portanto, as mulheres das classes populares as mais afetadas pela proibição do aborto. Constata-se que são as mulheres pobres as que têm que levar a cabo uma gravidez indesejada e também são as que mais morrem em função da tentativa de fazer aborto sem orientação de médicos. Este grupo merece uma atenção especial para entender como a condição “nem-nem” é também resultado da falta de opções para o cuidado dos filhos enquanto trabalham ou estudam. Ter um filho com menos de um ano de idade é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, não trabalham nem estudam (MONTEIRO, 2013; FREIRE e SABOIA, 2021).

Outra característica que dispõe das vicissitudes das mulheres no mundo do trabalho é a existência de uma bipolaridade do emprego feminino, conforme explica Bruschini (2007). De modo genérico, essa bipolaridade explica a concentração das trabalhadoras em dois polos distintos: um precário e desvalorizado, e outro, compreendendo profissões de maior prestígio, como médicas, advogadas, magistradas, engenheiras, arquitetas, ocupantes de cargos executivos em empresas do setor formal etc., apontando novamente as desigualdades entre as mulheres.

No polo privilegiado, que concentra as profissões técnicas, científicas e assemelhadas, a presença das mulheres demonstra que há um avanço nas ocupações predominantemente ocupadas por homens. Isso se deu graças a uma intensa transformação cultural que se concretizou a partir dos anos de 1970, garantindo a expansão da escolaridade das mulheres e sua entrada nas universidades (BRUSCHINI, 2007).

Ainda assim, mesmo em ocupações de maior prestígio e remuneração, há um peso maior nos postos que se relacionam com espaços tradicionais femininos, tais como a docência (principalmente no ensino infantil) e auxiliares de medicina e odontologia, registrando baixo prestígio e baixas remunerações. No polo precário, estão as “[...] empregadas domésticas, trabalhadoras não remuneradas e aquelas que trabalham para consumo próprio e o consumo da família, principalmente no setor agrícola” (BRUSCHINI, 2007, p. 570).

A segregação também é constatada pelo diagnóstico de ocupações vistas tipicamente como femininas nos setores social e de serviços. Hirata (2001) enfatiza que a atividade feminina está concentrada no setor de serviços: atendentes, secretárias, recepcionistas, atendentes de telemarketing. Na saúde e cuidados pessoais, as mulheres são a maioria em profissões como enfermeiras, babás e cuidadoras. Nesse polo desprivilegiado ocorre o crescimento do número de postos de emprego mal remunerados e sem perspectiva de carreira, sobretudo sob as formas de trabalho em tempo parcial, temporário e com contratos de tempo determinado. Segundo Hirata (2009), o trabalho precário em tempos de capitalismo neoliberal pode ser percebido a partir de três indicadores: a ausência ou redução significativa de proteção social e de direitos; a redução da jornada de trabalho, resultando em baixos salários e níveis baixos de qualificação formal e renda; além do aumento das taxas de informalidade, subemprego e desemprego.

Desde os anos 1990, as mulheres registram as maiores taxas de desemprego no Brasil, as quais podem ser explicadas pelo contínuo aumento da população ativa feminina. Para Bruschini (2007, p. 566):

Esse raciocínio faz sentido ao considerar que o desemprego é definido como “a procura de emprego, sem sucesso, em determinado período de referência” e que a PEA é composta de ocupados e desocupados, ou seja, aqueles que estão à procura de emprego. Ao aumentar o ingresso maciço das mulheres na PEA, aumenta também sua procura de emprego, ou seu nível de desocupação (BRUSCHINI, 2007, p. 566).

Paradoxalmente ao aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho, verifica-se altos índices de desemprego feminino ao longo dos últimos 30 anos. Lavinás, Castilho e Da Cruz (2016) apontam que o desemprego entre as mulheres manteve-se sempre acima da média nacional, ainda que as mulheres constituíssem a maior parcela da população escolarizada.

Bruschini (2000) destaca a permanência do emprego doméstico como um dos maiores guetos femininos, que faz parte do polo precário. Este se mantém como um setor de grande importância para a economia, visto que houve um aumento de 200% da atividade entre os anos de 1970 e 1997, representado um aumento no contingente de 1,7 milhão para 4,9 milhões de trabalhadoras.

Diferentemente do polo privilegiado, o polo precário é composto por mulheres negras e pardas, menos qualificadas e migrantes:

[...] onde mulheres pobres, racializadas e imigrantes servem *fast-food* e vendem itens baratos em grandes lojas; limpam escritórios, quartos de hotel e residências particulares; e cuidam de famílias das camadas privilegiadas, muitas vezes longe de casa e abrindo mão da própria família (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 77).

Para Hirata e Kergoat (2007), é a primeira vez na história do capitalismo nas sociedades europeias (no caso, a francesa, analisada pelas autoras) em que há a oposição dos interesses de uma camada de mulheres mais abastadas e aquelas do polo precário. Nas palavras das autoras:

Assiste-se também ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pai, esposo, amante) opõem-se frontalmente aos interesses daqueles que foram atingidos pela generalização do tempo parcial, pelos empregos em serviços mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, pela precariedade (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 601).

Introduziu-se, assim, o estabelecimento de forma inédita de duas relações sociais entre mulheres em âmbito mundial:

[...] uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneira diferente, dos países do Norte e dos países do Sul e, logo também, de “cores” diferentes com a chegada a esse mercado de mulheres dos países do Leste. As relações étnicas começam

assim a ser remodeladas através das migrações femininas e da explosão dos serviços a particulares (HIRATA, 2007, p. 602).

O fato de as mulheres serem a maioria no setor de serviços, não só no Brasil, mas nos países do Norte, pode ser compreendido como fruto da construção social de desigualdades de gênero e de classe. Afinal, são as mulheres pobres e racializadas que exercem as ocupações precárias e mal remuneradas no setor de serviços. É bem verdade que esse fenômeno vem sendo identificado na literatura internacional como relativamente novo, isto é, a exploração do trabalho de mulheres pobres pelas mulheres de classes média e alta no capitalismo, porém, aqui no Brasil, esta prática sempre foi presente (MATTOS, 2022). Saffioti denunciou em seu livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de 1969, que: “[...] se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada” (SAFFIOTI, 2013, p. 133).

Flávia Biroli (2014) chama atenção em relação às barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, que estão associadas ao tempo que a mulher despense no trabalho não remunerado no interior dos lares. As duplas e triplas jornadas de trabalho para as mulheres vêm sendo denunciadas pelas feministas há anos. A autora acrescenta, ainda, que é esse trabalho doméstico, não remunerado, que garante que o homem exerça sua ocupação profissional, atendendo às exigências do mercado, que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, bem como o libera para usufruir o tempo livre.

As feministas marxistas fizeram o esforço de teorizar a respeito dos ganhos para os homens a partir do momento em que são as mulheres quem realizam o trabalho doméstico e de cuidado, enquanto eles apenas se beneficiam desse trabalho, fazendo com que seja garantido a eles o tempo de descanso, por exemplo. Ou seja, o mundo do trabalho se estruturou a partir da dicotomia entre o público e o privado e da divisão sexual do trabalho (FARIA e MORENO, 2012; MORENO, 2014).

A crítica feminista feita à bipolarização entre o espaço público e o espaço privado é importante para entender como o capitalismo reproduz a desvalorização do trabalho reprodutivo. Na visão tradicional, que divide o público do privado, o trabalho doméstico gratuito realizado no ambiente privado pelas mulheres é desvalorizado, em contraposição ao trabalho remunerado, que se desenvolve no ambiente público. Ainda que essa contraposição tradicional entre esferas pública e privada seja ainda mais

complexa com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, estas continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. Hirata e Kergoat (2007) apontam que os modelos de complementaridade entre os sexos baseados na estereotipação de papéis sociais ainda permanecem, mesmo diante da reconfiguração das relações sociais de gênero em face de um crescente processo de emancipação feminina. Ou seja, ainda que o “modelo tradicional” do homem provedor e da mulher responsável pelo lar seja cada vez menos frequente entre os casais nas sociedades ocidentais, o “modelo de conciliação” entre as atividades profissionais e domésticas ainda recai, principalmente, sobre as mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 604).

Além disso, pesquisas mostram que o “modelo de parceria”, que pressupõe uma maior igualdade entre homens e mulheres na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, reproduz desigualdades de gênero. Para a reflexão sobre o “modelo de parceria”, Bruschini (2008) salienta que, a partir do momento em que o trabalho doméstico passa a ser analisado, as pesquisas mostram que homens e mulheres fazem o trabalho doméstico mediante uma seletividade das atividades realizadas. Sendo assim, arrumar a casa, lavar, passar e cozinhar, são trabalhos majoritariamente realizados por mulheres. Neste modelo, as mulheres são responsáveis pelos trabalhos de necessidade cotidiana, enquanto os homens, além de dedicarem menos horas para o trabalho doméstico, em geral o realizam por meio de atividades esporádicas, como consertos em casa e pagamento de contas.

Saffioti (2013) pode ser considerada precursora de questões articuladas pelas feministas para discutir as especificidades do trabalho doméstico no Brasil. Ela antecipou o debate sobre o conceito de consubstancialidade, ainda que não tenha usado esse termo, que é utilizado pelas feministas francesas, como Helena Hirata. Em suas análises, a autora elabora a noção de um “nó” das desigualdades sociais no capitalismo, mostrando o entrelaçamento das categorias gênero, classe e raça para a promoção de tais desigualdades:

O nó, formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo, gênero, classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta desta fusão. (...) Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

Desta maneira, Saffioti não considera que estes três elementos constituam sistemas separados, na verdade, eles funcionam num todo orgânico que está em constante ressignificação dentro do modo de produção capitalista, em diferentes lugares ou fases de desenvolvimento. Essa perspectiva da relação de múltiplas opressões está fortemente presente nas pesquisas atuais sobre o trabalho doméstico no Brasil. O pensamento de Saffioti (2013) segue importante, uma vez que seu estudo histórico sobre a realidade brasileira traz as tendências de precarização do emprego feminino, que se revelam nas décadas seguintes no Brasil.

Quando Saffioti (2013) faz elaborações a respeito da categoria patriarcado para se referir à opressão, exploração e dominação da vida e dos corpos das mulheres, ela mostra que a violência é um aspecto fundamental que se manifesta tanto nos ambientes públicos como privados, passando tanto o ambiente doméstico, como o ambiente público, político e social que as mulheres vivenciam no decorrer de suas vidas, como a escola, as igrejas, o local de trabalho, a rua.

A violência sofrida pelas mulheres, tida como uma forma de expressão do patriarcado, é conceituada por Saffioti (2015) a partir da ruptura das integridades física, psicológica, sexual e moral; para a autora, a lógica de violência que atinge as mulheres a partir das relações de poder entre gêneros estrutura o capitalismo através do controle da vida e dos corpos das mulheres. Além disso, a violência contra a mulher tem como autores agressores em sua maioria próximos às vítimas, companheiros, ex-companheiros, pais, tios, vizinhos, homens que atravessam o cotidiano das relações estabelecidas por essas mulheres.

Saffioti (2015) considera em seu método de análise o “nó” já referenciado, que abarca “gênero, raça e classe” e, ao longo de seus estudos empíricos e produções teóricas, a autora afirma e demonstra que, dependendo da raça e a classe social de cada mulher, ela passará por situações de violência e opressão de formas diferentes, sendo que as mulheres negras e pobres, moradoras das periferias, atuantes em trabalhos extremamente precarizados, vão ser alvos maiores das opressões do patriarcado, assim como da possibilidade de estarem em situações de violência em seu cotidiano.

Segundo os Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016), o Brasil é o país com maior quantidade de trabalhadoras domésticas em todo o mundo, são 6,158 milhões de empregos domésticos, desses, 92% são ocupados por mulheres. Essa ocupação segue sendo a opção para grande parte das mulheres pobres e com baixo nível de escolaridade. As mulheres negras representam 65% das mulheres empregadas

domésticas, ao mesmo passo que possuem menor índice de escolaridade e formalização no emprego que as mulheres brancas, segundo os dados do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA), desenvolvido por Pinheiro et. al. (2016). Ou seja, o emprego doméstico no Brasil tem gênero, classe e raça bem definidos.

O trabalho doméstico no Brasil tem suas características próprias de um passado colonial, que carrega até hoje em seu imaginário e em suas casas o lugar de servidão, este reservado principalmente às mulheres negras. Não é possível analisar o trabalho doméstico no Brasil sem entender as questões de poder envolvidas a partir do racismo e do patriarcado. Os estudos que fazem menção ao trabalho doméstico e às peculiaridades da construção social brasileira desde o seu período colonial podem ser encontrados no trabalho de Saffioti (2013).

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 72 de 2013, ou a chamada PEC das domésticas, é um bom exemplo para refletir a situação atual do emprego doméstico no Brasil. Uma emenda que garante os mesmos direitos já aplicados aos outros trabalhadores no que diz respeito à jornada de trabalho e aos direitos trabalhistas, agora também para a trabalhadora doméstica, foi um ponto criticado pelas classes que contam com esse serviço mas o valorizam pouco. Guita Debert (2016) qualifica essa PEC enquanto uma “segunda abolição” para tratar especificamente das mulheres negras, a maioria das mulheres que realizam o trabalho doméstico assalariado no país.

A delegação do trabalho doméstico às empregadas pode ser vista como uma ferramenta de apaziguamento das tensões entre os casais, como apontam Hirata e Kergoat (2007, p. 602) quando analisam a questão da migração nas sociedades do Norte. O grande volume de força de trabalho existente no mercado faz com que esse seja um serviço ainda barato e a regulamentação desse trabalho impõe, pela primeira vez, limites para uma exploração de séculos, em que o tempo de trabalho era definido apenas pelas famílias beneficiadas, muitas vezes, sem tempo de descanso, com a trabalhadora morando no local e estando disponível 24 horas por dia, o que poderia se caracterizar como servidão:

Viver na casa da patroa é ter o seu cotidiano organizado de acordo com o modo de vida e as exigências de outras pessoas. Isso significa uma forma de privação, uma vez que a vivência do cotidiano, para além da jornada de trabalho está subjugada à regra das/os outras/os, o que caracteriza uma relação de servidão (ÁVILA, 2016, p. 142).

Ávila (2016) também reflete sobre a questão das longas jornadas presentes no trabalho doméstico antes e depois da PEC nº 72. A autora mostra como a conquista da regulamentação de 44h de trabalho para as empregadas domésticas modificou pouco sua longa jornada de trabalho, demonstrando que a regulamentação do trabalho doméstico, formalmente conquistada, ainda demora a ser exercida na prática de maneira generalizada. Para Ávila, a questão da “apropriação do tempo” é fundamental para discutir as desigualdades consequentes das condições de classe e raça entre as mulheres.

Dentro das contradições dessas relações de classe e de raça entre as mulheres, a apropriação do tempo de trabalho se mostra um elemento central com o qual estão diretamente relacionadas à divisão sexual do trabalho e a sua reprodução. Como o trabalho doméstico é uma demanda sempre renovada e incessante, quanto mais o tempo de trabalho da empregada doméstica é apropriado, mais liberado de trabalho doméstico se torna o tempo no cotidiano da patroa (ÁVILA, 2016, p. 141).

A partir dessa realidade em que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, pode-se identificar os seguintes modelos de trabalho: o modelo tradicional, que compreende as mulheres que não trabalham fora de casa; o modelo de conciliação entre trabalho dentro e fora de casa; o modelo de parceria, que implica na divisão do trabalho entre os parceiros; e o modelo da delegação, ao delegar a outra mulher que possui vínculo, ou sob remuneração, a realização do trabalho de casa (HIRATA, 2015).

O emprego doméstico só teve sua regulamentação efetivada com direitos previdenciários e carteira de trabalho em 1972, conforme nos explica Ávila (2016). Registra-se também baixos índices de formalização, principalmente em relação às mulheres negras. O emprego doméstico ainda se divide em diferentes modalidades, a saber: existem as empregadas domésticas que moram no mesmo domicílio em que trabalham, as que trabalham diariamente e residem em outros domicílios e as “diaristas” que trabalham sem uma regularidade mensal. As últimas, além de serem trabalhadoras informais, também não foram beneficiadas pela legislação que regulamenta as horas de trabalho (ÁVILA, 2016). Ainda conforme a autora, a escassez de tempo na vida das empregadas domésticas faz com que elas disponham de pouco tempo para se organizarem politicamente, sendo:

[...] um problema que se apresenta não só como uma dimensão da pobreza, mas também como um elemento de repressão ao desenvolvimento político-

individual e coletivo das mulheres inseridas em um contexto de grande desigualdade social (ÁVILA, 2016, p. 144).

Por esse motivo, pode-se destacar a importância do movimento feminista a partir de sua potencialidade em organizar as empregadas domésticas. Para tanto, é importante que se reflita de maneira crítica a situação de exploração presente nos vínculos empregatícios no trabalho doméstico. Isso consiste em prosseguir a luta por direitos, ao mesmo tempo em que se precisa efetivar os direitos já conquistados. A existência de leis que regulamentam o trabalho doméstico não garante que elas sejam efetivamente cumpridas, portanto ainda há um longo caminho a se percorrer na busca da cidadania (ÁVILA, 2016).

Além disso, cabe ainda fazer referência a uma página de *Facebook* criada em 2016, por Joyce Fernandes, chamada “eu empregada doméstica”<sup>10</sup>, que reúne inúmeros relatos sobre situações corriqueiras de opressão na relação entre patroas e empregadas domésticas. A intenção da criadora da página é publicar um livro a partir desses relatos. São situações que envolvem maus-tratos, racismo, humilhação e subjugação. Isso ajuda a mostrar como a situação do emprego no trabalho doméstico, especialmente no Brasil, ainda carrega um passado colonial, sendo urgente repensar e modificar essa realidade.

Durante o período de pandemia causada pela covid-19 no Brasil, as trabalhadoras domésticas foram especialmente atingidas, seja pela queda da taxa de emprego e de registro em carteira, seja pela exposição ao vírus na rotina de deslocamento para o trabalho e dentro dos lares que trabalham.

Devido ao isolamento social, muitas trabalhadoras, a pedido dos empregadores, permaneceram intermitentemente no local de trabalho; no entanto, denúncias sobre as condições às quais eram submetidas foram feitas a sindicatos das trabalhadoras domésticas, apontando que várias delas se viram prisioneiras em seu local de trabalho. Cabe mencionar que a primeira morte registrada pelo vírus no Brasil foi de uma trabalhadora doméstica no Rio de Janeiro, cuja patroa havia feito uma viagem ao exterior, voltando infectada e transmitindo o vírus. Mesmo sabendo da possibilidade de contágio, a patroa não dispensou a trabalhadora<sup>11</sup>.

No início de 2019, a partir dos dados do IBGE, o número de trabalhadoras domésticas no país foi registrado em 6,2 milhões, dessas pessoas, 92% são mulheres,

---

<sup>10</sup> Acessar: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>

<sup>11</sup> Acessar: <https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2021/04/12049960-empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar.html>

das quais 66% são negras. Já no início de 2021, o registro ficou em 4,9 milhões de trabalhadoras domésticas no país, sendo 26,7% formalizadas com carteira de trabalho. No período, foram feitas denúncias por parte das trabalhadoras, de movimentos feministas como a MMM, e de mulheres parlamentares, apontando as condições de trabalho análogas à escravidão, como também reivindicando o direito para a priorização da vacinação para as trabalhadoras domésticas<sup>12</sup>.

Os demais trabalhos ligados ao setor de serviços, cujas mulheres são a maioria, também foram diretamente afetados durante a pandemia, ou seja, mais mulheres perderam o emprego, tornando-se cada vez mais vulneráveis. Além disso, com o fechamento das escolas e de serviços públicos de saúde, as mulheres tiveram sobrecarga de trabalho nos lares; ademais, o maior número de pessoas dentro de casa também faz aumentar os trabalhos realizados pelas mulheres. Como principais responsáveis pela esfera doméstica, as mulheres, no geral, foram as mais afetadas no período de crise sanitária, em que a reprodução social fica comprometida.

A pandemia leva, portanto, a reflexões sobre seus diferentes efeitos na vida das mulheres, levando à reflexão sobre as consequências em suas vidas, corpos e trabalhos. A necessidade de isolamento social revela também que nem todas as mulheres são afetadas da mesma forma. A bipolaridade do emprego feminino apresentada anteriormente sugere que as mulheres com empregos mais estáveis puderam, em alguma medida, cumprir o isolamento, já as mais vulneráveis, que trabalham dentro e fora de casa, não puderam cumprir o isolamento social, pois o sustento da família depende delas.

A partir desse quadro apresentado sobre o funcionamento da reprodução social, da divisão sexual do trabalho e de alguns dados ligados a essas questões no Brasil, é possível observar como a pandemia afetou de maneira mais significativa a vida das mulheres.

## **2 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E O FEMINISMO ANTISSISTÊMICO**

O surgimento da Marcha Mundial das Mulheres, enquanto movimento social, no início dos anos 2000, marca um importante momento de reorganização dos campos

---

<sup>12</sup> Mais detalhes em: <https://www.camara.leg.br/noticias/757326-pandemia-torna-mais-vulneraveis-trabalhadoras-domesticas-concluem-debatedores/>

políticos do feminismo no Brasil e na América Latina. Essa reorganização teve como base, por um lado, a adoção de uma crítica antissistêmica ao modelo de acumulação neoliberal e aos impactos de sua política na vida das mulheres e, por outro, o questionamento da captura das pautas feministas pela agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), influenciando o modo de atuação do movimento feminista.

Apresentado na Introdução, o conceito de “lutas de representação” de Roger Chartier permite inferir que nesse momento de surgimento da MMM havia, portanto, uma disputa importante colocada entre os movimentos feministas que incorporaram efetivamente o que vinha sendo colocado pela ONU e os movimentos que discordavam, dentre eles a MMM, conforme colocado pela SOF. No entanto, para entender essa relação, é necessário ater-se para a construção do feminismo no Brasil e por conseguinte a MMM nesse interim e mesmo suas representações a partir da SOF.

O movimento feminista que surge no Brasil a partir da segunda onda<sup>13</sup> tem como principal característica a organização das mulheres em grupos autônomos que se engajaram na luta contra a ditadura civil-militar e que, no bojo das manifestações pela democracia, também tentavam incorporar nas organizações populares e de esquerda as bandeiras das mulheres, como o enfrentamento à violência contra a mulher, o direito à autonomia do corpo e a valorização no mercado de trabalho.

Com o processo de redemocratização, várias militantes feministas que atuavam nesses grupos passaram a criar Organizações Não Governamentais (ONGs) e direcionar sua atuação para a elaboração e implementação de projetos sociais focados em determinados grupos de mulheres ou em causas específicas relacionadas à saúde, violência, aborto, entre outras (PINTO, 2003). Este processo intensificou-se com o aprofundamento do neoliberalismo na década de 1990, o que resultou numa institucionalização e profissionalização do movimento feminista (PINTO, 2003).

Céli Regina Jardim Pinto, em seu artigo sobre as ONGs e a presença de novos atores no Brasil (2006), chama a atenção para a proeminência destas organizações após a Constituição Federal de 1988, que assumiram agir na defesa de temas como direitos humanos, meio ambiente e combate à fome, e têm sido porta-vozes das lutas por esses direitos diante do Estado (PINTO, 2006). Para a autora:

---

<sup>13</sup> Estudiosas do tema têm caracterizado a história do feminismo a partir da ideia de “ondas”. A primeira onda é datada do final do século XIX e início do XX, a partir da luta das sufragistas pelo direito ao voto. Após a década de 1970, atribui-se o surgimento da segunda onda, que incorporou a luta pelo direito ao corpo e a denúncia da violência contra a mulher (PINTO, 2003).

Em cenários como o brasileiro onde há concomitância de uma sociedade civil com formidáveis níveis de organização, com parcelas volumosas da população desprovidas de qualquer direito de cidadania, essas organizações ocupam papéis de quase partidos políticos da sociedade (PINTO, 2006, p. 655).

Ao utilizar a noção de ONGs como “partidos políticos” da sociedade civil, a autora chama atenção para dois aspectos: o primeiro é o fato dessas organizações trabalharem com temas que não são recortados pelos tradicionais partidos políticos ou não configuram como grande temas da política nacional; o segundo refere-se aos novos espaços de participação na política como os conselhos, conferências, orçamentos participativos etc., “[...] nos quais as ONGs têm atuado como representantes de parcelas da sociedade civil ou como assessoras de movimentos sociais” (PINTO, 2006, p. 655).

Tal contexto impunha uma série de contradições para o interior do movimento porque, na medida em que as ONGs acessavam recursos de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o próprio governo, acabavam por funcionar como uma espécie de “terceirizadas do Estado”<sup>14</sup>, assumindo responsabilidades que deveriam ser das políticas governamentais. Além disso, era comum as agências financiadoras direcionarem, com base na disponibilidade de recursos, os temas que deveriam ser priorizados na luta política em detrimento das reais necessidades do movimento.

Uma das estratégias assumidas pelo movimento feminista no Brasil, na relação com as ONGs e as agências de fomento, foi a aposta na atuação por dentro do Estado, utilizando os mecanismos de controle social existentes para pressionar os governos a cumprirem os acordos assinados no âmbito das Nações Unidas. Assim, as organizações sociais voltaram-se para ações de intervenção e monitoramento (conhecidas como *lobby* e *advocacy*) das principais conferências<sup>15</sup> realizadas pela ONU na década de 1990, em especial as de Cairo e Beijing<sup>16</sup> (PINTO, 2003; MORENO, 2014).

No entanto, enquanto parte do movimento investia nessa atuação institucional, outras mulheres iniciaram um debate político que apontava o modelo de

---

<sup>14</sup> Entendemos que a relação das ONGs com o Estado é muito mais complexa e variável do que está exposto nessa breve contextualização. Não é objetivo deste trabalho discutir as vantagens e desvantagens da atuação das ONGs nas relações entre Estado e sociedade civil, mas destacar as novas formas de ativismo criadas com a participação das ONGs.

<sup>15</sup> Na década de 1990, a ONU realizou uma série de conferências para discutir temas globais como meio ambiente, desenvolvimento social, direitos humanos, mulheres, a questão racial, entre outros. Dessas conferências surgiram os “objetivos do milênio”, uma plataforma que materializa a agenda das prioridades da ONU.

<sup>16</sup> Cairo e Beijing foram os locais onde ocorreram a III Conferência sobre População e Desenvolvimento e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, respectivamente.

desenvolvimento econômico neoliberal como o principal responsável pelo aumento da pobreza e da violência contra as mulheres. Associada a essa questão, havia também uma crítica à perda de radicalidade do movimento como consequência dessa estratégia prioritária de atuação institucional. Nalu Faria<sup>17</sup> e Renata Moreno<sup>18</sup> (2008) afirmam que “[...] enquanto lideranças feministas percorriam os corredores da ONU com o objetivo de evitar retrocessos no período de Pequim+5, um grande grupo de mulheres construía, desde a base, uma estratégia de resistência e enfrentamento ao neoliberalismo” (FARIA; MORENO, 2008, p. 17).

A Marcha se constituiu, assim, na contramão das conferências da ONU, uma vez que, enquanto grande parte dos movimentos de mulheres no Brasil estava mobilizada pelo chamado da ONU para a IV Conferência Mundial da Mulher na China, as mulheres na cidade de Quebec concentravam-se em debater como construir respostas a partir das demandas dos movimentos sociais, com uma agenda própria.

Neste contexto, o ano de 1995 foi um divisor de águas para a luta feminista. Cerca de 850 mulheres marcharam 200 quilômetros entre Quebec e Montreal, no Canadá, pedindo simbolicamente “Pão e Rosas”. Elas foram recebidas por 15 mil mulheres em Montreal numa grande manifestação de rua e conseguiram conquistas importantes, como o aumento do salário mínimo, políticas de apoio à economia solidária e de combate à violência contra a mulher (MORENO, 2014). Segundo Nalu Faria, em entrevista concedida a Tornquist e Fleischer (2012), essa ação “[...] marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista” (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012, p. 294).

A partir daí, tendo como pauta a resistência às políticas econômicas neoliberais, os movimentos impulsionaram processos de articulação continental antiglobalização e contra os Tratados de Livre Comércio (TLCs), em particular, na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que representava uma séria ameaça ao desenvolvimento e soberania dos países dos continentes americanos.

Os TLCs e em especial a ALCA foram alvo de crítica na visão da MMM porque esses tratados significavam a imposição de um projeto de “anexação e recolonização”. Essa interpretação deve-se ao fato de que tais projetos visavam estabelecer uma área de livre comércio cujas regras seriam estabelecidas pelas multinacionais e governos

---

<sup>17</sup> Nalu Faria é psicóloga, com especialização em psicodrama pedagógico, e militante fundadora da MMM, atuando na SOF desde 1986.

<sup>18</sup> Renata Moreno é doutora em sociologia pela USP e faz parte da equipe da SOF e da MMM.

neoliberais. Como a maior parte das multinacionais tem sede nos países centrais, o estabelecimento de tais regras beneficia esses países, fazendo com que os países periféricos ou em desenvolvimento fiquem submetidos a tais interesses que ultrapassavam o aspecto meramente comercial para interferir nas políticas econômicas e sociais regionais (FARIA; MORENO, 2007).

Na contramão do que vinha sendo colocado sobre os TLCs, a MMM propunha um debate a respeito de propostas alternativas para a integração regional, junto ao conjunto de organizações envolvidas na resistência contra a ALCA que alertavam para tais interferências políticas, principalmente no que tange ao enfraquecimento quanto à proteção ambiental e dos direitos sociais. Os exemplos dados são na agricultura, com a flexibilização das leis de proteção ambiental, e sobre compras governamentais a partir de regras que impedem compras locais de governos estaduais e municipais, ou seja, interferindo diretamente em sua autonomia (FARIA; MORENO, 2007). Segundo as autoras:

Durante a luta contra a Alca, os movimentos sociais construíram um discurso de resistência que já apontava para algumas alternativas, entre as quais aparecia a integração dos povos. Mas não é qualquer integração regional que é positiva para os povos. A proposta da Alca, por exemplo, carregava um conteúdo de integração que rechaçamos por inteiro. Era uma proposta que ia além de uma área de livre comércio, mas a partir de capítulos temáticos, buscava interferir nas definições de um conjunto de políticas, colocando mais obstáculos à soberania dos países. Alguns exemplos de negociações esclarecem o sentido geral da Alca. Havia negociações específicas que tinham como objetivo proteger os investimentos internacionais. O argumento era de que seria necessário criar um ambiente estável para os investimentos, e algumas iniciativas, como a proteção social e do meio ambiente, eram consideradas ameaças a esse ambiente estável (FARIA e MORENO, 2007 p. 7-8).

O primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, realizado em Porto Alegre, foi um espaço que deu visibilidade para a MMM e canalizou, em certa medida, os resultados da ação de 2000. O movimento fez uma grande mobilização para atuar no Fórum, pronunciou-se em uma das conferências, participou da teleconferência com Davos e realizou um encontro autogestionado com uma grande presença de mulheres (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012).

Para Faria e Moreno (2008), a luta contra os acordos de livre comércio foi fundamental para legitimar as “[...] vozes críticas aos processos de institucionalização e despolitização do movimento de mulheres ocorridos a partir do processo de conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 1990” que negociavam as pautas

referentes às mulheres dentro da institucionalidade dessa organização (FARIA e MORENO, p. 17).

No que se refere aos TLCs, se posicionavam por um lado as organizações de mulheres que concebiam a implantação da ALCA como algo dado e, por sua vez, buscavam a possibilidade de negociar por dentro dos acordos brechas para colocar a dimensão de gênero “[...] com a expectativa de que assim seria possível ‘amenizar’ os impactos negativos dos acordos” (FARIA; MORENO, 2007, p. 10). Por outro lado, estavam as organizações feministas, como a MMM, que rechaçavam a proposta como um todo, alertando para os efeitos negativos que tal proposta apresentava, apontando para a construção de um campo político feminista a partir dessas críticas:

Toda a luta contra a ALCA, o neoliberalismo e o livre comércio impulsionou a construção de uma força comum, auto-organizada, articulada desde o âmbito local, passando pelo regional e internacional. Essa é uma marca da recomposição de um campo feminista e anticapitalista que segue em ampliação (SOF, 2017b, p. 14).

Assim, movidas pela experiência da Marcha “Pão e Rosas”, as mulheres de Quebec lançaram a proposta de criar uma campanha global contra a pobreza e a violência sexista. Em 1998, elas realizaram um encontro que contou com a participação de 145 mulheres de 65 países. Na ocasião, foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres, e convocou-se a realização de uma Marcha Mundial das Mulheres para o ano 2000. Algumas sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) participaram do seminário e retornaram com o compromisso de construir a Marcha no Brasil (MORENO, 2014).

De acordo com a informação disponível na página da Internet do movimento, o contato inicial delas, no Brasil, foi com as mulheres da CUT: “Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1988, em Quebec”<sup>19</sup>.

Diante deste contexto, a Marcha Mundial das Mulheres vai se conformando como um movimento feminista de caráter antissistêmico, que se constrói a partir da auto-organização das mulheres e que se articula através das ações internacionais, conforme será abordado na seção a seguir.

---

<sup>19</sup> Ver <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>

## 2.1 As Ações Internacionais

A Marcha Mundial das Mulheres realiza, a cada cinco anos, ações internacionais como forma de fortalecer a articulação política internacional e avançar na construção do movimento. A 1ª Ação ocorreu no ano de 2000, com a participação de seis mil mulheres de 161 países (SOF, 2014). Entre os dias 8 de março e 17 de outubro daquele ano, as mulheres realizaram manifestações por todo o mundo e recolheram cinco milhões de assinaturas em um abaixo-assinado que foi entregue à ONU e apresentado em audiências com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As mulheres denunciaram os efeitos devastadores do neoliberalismo em seus países e em suas vidas. Em um ato simbólico em frente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, foram apresentadas mais de 5 milhões de assinaturas recolhidas em apoio às demandas da Marcha (SOF, 2014, p. 2).

A ação foi avaliada pelas participantes como vitoriosa e, no II Encontro Internacional, realizado imediatamente após o término dessa campanha mundial, as delegadas presentes decidiram que era necessário construir a Marcha Mundial das Mulheres como um movimento social permanente (SOF, 2014).

No Brasil, foram realizadas várias atividades entre março e outubro de 2000, conectadas com as 17 propostas da plataforma que orientavam a ação internacional. Em razão da forte presença das trabalhadoras rurais entre as organizações que conduziram a ação, foi incorporada a mobilização da Marcha das Margaridas como parte integrante da mobilização internacional, no que pode ser considerado um momento de convergência das atividades no país.

A 2ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres ocorreu cinco anos depois. Dessa vez, as mulheres elaboraram uma Carta Mundial para a Humanidade. Para tal, foi desencadeado um processo de debate nos países e territórios sobre as propostas das mulheres para o mundo. Simbolicamente, a carta foi traduzida numa colcha de retalhos que iniciou sua viagem no dia 8 de março de 2005, em São Paulo, depois de uma mobilização de rua com 30 mil mulheres, passando por 53 países, terminando em Burkina Faso, no continente africano. Enquanto a carta chegava a sua última parada em 17 de outubro, foi realizada uma vigília de 24 horas de Solidariedade Feminista, ao meio dia, em cada meridiano: “A ‘onda’ começou nas ilhas do Pacífico (Nova Caledônia, Samoa e outras), foi para a Ásia, Oriente Médio, África e Europa

simultaneamente, terminando nas Américas” (MMM, s.d., n. p, disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>). Com essa ação, as mulheres da Marcha expressaram sua visão sobre as alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade.

Na 3ª Ação Internacional, organizada em 2010, as atividades foram realizadas em dois momentos: o primeiro, de 8 a 18 de março, e o segundo, entre os dias 7 a 17 de outubro, tendo como lema: “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”. As atividades realizadas no primeiro período marcaram o centenário do Dia Internacional das Mulheres. No Brasil, cerca de três mil mulheres, oriundas de vários estados, marcharam quase 100 quilômetros entre as cidades de Campinas e São Paulo.

Durante os dez dias, as mulheres caminhavam pela manhã e participavam de formações políticas durante a tarde e, ao final, realizaram um grande ato público na capital paulista. De acordo com os documentos da Marcha Mundial no Brasil, que serão apresentados neste capítulo, a ação teve como objetivo expressar as demandas nacionais por meio das caravanas, marcar o aniversário de 100 anos do Dia Internacional de Luta das Mulheres, amplificar a voz das mulheres que sofrem violência em situações de conflito armado e dar visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional.

No segundo momento da 3ª Ação, ocorreram atividades simultâneas nos países, que convergiram para o ato de encerramento em Bukavu, na República Democrática do Congo, em 2010. Tal estratégia foi estabelecida com o propósito de fortalecer os laços de solidariedade internacional entre as mulheres e suscitar a visibilidade do seu papel como protagonistas na solução dos conflitos e na busca pela paz (SOF, 2014).

A consolidação da plataforma da Marcha Mundial das Mulheres foi um dos resultados da ação que expressa a luta em quatro eixos: bem comum e serviços públicos; paz e desmilitarização; autonomia econômica; combate à violência contra as mulheres. O tema da desmilitarização marcou as ações regionais na Turquia, nas Filipinas e na Colômbia, com o intuito de que as integrantes da Marcha pudessem “[...] refletir sobre a militarização na vida cotidiana e sua relação com o modelo capitalista e patriarcal, bem como visibilizar os interesses que existem por trás dos conflitos” (SOF, 2014, p. 12), essa foi uma das principais contribuições da 3ª Ação.

Ainda no escopo das ações voltadas para evidenciar as resistências e alternativas que as mulheres constroem nos seus territórios, em 2015, ocorreu a 4ª Ação

Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Como explicitado pelo movimento, a 4ª Ação buscou o enraizamento para “[...] fortalecer a defesa dos territórios das mulheres, que são compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas lutas, suas relações comunitárias, sua história” (MMM, 2015, s. p.). Ao final, as mulheres construíram dois mapas, o primeiro demarcando os territórios de resistência das mulheres, e o segundo, com as alternativas feministas às conjunturas às quais se opõem.

A edição brasileira da 4ª Ação ocorreu de forma descentralizada em 10 regiões, que abrangeram 15 estados: Tocantins, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. As atividades regionais partiram das necessidades urgentes dos Comitês locais da Marcha:

[...] o combate à violência em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas; a luta pela desmilitarização no Rio de Janeiro; o fortalecimento da auto-organização no Tocantins; a defesa da água e dos bens comuns, contra a exploração das mineradoras em Minas Gerais; a luta contra o agronegócio e o genocídio indígena no Mato Grosso do Sul; pela autonomia econômica em São Paulo; pela legalização do aborto no Rio Grande do Sul e pela agroecologia e cultura feminista no Rio Grande do Norte, que encerrou a ação com uma Virada Feminista Cultural e Agroecológica (MMM, 2015, n. p.)

Em 2015, foi também realizada a 5ª edição da Marcha das Margaridas, em Brasília, que fez parte da Ação Internacional e promoveu um encontro nacional das militantes da Marcha Mundial das Mulheres, em luta por agroecologia, autonomia econômica, desenvolvimento sustentável e por mais direitos para as mulheres do campo, das águas e das florestas (SOF, 2015).

De acordo com a avaliação do próprio movimento, os processos de organização das Ações Internacionais contribuíram para que a Marcha se constituísse como uma alternativa à institucionalização e à perda de radicalidade do movimento feminista, ou seja, a representação de pautas feministas via instituições e acordos internacionais, como foi o caso da tentativa de implementação da ALCA. A SOF, por sua vez, prioriza a luta articulada com os movimentos sociais e traz o feminismo para o centro da luta anticapitalista, sem abandonar outras questões:

As mulheres colocaram o feminismo no centro das lutas contra o neoliberalismo e o livre comércio: se posicionaram no debate econômico e impulsionaram uma luta articulada contra a mercantilização do corpo e da

vida das mulheres. Essa luta se baseou na auto-organização, na retomada da mobilização das ruas, em práticas feministas de ocupação de espaços públicos e nas alianças com os movimentos sociais (SOF, 2017A, p. 1).

O ano de 2020, marcado pela pandemia, não permitiu que fosse realizada uma ação presencial com as mulheres, como nas edições anteriores. No entanto, a MMM se mobilizou para realizar a 5ª edição de sua Ação Internacional de maneira virtual. Com o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”, comemorando também 20 anos de existência do movimento, a ação foi realizada entre 8 de março e 17 de outubro de 2020, de maneira descentralizada, com atenção para ações locais e campanhas virtuais de denúncias, além da proposição de um debate que contemple novas alternativas possíveis a partir da vivência das mulheres. Foram promovidos encontros virtuais entre a militância da MMM que desencadearam uma série de publicações nesse último período em formatos de cartilhas, livros, áudios, vídeos, notícias e boletins do movimento, todos disponíveis na internet, debatendo principalmente a economia e a vida das mulheres a partir da economia feminista.

Os debates foram realizados de maneira virtual, juntamente às militantes de outros países das Américas. Vale destacar a produção de um documento que marca o final dessa 5ª edição, denominado “Documento Regional Américas”<sup>20</sup>. Ele foi construído a partir de três oficinas realizadas de julho a agosto de 2020, com a participação de cerca de 40 militantes, apresentando uma síntese da proposta da MMM para as Américas que, em grande medida, trata da proposta de sustentabilidade da vida<sup>21</sup>.

Nossa 5ª Ação Internacional foi um processo intenso de construção de síntese política, onde avançamos em nossa visão comum sobre o contexto atual, sobre os desafios dos movimentos sociais e do feminismo nas Américas, e especialmente, avançamos em nossa síntese programática do que significa colocar a sustentabilidade da vida no centro de nossas práticas e propostas de transformação (MMM, 2020, n. p.).

---

<sup>20</sup> Acessar <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/documento-das-americas-no-encerramento-da-5a-acao-internacional-da-mmm/>

<sup>21</sup> Conceito adotado pela economia feminista sobre os debates referentes às mudanças de paradigma do sistema capitalista, passando a ter como centralidade não mais o mercado, mas a “sustentabilidade da vida”. A sustentabilidade da vida é “entendida como relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza e entre humanos e humanas” (MMM, 2015, n. p.). No decorrer deste e dos próximos capítulos, este conceito será explicado de maneira mais aprofundada, no entanto, ele não tem uma definição rígida, pelo contrário, ainda está em construção. Através dele, a MMM trata de analisar alternativas de construção coletiva de novas formas de sociabilidade em contraposição ao capitalismo neoliberal.

Além de retomar o debate econômico no âmbito do feminismo, um dos principais saldos das Ações Internacionais foi tornar a Marcha Mundial das Mulheres um movimento permanente, que segue em luta para mudar o mundo e a vida das mulheres. A seguir, serão abordados aspectos de sua organização e atuação no Brasil.

## 2.2 A organização da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil

Como dissemos na Introdução, a Marcha Mundial das Mulheres se define como um movimento feminista, anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e que tem na auto-organização das mulheres a base da sua construção. Conforme sua própria definição:

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento mundial de ações feministas que reúne grupos de mulheres e organizações que atuam para eliminar as causas que originam a pobreza e a violência contra as mulheres. Nós lutamos contra todas as formas de desigualdade e de discriminação sofridas pelas mulheres (MMM, 2007, n. p.)<sup>22</sup>.

Em seu estatuto, o movimento também se define como autônomo, multicultural, pluriétnico, pluralista e independente (MMM, 2007). Atualmente, participam da Marcha mais de 500 grupos em 162 países e territórios. Compõem o movimento os seguintes espaços: Coordenação Nacional (CN), Comitê Internacional (CI), Secretariado Internacional (SI) e os Encontros Internacionais (EI) que são realizados, em média, a cada três anos.

A CN é a estrutura que organiza a Marcha em nível nacional. Ela é composta pelos diversos grupos ativos no país ou território. De acordo com o estatuto da Marcha, a CN é um órgão autônomo em relação ao seu funcionamento, às políticas e ações, mas deve respeitar os seguintes pontos, como: “[...] ter mecanismos de consulta e decisão que implique aos grupos participantes ativos de todo o país e realizar as atividades comuns previstas no plano de trabalho aprovado nos Encontros Internacionais e Regionais” (MMM, 2007, n. p.)<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> No original: *La Marcha Mundial de las Mujeres es un movimiento mundial de acciones feministas que reúne grupos de mujeres y organizaciones que actúan para eliminar las causas que originan la pobreza y la violencia contra las mujeres. Nosotras luchamos contra todas las formas de desigualdad y de discriminación sufridas por las mujeres.*

<sup>23</sup> No original: “[...] tener mecanismos de consulta y decisión que impliquen a los Grupos participantes activos de todo el país y realizar las actividades comunes previstas en el plan de trabajo aprobado por los Encuentros Internacionales y Regionales”.

O Comitê Internacional é composto por integrantes efetivas e suplentes eleitas, advindas de várias regiões onde há a presença da Marcha. O CI reúne-se duas vezes por ano e tem como função assegurar as definições estabelecidas nos encontros internacionais, bem como circular informações e impulsionar o movimento nas diferentes partes do mundo. Compõe o CI: duas representantes efetivas e uma suplente da África, duas representantes efetivas e uma suplente das Américas, duas representantes efetivas e uma suplente da Ásia-Oceania, duas representantes efetivas e uma suplente da Europa, uma representante efetiva e uma suplente do Oriente Médio/Mundo Árabe, além da Coordenadora do Secretariado Internacional.

O Secretariado Internacional é uma espécie de secretaria operativa da MMM internacional. Ele é composto por uma secretaria que é eleita nos encontros internacionais e tem uma sede no país que é eleito. A coordenadora do Secretariado é a porta-voz e representante da MMM e cabe ao SI executar as decisões dos encontros internacionais (com participação ampla da militância dos núcleos e comitês regionais<sup>24</sup>), efetivar o plano de trabalho do movimento, garantir a comunicações nos diversos níveis e mobilizar recursos humanos e financeiros. O mandato da SI é de seis anos, com possibilidade de prorrogação por mais três anos<sup>25</sup>. Atualmente, está sediado em Moçambique e tem como secretária a militante Graça Samo.

Os Encontros Internacionais têm como objetivo discutir os caminhos do movimento, preparar as Ações Internacionais (AI) e eleger seu Secretariado Internacional. Eles funcionam como uma assembleia geral e neles são tomadas as principais decisões do e sobre o movimento. Participam desses encontros internacionais até três delegadas por coordenação nacional, sendo que pelo menos uma deve ser jovem, abaixo de 30 anos. As delegadas são escolhidas de acordo com a dinâmica de cada país ou território e têm como tarefa principal encaminhar os debates políticos e propostas das suas regiões, bem como contribuir com a construção do debate coletivo e estratégias do movimento. No caso do Brasil, geralmente participam três delegadas.

Conforme adiantado anteriormente, o 1º Encontro Internacional ocorreu em Quebec, no ano de 1998, preparatório para 1ª Ação Internacional da Marcha e, desde então, ocorreram onze encontros. A cada encontro realizado, a MMM avança, se

---

<sup>24</sup> A participação das militantes nos encontros internacionais, seminários e conferências da MMM se dá de maneira democrática e as militantes são escolhidas a partir de critério de cada núcleo, que precisa garantir condições para sua participação. Não existe um processo rígido de escolha de delegadas, elas ganham esse nome como formalidade. A participação da militância nesses momentos não é restrita.

<sup>25</sup> O Secretariado Internacional é ocupado de forma rotativa entre os países que possuem Coordenação Nacional da Marcha Mundial.

consolidando como movimento popular mundial. Em 2003, no 4º EI, em Nova Deli, foi reafirmada a continuidade da Marcha Mundial das Mulheres como movimento que se coloca como “irreversível” (MMM, 2012). Também no 4º Encontro foi aprovada a declaração sobre os valores da MMM. No encontro seguinte (2004), em Kigali, Ruanda, foi lançada a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, uma síntese das principais questões que são defendidas pelas integrantes do movimento.

Por ocasião do 6º Encontro Internacional, em 2006, na cidade de Lima, foi discutido e aprovado o Plano Estratégico da Marcha Mundial das Mulheres e, em 2011, no 8º EI, o movimento aprova seu estatuto e regulamento (MMM, 2007).

No último EI, realizado em Bilbao, em outubro de 2018, definiram-se os eixos da Ação de 2020: “Resistimos para viver, marchamos para transformar”, e foi eleito o novo Comitê Internacional, composto por duas representantes da Marcha Mundial em cada continente e duas do Mundo Árabe.

De forma geral, podem compor a MMM grupos autônomos de mulheres, comitês de mulheres dentro de grupos ou organizações mistas (onde participam homens e mulheres) e mulheres simpatizantes que se identificam com os princípios do movimento. Para pertencer ao movimento, cada grupo, organização de mulheres ou mulheres individualmente, devem aderir aos objetivos e valores da Marcha, representados na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, adotada em 2004, na Declaração sobre os Valores, definida em 2003, e nas reivindicações adotadas em 1998 e revisadas em 2001 por ocasião do 3º Encontro Internacional (MMM, 2012).

No Brasil, compõem a Marcha Mundial das Mulheres: mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas e LGBT que estão organizadas em comitês estaduais compostos por mulheres de outros movimentos sociais (sindical, grupos de base, moradia, estudantil etc.). Há uma coordenação executiva com oito membros e uma coordenação nacional composta por representantes dos comitês estaduais, que são rotativos e definidos pelo estado (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012). A Sempreviva Organização Feminista (SOF) é a Secretaria Executiva da MMM no Brasil e é responsável pela comunicação, além de outras tarefas executivas junto às militantes da MMM.

No que tange aos territórios brasileiros onde a MMM está organizada, observa-se a presença do movimento em 20 estados, envolvendo não só grupos de mulheres que têm afinidade política com a MMM, mas também mulheres que não são de nenhum grupo formalmente organizado e se integram aos núcleos e comitês para fazer parte da

sua dinâmica. O movimento tem uma Coordenação Executiva Nacional, que realiza reuniões periódicas. Para as reuniões nacionais, os comitês estaduais indicam, em média, duas representantes, e são convidadas mulheres de outros movimentos como forma de ampliar e fortalecer a aliança na construção do feminismo (SOF, 2015).

O Coletivo Carcará, núcleo da MMM no qual a autora desta dissertação teve atuação durante os anos de 2011 até 2017, foi fundado em 2011 na cidade de São João del-Rei e teve sua primeira atuação no “Grito dos Excluídos”<sup>26</sup>, em 7 de setembro de 2011, cujo tema era “Vida em primeiro lugar”. O núcleo local contava com a participação de uma maioria de estudantes da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e passou a ser referência nos debates sobre feminismo no município e na região.

Os eixos de discussão da MMM apresentados aqui foram amplamente discutidos no núcleo, contando com os materiais da SOF para subsidiar as ações dentro e fora da universidade. Na cidade de São João del-Rei, o coletivo Carcará atuou junto à comunidade por meio de rodas de conversa realizadas em praças públicas, na Universidade e em aparelhos públicos, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Durante dois anos de gestão (2013-2015), ocupou uma cadeira também no Conselho Municipal de Direitos para as Mulheres (CONDIM), protagonizou ações de rua e concedeu entrevistas<sup>27</sup> aos meios de comunicação local sobre seu trabalho e também sobre as mobilizações em torno do Dia Internacional das Mulheres.

Além da atuação local, o coletivo esteve presente em plenárias estaduais, com as participantes da MMM em Minas Gerais, seminários nacionais e internacionais organizados pela SOF junto à MMM, no Encontro Internacional ocorrido no Brasil, bem como na IV Ação mundial realizada no Brasil. O contato com a militância da MMM, diversa e comprometida com as transformações na vida das mulheres, forneceu subsídios para a continuação das reflexões e ações locais do coletivo Carcará.

Destaca-se uma das participações, em 2012, em que o coletivo local, subsidiado pela UFSJ, esteve presente no “Seminário Internacional Feminismo, Economia e Política: desafios e propostas para a igualdade e autonomia das mulheres”, realizado em

---

26 O “Grito dos Excluídos” é uma ação organizada por movimentos sociais para denunciar, no dia sete de setembro, dia da Independência do Brasil, a pauta sobre os desafios para a real independência do Brasil, fazendo crítica aos processos geradores da pobreza que seguem como um obstáculo no desenvolvimento do Brasil como uma nação independente.

27 Não foram encontradas as referências dessas entrevistas, mas elas ocorreram em duas oportunidades na rádio Emboabas e na TV Campos de Minas, no ano de 2015. As militantes que concederam entrevistas foram: Barbara Quintino, estudante do curso de arquitetura, Marina Eduarda Oliveira Campos, estudante de geografia, Wanessa Fagundes, estudante de artes aplicadas, e a autora desta dissertação, Mahara Jneesh.

São Paulo, com o objetivo de aprofundar as questões e desafios que envolvem o balanço e a construção de políticas e processos geradores de autonomia e igualdade na vida das mulheres. Nessa oportunidade, a autora desta dissertação teve a oportunidade de conhecer algumas intelectuais e pesquisadoras<sup>28</sup> que contribuem para os debates sobre a divisão sexual do trabalho, o trabalho de cuidados e a economia feminista no âmbito da MMM.

Estes seminários e encontros onde o coletivo Carcará teve participação foram promovidos pela SOF e pela MMM. Podemos considerar, conforme Céli Pinto (2006), que a SOF pode ser denominada como ONG, que se caracteriza por suas parcerias com os movimentos sociais feministas, principalmente a MMM<sup>29</sup>. Elas são organizações que compartilham as preocupações num mesmo sentido e estabelecem “[...] parcerias e assessorias, envolvendo, em qualquer um dos casos redes de ONGs nacionais e redes de ONGs brasileiras e estrangeiras” (PINTO, 2006, p. 659). Além disso, como já apontamos, existe uma relação de representação da SOF no que diz respeito aos discursos da MMM.

Céli Pinto (2006) exemplifica esse tipo de relação entre a SOF e demais organizações a partir das suas ligações com redes e entidades ligadas aos direitos reprodutivos<sup>30</sup>. Tal semelhança foi identificada quanto aos debates sobre o eixo que trata do “trabalho e autonomia das mulheres”. Um exemplo disso são as relações e debates com a Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE)<sup>31</sup>, fundamentais nas formulações sobre o trabalho doméstico e de cuidados.

Ainda em 1999, no processo de preparação da campanha da Ação Internacional de 2000, foi realizada a primeira reunião nacional e constituída a Marcha Mundial das

---

28 Estiveram presentes no seminário: Helena Hirata, socióloga, pesquisadora brasileira e pioneira nas pesquisas sobre divisão sexual do trabalho; Magdalena Leon, economista, pesquisadora e militante feminista equatoriana; Antonella Picchio, economista e pesquisadora italiana; Alba Carosio, pesquisadora e militante feminista na Venezuela; Bila Sorj, socióloga e professora da UFRJ; Mirian Nobre, engenheira agrônoma e mestre em “Programa de estudos na integração da América Latina”, na Universidade de São Paulo, atuando na SOF desde 1993 e sendo uma das militantes fundadoras da MMM; além de Nalu Faria, já mencionada neste trabalho. A temática do seminário e sua articulação entre pesquisa acadêmica, militância feminista e debates sobre políticas públicas abriu um horizonte de possibilidades para construção de propostas que vão de acordo com a valorização do trabalho das mulheres.

<sup>29</sup> As fundadoras da SOF são as mesmas que encamparam os debates na criação da MMM desde a primeira ação no Quebec. São elas Nalu Faria, Mirian Nobre e Tatau Godinho.

<sup>30</sup> Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos.

<sup>31</sup> A REMTE iniciou seus debates a partir de 1997, com contribuições importantes para os debates feministas principalmente ligados ao tema do trabalho das mulheres, no sentido de construir ações orientadas pela crítica ao capitalismo patriarcal globalizado (FARIA, 2015). Os primeiros contatos da SOF e MMM com a REMTE se deram nas ocasiões dos Fóruns Sociais Mundiais, principalmente nas articulações contra a ALCA.

Mulheres no Brasil. Foi nessa reunião que as mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas, em agosto de 2000, em adesão à MMM (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012).

Em 2002, a MMM elaborou a consigna “O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!” e o grito “A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria!” como parte da Campanha contra a ALCA, convocando as mulheres para um dia de ação das mulheres em 12 de agosto (SOF, 2015).

No ano seguinte, a MMM realizou a Campanha pela Valorização do Salário Mínimo, que propunha dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos, fazendo, a cada ano, um reajuste integral da inflação assomado de um aumento de 19% em seu valor. A campanha pretendia chamar a atenção para a importância da valorização do salário mínimo como estratégia de distribuição de renda e de diminuição das desigualdades salariais entre homens e mulheres, brancos e negros (SOF, 2015).

Em 2004, as jovens da Marcha Mundial das Mulheres protagonizaram a ofensiva contra a mercantilização da vida das mulheres por meio de uma crítica ao controle do corpo e da sexualidade das mulheres pelo mercado. Ou seja, a forma pela qual o corpo e a sexualidade das mulheres estão submetidos em grande medida à indústria de cosméticos e farmacêuticas. Com essa iniciativa, elas “[...] questionaram a naturalização e idealização do ‘ser mulher’, que impõe um padrão de mulher que é branca, flexível, plastificada, feliz e mãe” (SOF, 2015, p. 20).

Dois anos depois, ocorreu o I Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, reunindo 500 mulheres delegadas de vários estados brasileiros. O Encontro contou com atividades de formação política, debates organizativos e troca de experiências, tendo como objetivo fortalecer a auto-organização das militantes e se preparar para receber o Secretariado Internacional<sup>32</sup>. (SOF, 2014).

No ano de 2008, a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina<sup>33</sup> organizaram o Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e

---

<sup>32</sup> O Brasil sediou o Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres entre os anos de 2006 e 2013, tendo à frente Miram Nobre como secretária.

<sup>33</sup> A Via Campesina é uma articulação internacional composta por movimentos e organizações que atuam, principalmente, na luta pelo direito à terra e pela reforma agrária. No Brasil, compõem a Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Energética para afirmar a crítica à concepção de desenvolvimento baseada na ideia de crescimento econômico, na qual o mercado e o lucro privado são priorizados em detrimento da dignidade e sustentabilidade da vida (SOF, 2015). O encontro ampliou o diálogo da Marcha com os povos indígenas, que trazem para o interior do movimento o tema do território no debate da defesa dos bens comuns<sup>34</sup> e da soberania alimentar<sup>35</sup>.

No mesmo ano foi criada a Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, da qual a Marcha participou como uma resposta do movimento feminista à ofensiva dos setores conservadores expressa no fechamento de clínicas clandestinas e na perseguição das mulheres que recorreram à prática do aborto. Para a MMM, a maternidade não deve ser uma obrigação das mulheres, mas uma decisão livre e desejada e, além disso, nenhuma mulher deve ser presa, maltratada ou humilhada por ter praticado aborto (SOF, 2014).

Como parte do escopo de alianças prioritárias na construção do movimento, a Marcha do Brasil participa, em 2012, da Cúpula dos Povos, que ocorreu de forma paralela ao Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro, e do Fórum Social Palestina Livre, em Porto Alegre. Na Cúpula dos Povos, a MMM discutiu um novo paradigma de sustentabilidade da vida. Neste momento, nota-se como as propostas da economia feminista estiveram presentes nos debates promovidos pelo movimento. No evento, as mulheres saíram às ruas do Rio de Janeiro, cantando com irreverência palavras de ordem que denunciavam a economia capitalista e colocavam como proposta a economia feminista, denunciando as novas estratégias da “Revolução Verde” que trata a natureza a serviço do lucro das empresas, assim como faz com a mercantilização da vida, dos corpos e dos territórios das mulheres, vistos como inesgotáveis fontes de produção de mercadorias (SOF, 2015).

---

<sup>34</sup> Em documento da MMM, os bens comuns como um de seus eixos de atuação são definidos da seguinte maneira: “O bem comum refere-se aos ‘bens’ específicos que são compartilhados e benéficos para todos (ou quase todos) os membros de uma determinada comunidade, como os requisitos básicos para uma vida digna: alimentos, água, terra, moradia, conhecimento e serviços públicos (educação, saúde, energia, etc). Os serviços públicos – ou seja, os serviços que respondem aos direitos e necessidades básicas da população como habitação, gás e eletricidade, saneamento e tratamento de resíduos, educação e serviços de saúde, transportes públicos, telecomunicações, água potável – devem, por definição, ser de qualidade e acessível a todos, independentemente de classe, casta, gênero ou capacidade econômica. No entanto, eles vêm se deslocando da esfera pública (Estatal) para a privada, de modo que aqueles que não podem pagar pelo serviço ficam impedidos de se beneficiar deles. Além disso, os serviços públicos estão estruturados em torno de um modelo urbano, resultando em melhor acesso para quem vive nas cidades e acesso muito limitado para quem vive em áreas rurais” (MMM, sem data, tradução nossa, link: <https://marchemondiale.org/index.php/action-areas/el-bien-comun-y-los-servicios-publicos>)

<sup>35</sup> No mesmo sentido do que foi colocado quanto aos bens comuns, podemos considerar que a soberania alimentar se refere às possibilidades de ter autonomia em escolher conforme suas necessidades e culturas os alimentos a serem plantados e consumidos por cada comunidade.

Por sua vez, o Fórum Palestina Livre foi um espaço onde as brasileiras puderam conhecer a realidade e as experiências das mulheres palestinas e denunciar o Estado de Israel como promotor do genocídio do povo palestino, agindo a serviço dos interesses da indústria armamentista dos Estados Unidos.

A Marcha do Brasil esteve à frente do Secretariado Internacional de 2006 até 2013, sediando, em 2012, o 9º Encontro Internacional<sup>36</sup>. Diferentemente dos outros EI, a coordenação executiva no Brasil optou por fazer uma atividade ampliada, aproveitando a oportunidade para realizar um momento nacional de formação em articulação com o debate internacional. Participaram do encontro 1.600 mulheres de 48 países, fortalecendo a ideia da Marcha Mundial das Mulheres como um movimento de caráter internacionalista. No 9º Encontro, foi formado o coletivo de comunicadoras da MMM, com o objetivo de construir uma comunicação popular e feminista, em convergência com os outros movimentos sociais. As delegadas elegeram Moçambique como sede do próximo Secretariado Internacional e Graça Samo para cumprir o mandato de Secretária.

A MMM se apoia na tese de que a luta feminista é indissociável da luta contra o neoliberalismo e, por sua vez, da luta pela democracia, autodeterminação, integração e soberania dos povos. Essa visão está expressa no lema: “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”, reafirmando que, nos marcos do capitalismo não será possível alcançar a igualdade para todas as mulheres.

Partindo dessa leitura contextual, o movimento tem priorizado quatro áreas temáticas de atuação: trabalho e autonomia econômica das mulheres, bens comuns e serviços públicos, paz e desmilitarização, e fim da violência contra as mulheres.

No campo dos bens comuns e serviços públicos, a MMM parte da crítica do modelo de desenvolvimento hegemônico da sociedade capitalista, caracterizado pela sociedade de mercado que mercantiliza diversos aspectos da vida, propondo um outro paradigma de sustentabilidade.

Diante dessa visão, a Marcha Mundial das Mulheres afirma que as mulheres são as principais responsáveis pela alimentação e educação das famílias, pela provisão da água, pelo cuidado dos doentes, pela coleta da lenha (nos casos em que não há outra fonte energética). Assim:

---

<sup>36</sup> O Brasil sediou em São Paulo capital, por apenas uma vez, o Encontro Internacional da Marcha, justamente no período em que o Secretariado Internacional estava sediado no país.

O tempo das mulheres é considerado pelos sistemas capitalista e patriarcal como ilimitado e inesgotável. Os serviços estatais são privatizados e aqueles que não têm acesso ao mercado por limitações econômicas dependem de serviços públicos de má qualidade, o que incrementa exponencialmente a carga horária das mulheres – tempo passado em filas para receber alimentos ou água, tempo dedicado a educação dos filhos quando esses não recebem um bom ensino nas escolas, tempo esperando por atenção médica para as crianças e velhos (MMM, s. d., n. p., disponível em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/bem-comum-e-servicos-publicos/>)

Nesse sentido, faz parte da atuação do movimento a denúncia contra a mercantilização das relações entre as pessoas como, por exemplo, o tráfico e turismo sexual, a imposição de um padrão de beleza e a medicalização excessiva de processos naturais como a menstruação ou a menopausa.

A partir do lema “O mundo não é uma mercadoria, as mulheres também não” afirmado pela MMM, considera-se que a mercantilização do corpo e da vida das mulheres se dá em diferentes aspectos. Um deles diz respeito às indústrias farmacêutica e de cosméticos, que vendem soluções supostamente fáceis, seja para dores comuns no período menstrual e qualquer tipo de mal estar relacionado ao ciclo menstrual, seja para emagrecimento, depressão e ansiedade, constatando que as mulheres são o principal público alvo dessas indústrias. A Marcha denuncia, por exemplo, que cada vez mais os anticoncepcionais são vendidos com promessas de melhorias de outros aspectos ligados à beleza, como a pele ou emagrecimento, que nada se relacionam com a contracepção, que seria seu objetivo original. Fazer com que as mulheres se sintam cada vez mais inseguras e oferecer soluções a partir do mercado para suas necessidades é a tônica da forma de agir dessas empresas. Dito de outra maneira, “As transnacionais de cosméticos e farmacêuticas lucram com o mal estar das mulheres” (SOF, 2017b, p. 17).

Além disso, cabe destacar que a mercantilização da vida abrange os aspectos colocados e vão além deles, como a mercantilização de serviços, fazendo a denúncia que o processo de mercantilização tenta se colocar em variados aspectos da vida humana e não humana. Ainda nesse escopo, a MMM também denuncia a privatização das sementes (através de leis restritivas e tecnologia transgênica) e a mercantilização do carbono, que converte a contaminação do ar em um fator de produção negociado no mercado financeiro (MMM, 2015).

A centralidade no tratamento desse tema é a da união da luta pelos bens comuns e serviços públicos das mulheres urbanas e rurais, reivindicando soberania alimentar,

acesso a serviços públicos e proteção da natureza. Isso se dá através das propostas colocadas sobre a sustentabilidade da vida e a desmercantilização dos serviços no processo de construção da autonomia das mulheres.

Como pontuado anteriormente, as discussões em torno dos processos de militarização ganharam força na MMM a partir da 2ª Ação Internacional e, desde então, tem havido um chamado para que as coordenações nacionais aprofundem a reflexão, mesmo nos países onde essa questão não aparece de forma explícita. Para as mulheres da Marcha, a militarização explicita a divisão dos papéis no patriarcado, em que o conceito de masculinidade é associado à violência e às armas e, por sua vez, passa pela ideia de que as mulheres necessitam de proteção desses homens e dessas armas. Em outras palavras:

O exército pode ser considerado como uma das organizações patriarcais mais importantes de qualquer sociedade e uma das mais reveladoras da desigualdade que caracteriza as relações homens-mulheres: hierarquização do poder, culto ao chefe e sua dominação, obediência, violência física, ausência de espírito crítico, um círculo fechado dos “garotos”, etc. Este modelo de masculinidade associado à força e agressividade é uma referência crescente para os jovens somando-se muitas vezes ao racismo na formação de gangues (MMM, s. d., n. p., disponível em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/paz-e-desmilitarizacao/>).

Uma das consequências do processo de militarização é que o corpo das mulheres é visto como objeto e propriedade dos homens, o que legitima a existência dos conflitos. As denúncias dos casos de estupro em conflitos armados evidenciam essa interrelação entre militarização e objetificação das mulheres. É o caso do estupro massivo de mulheres, por exemplo, que vem sendo utilizado historicamente como despojo de guerra ou moeda de troca. Nos conflitos armados, o estupro serve para humilhar, desonrar e desmoralizar o inimigo ou, ainda, como uma política de purificação étnica. Como alternativa, a Marcha Mundial das Mulheres defende uma cultura de paz que passa pelo fim da militarização, pelo fim da violência sexual e da escravidão como armas de guerra e pela garantia dos direitos das mulheres em áreas de conflito. A MMM também propõe a inclusão das mulheres nos processos de pacificação, a erradicação da pobreza da violência e exclusão, a promoção da solidariedade, a existência de um sistema de justiça independente e uma educação não sexista.

A violência contra as mulheres é entendida pela MMM como um processo que organiza a sociedade e que é intrínseco ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista. Segundo a leitura do movimento, o patriarcado é o responsável pela

subordinação das mulheres, impondo a necessidade de controle, apropriação e exploração do corpo, vida e sexualidade das mulheres. Além disso, fortalece a cultura da masculinidade associada à agressividade, onde os jovens são ensinados que ser violento é ser um “verdadeiro homem”. Nesse sistema, quando as mulheres “desagravam” ou não correspondem ao estereótipo de feminilidade requerido delas, a violência vem como punição.

As mulheres da Marcha entendem que a punição é insuficiente para enfrentar o problema da violência. O Estado tem um papel fundamental na efetivação de políticas públicas de prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência, mas é preciso também responsabilizar os homens que cometem violência e confrontá-los publicamente, assim como a sociedade, sobre o tema da violência doméstica e sexual. Como afirmado nos documentos do movimento: “Necessitamos mobilizar a sociedade civil, pensar estrategicamente e promover ações radicais para a prevenção e denúncia da violência masculina contra as mulheres” (MMM, s. d., n. p., disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>).

Por fim, um quarto e último campo que compõe as linhas teórico-políticas da Marcha Mundial das Mulheres é a questão do trabalho e da autonomia econômica. Este é um tema central para o movimento e que se relaciona com todos os seus eixos de atuação. Tal perspectiva coloca a valorização do trabalho das mulheres como condição *sine qua non*, não apenas para romper com as desigualdades de gênero, mas para a construção de outro modelo de desenvolvimento. A partir dos aportes da economia feminista, a MMM entende que ela é importante “[...] para visibilizar as experiências das mulheres e sua contribuição para a economia, além de mostrar como a produção mercantil não está desvinculada da reprodução, ou seja, a produção das pessoas e da vida” (MMM, s. d., n. p., disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/autonomia-economica-das-mulheres>).

### 2.3 Economia feminista: origem, pressupostos e concepções da MMM a partir das publicações da SOF

Orozco (2006) aponta que os estudos sobre Economia de Gênero marcam a definitiva entrada das mulheres como pesquisadoras e sujeitos de pesquisa a partir dos anos 1960 nas Ciências Econômicas (BOHN; CATELA, 2017; PICCHIO, 2012). Nesses estudos, as diferenças entre os sexos devem ser reconhecidas e incluídas como

parte central da compreensão da dinâmica econômica, evitando-se as limitações das teorias androcêntricas da Ciência Econômica, da Sociologia e da História, dentre outras ciências, as quais são centradas na ideia de que o homem (branco, ocidental, viril) é a medida de todas as experiências sociais e humanas, representando o sujeito humano universal, que engloba todos os gêneros – e, por isso mesmo, invisibiliza as mulheres (MATOS, 2001; GRECCO, 2018; REGHIM, 2020).

Estas reflexões trazem questões sobre a igualdade de oportunidade e apontam as diferenças salariais no mercado de trabalho conforme o sexo. Assim, discutem a inclusão das mulheres a partir de moldes científicos androcêntricos, feitos por homens a partir de seu olhar masculinizado sobre a ciência, sem, no entanto, articularem as diferenças entre as mulheres. Em outras palavras, criticam o androcentrismo, e reafirmam a ideia de um sujeito universal do sexo feminino, no mesmo modelo do sujeito universal masculino.

Trata-se de uma extensão dentro das análises econômicas tradicionais. Estes estudos incluem a categoria gênero nas análises econômicas a partir da crítica à ausência das mulheres nessas abordagens. Como apontou Amaia Orozco (2006), as análises se sustentam sobre dois pilares: os estudos sobre equidade e o empiricismo feminista. Segundo a autora, os estudos sobre equidade são aqueles que interpelam as desigualdades entre os sexos, mas não se debruçam sobre as origens dessas desigualdades, ou seja, constatam que as mulheres ganham menos que os homens no mercado de trabalho, no entanto, o conjunto de situações que leva a essa realidade não é apresentado. Além disso, a questão da igualdade entre homens e mulheres segue um sentido de igualar as mulheres às condições masculinas de exercício do trabalho, considerando trabalho apenas as atividades que envolvem trocas monetárias. Já o empiricismo feminista, segundo Orozco (2006), relaciona-se com a percepção de que as mulheres são sub-representadas nas estatísticas androcêntricas, que não consideram as realidades das mulheres.

A partir do desenvolvimento da crítica feminista sobre as dicotomias existentes entre privado e público, entre o que é econômico ou não, refletidas a partir dos processos de produção e reprodução, temas não abordados pela vertente denominada Economia de Gênero, foram se desenhando os contornos do que vem se definindo como economia feminista (CARRASCO, 2018).

A economia feminista se consolida como uma corrente crítica dentro do pensamento econômico principalmente a partir da década de 1990, com notoriedade

para as publicações de pesquisadoras de universidades estrangeiras da Itália, da Espanha e dos Estados Unidos. A primeira publicação com destaque nesse contexto foi a revista “*Feminist Economics*”, lançada no ano de 1995 pela Rice University, nos Estados Unidos, em conjunto com a Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE), que surgiu em 1992<sup>37</sup>.

Antonella Picchio<sup>38</sup>, economista feminista que discute a teoria da reprodução social em debates e seminários promovidos pela MMM, como o seminário internacional “Feminismo Economia e Política”, em 2012, é uma das precursoras da economia feminista nas ciências econômicas. Para ela, a “Economia Feminista se volta primeiramente para fazer a crítica da economia política clássica e da escola neoclássica. David Ricardo e Adam Smith são os mais influentes pensadores da Economia Clássica, que se desenvolveu ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo como foco de análise a industrialização, especificamente os processos de produção. Estes autores consideram a importância dos processos reprodutivos, mas de maneira utilitária, enxergando a reprodução como necessária para a produção, em termos de eficiência desta última; ou seja, levam em consideração a importância dos processos de reprodução da vida dos trabalhadores em suas unidades familiares, a partir da preocupação da reprodução da força de trabalho e seu ingresso na industrialização. Este discurso pode ser retomado nos escritos de Adam Smith, de 1876, em sua obra *A riqueza das Nações*, conforme nos explica Picchio (2012).

Essa noção utilitarista, na visão da economia feminista, não permite ver ainda o funcionamento da reprodução social trazido pelas feministas marxistas, estas que procuram escancarar a importância desse processo para se compreender as desigualdades existentes, já que as mulheres são as principais responsáveis pela reprodução social.

---

<sup>37</sup> Liana Bohn e Eva Catela (2017) destacaram que, no Brasil, a produção acadêmica da Economia Feminista dentro das Ciências Econômicas é incipiente. As autoras fizeram essa constatação por meio da análise da produção realizada na área entre os anos de 1990 e 2015, publicada nos periódicos acadêmicos mais bem avaliados na área da Economia. Observaram que o tema é pouco estudado e que grande parte das publicações das economistas feministas se dá em outras áreas do conhecimento, como a sociologia do trabalho, por exemplo, por compartilharem os estudos sobre os trabalhos de cuidados a partir dos impactos econômicos. A principal razão disso é que, no Brasil, a economia ortodoxa dominante no ensino e na pesquisa fundamenta e ratifica as políticas neoliberais voltadas para a retração dos serviços sociais públicos e cortes dos gastos sociais, em favor da valorização do capital na sua forma financeira, impondo austeridade às populações indefesas.

<sup>38</sup> Antonella Picchio é uma das principais referências mundiais nos debates sobre Economia Feminista. É economista, PhD pela *Faculty of Economics and Politics*, Cambridge, e pesquisadora e professora de Economia Política na Universidade de Módonia, Itália. Contribuiu com os movimentos sociais feministas, dentre eles, a MMM, desde as publicações até a participação em seminários do movimento.

As críticas das economistas feministas à economia neoclássica, por sua vez, ressaltam os limites dos modelos de análises de preferências, baseados em linguagem matemática, criados para analisar o consumo para a satisfação individual. Nas análises neoclássicas, portanto, as preferências são desenhadas como sendo derivadas de decisões individualistas e alheias à história do modo de funcionamento do capitalismo e de suas desigualdades, principalmente as de gênero. A crítica aos pressupostos neoclássicos em Economia, assim, reforça que eles desconsideram que as escolhas de homens e mulheres são diferentes por fatores históricos e sociais (OROZCO, 2006).

As abordagens da economia feminista fazem a crítica aos modelos neoclássicos, que universalizam a existência do “*homo economicus*” na elaboração de seus modelos, a partir da ideia de que o sujeito opera suas escolhas individuais e racionais mediante a mensuração de sua satisfação e bem-estar. Com isso, não cabem nestes modelos econômicos as complexidades envolvidas nas relações entre os sexos e mesmo a própria composição dos seus interesses e escolhas pessoais no mercado. Além disso, a ideia sobre o comportamento do “*homo economicus*” vai de acordo com uma lógica individualista, supostamente carregada de racionalidade, a partir da ideia de que os sujeitos são autônomos, independentes e detentores de capacidade plena de escolhas (OROZCO, 2006).

Existe uma tentativa de fazer com que a vida, em toda sua complexidade, caiba em modelos pré-estabelecidos, calculados a partir de objetivos de ganho de capital pelas empresas. Isso mostra os limites das análises neoclássicas para pensar as questões a respeito das desigualdades existentes entre mulheres e homens, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico. Mostra também o processo de apagamento dos processos sociais de reprodução. Além disso, são modelos que demonstram que os indivíduos devem procurar no mercado aquilo que maximiza o seu bem-estar, ou seja, colocam os problemas de acesso ao que é necessário para a reprodução da vida como uma escolha individual.

A economia feminista transcende a dicotomia colocada entre trabalho e não trabalho, estabelecendo em seu discurso as mulheres como objetivo político, ao colocar como foco de análise a vida, e não mais os mercados. Este enfoque propõe uma ruptura com o sistema capitalista, que tem como cerne principal o lucro, para a construção de um sistema em que o trabalho doméstico e o de cuidados ganhem importância a partir do seu interesse pela vida das pessoas e todo o ecossistema envolvido, ou seja, com foco na sustentabilidade da vida (OROZCO, 2006).

Cristina Carrasco<sup>39</sup> e Antonella Picchio são autoras de grande relevância na construção do que a MMM, por meio das publicações da SOF, concebe como economia feminista. Elas reconhecem a importância do compromisso político contido nessas elaborações com a superação do capitalismo. Esse compromisso político sugere a construção de teorias e alternativas práticas a partir da perspectiva de construir uma nova sociedade cujo foco seja a sustentabilidade da vida..

Além disso, a opção pela economia feminista, que não é apenas uma opção de análise teórica, se dá a partir do seu compromisso político na luta pela superação do capitalismo e se inspira na experiência das mulheres para vislumbrar outro mundo possível a partir da sustentabilidade da vida. Picchio (2012 e 2018) ressaltou a importância de reconstruir o pensamento econômico através da teoria feminista, pensando o processo de desenvolvimento do capitalismo como ponto central de análise sobre a reprodução social: a economia feminista nasce dessa importância. Isso é fundamental para a MMM, como veremos com maior profundidade na próxima seção, em que o tema é analisado a partir do livro *Juntas e misturadas: explorando territórios da economia feminista* (2021).

A economia feminista aparece nas publicações<sup>40</sup> da SOF inicialmente trazidas a partir da publicação intitulada *Economia Feminista* (2002) e está presente nos debates

---

<sup>39</sup> Cristina Carrasco é uma das principais referências sobre a economia feminista no mundo. É economista, professora e pesquisadora da Universidade de Barcelona, na Espanha. Ela tem atuação nos movimentos sociais feministas e é militante do grupo Ca La Dona. Além disso, tem importantes artigos publicados nos materiais da SOF e participa de vários debates e seminários promovidos pela MMM.

<sup>40</sup> Foram selecionadas as principais publicações cuja temática central é a Economia Feminista nas publicações da SOF. Ao todo, são doze publicações que contêm a temática diretamente desde o título ou em artigos contidos nelas. São elas:

*Economia Feminista* (2002), disponível em <https://www.sof.org.br/economia-feminista-2/>

*A Produção do Viver: Ensaios de Economia Feminista* (2003), disponível em <https://www.sof.org.br/a-producao-do-viver-ensaios-de-economia-feminista/>

*Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado* (2007), disponível em <https://www.sof.org.br/trabalho-corpo-e-vida-das-mulheres-critica-a-sociedade-de-mercado/>

*Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana* (2008), disponível em <https://www.sof.org.br/trabalho-domestico-e-de-cuidados-por-outro-paradigma-da-vida-humana-2008/>

*Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres* (2010), disponível em <https://www.sof.org.br/cuidado-trabalho-e-autonomia-das-mulheres>

*Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia* (2012), disponível em <https://www.sof.org.br/analises-feministas-outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia-2012/>

*Reflexões e práticas de transformação feminista* (2015), disponível em <https://www.sof.org.br/reflexoes-e-praticas-de-transformacao-feminista/>

*Empoderamento econômico das mulheres no Brasil - pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado* (2018), disponível em <https://www.sof.org.br/empoderamento-economico-das-mulheres-no-brasil-pela-valorizacao-do-trabalho-domestico-e-do-cuidado/>

*Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* (2018), disponível em <https://www.sof.org.br/praticas-feministas-de-transformacao-da-economia-autonomia-das-mulheres-e-agroecologia-no-vale-do-ribeira/>

realizados pelo movimento para tratar do trabalho doméstico a partir de uma proposta que coloca em pauta sua reorganização em outra economia, na qual o centro seja a vida e não o lucro. Isso pode ser visto desde as primeiras publicações dos Cadernos Sempreviva<sup>41</sup>, nos quais Cristina Carrasco é autora de artigos, além de referência para outras autoras que também escrevem nesses materiais, como as organizadoras das publicações e integrantes da SOF, Mirian Nobre e Marilane Teixeira<sup>42</sup>.

Os debates sobre os cuidados aparecem na economia feminista a partir da reflexão sobre o trabalho de cuidar e as relações nele envolvidas. Segundo Orozco (2006), os debates sobre cuidado formam um conjunto no qual é mais fácil debater as

---

*Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas Feministas* (2020), disponível em <https://www.sof.org.br/caderno-capitalismo-digital-comunicacao-e-construcao-de-movimento/>

*Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas* (2020), disponível em <https://www.sof.org.br/caderno-neoliberalismo-trabalho-e-democracia/>

*Um meio tempo preparando outro tempo – Cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia* (2021), disponível em <https://www.sof.org.br/um-meio-tempo-preparando-outro-tempo/>

<sup>41</sup> As publicações dos Cadernos têm como característica comum serem frutos de debates coletivos com a participação de intelectuais feministas, mulheres militantes e parceiras da MMM, especialmente. Existe uma periodicidade quase anual nas publicações a partir de 1997 até o ano de 2021, conforme apresentado abaixo. Os Cadernos Sempreviva contam com vários volumes e são divididos em três séries, “Economia e Feminismo,” com sete volumes; “Gênero, Políticas Públicas e Cidadania”, com nove volumes; e “Saúde e Direitos Reprodutivos”, com dois volumes. São dezoito publicações sobre diversos temas em cada série, desde o ano de 1997 até 2020. Na série de cadernos Sempreviva “Economia e Feminismo”, os volumes publicados foram: *Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado* (2007), *Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres* (2010), *Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia* (2012), *Reflexões e práticas de transformação feminista* (2015), *Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal* (2019), *Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas* (2020) e *Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas* (2020). Na série “Gênero, Políticas Públicas e Cidadania”, foram publicados os seguintes volumes: *Gênero e Desigualdade* (1997), *Gênero e Agricultura Familiar* (1998), *Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista* (1998), *Gênero e Educação* (1999), *O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias* (1999), *Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista* (2000), *Economia Feminista* (2002), *A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista* (2003), *Desafios do Livre Mercado para o Feminismo* (2005). A última série, “Saúde e Direitos Reprodutivos”, está organizada em dois volumes: *Saúde das Trabalhadoras* (1998) e *Mulher, Corpo e Saúde* (2000).

<sup>42</sup> O Caderno Sempreviva intitulado *Neoliberalismo, trabalho e democracia* foi composto por seis artigos, a saber: “Forjar economias de resistência antirracista”, de Miriam Nobre; “Neoliberalismo, conservadorismo e os ataques à democracia: um debate coletivo a partir do feminismo”, de Clarisse Goulart Paradis; “Colonialismo e neoliberalismo: pela construção de um feminismo antirracista e anticapitalista”, de Mariana Lacerda; “A mercantilização da comida e da vida pela lógica capitalista, racista e patriarcal”, das autoras Francilêia Paula de Castro e Sarah Luiza de Souza Moreira; “O trabalho e as mulheres em tempos de neoliberalismo e crise”, de Marilane Teixeira; “As lutas feministas pela sustentabilidade da vida”, de Nalu Faria. Já no o volume “Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento”, pela primeira vez o tema do “capitalismo digital” aparece a partir do título da publicação, que foi dividida em cinco artigos: “Os usos da internet pelas mulheres em movimento”, de Adriana Vieira das Graças e Renata Moreno; “O direito à comunicação: reflexões e alternativas feministas contra a desinformação e a concentração da mídia”, de Fabiana de Oliveira Benedito e Helena Zelic; “Pistas para entender e enfrentar o capitalismo digital”, de Renata Moreno; “Impactos da era digital: a inteligência artificial não tem subjuntivo”, de Silvia Ribeiro; e “Falsas soluções tecnológicas e captura corporativa da agricultura e da natureza”, de Natália Lobo.

<sup>43</sup> Marilane Teixeira é economista, doutora em economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisa a economia feminista e é uma importante autora militante da MMM. Atualmente é presidenta da Sempreviva Organização Feminista (SOF).

ideias da economia feminista, observando como a relação do sexo/gênero organiza as relações de trabalho, bem como as subjetividades e múltiplas formas de interação e convivência nas relações humanas. O trabalho de cuidados é colocado por Orozco (2006) como “uma expansão da análise”, de acordo com as propostas da economia feminista. A autora traz a reflexão sobre a dependência dos seres humanos, afirmando que são as mulheres que realizam historicamente os cuidados, sendo elas vistas muitas vezes como dependentes de pessoas responsáveis pelos rendimentos monetários.

Reverter a visão centrada no trabalho produtivo, nos mercados e no lucro, permite ver essa relação de maneira mais clara, isto é, que o trabalho de cuidados não precisa ser naturalizado como algo das mulheres apenas, mas de todos. Concordando com Orozco (2006), Carrasco (2018) também considera a importância de analisar o trabalho de cuidados para mostrar sua relevância nas análises da economia feminista, ressaltando que o cuidado é fundamental para a existência humana.

A relevância do cuidado como base da vida e do sistema econômico permite situar este trabalho no centro da reprodução social e as mulheres como sustentadoras de toda a estrutura social e econômica; da própria vida, em definitivo. Efetivamente, só a enorme quantidade de trabalho e de cuidados que as mulheres realizam desde sempre permite que o sistema econômico e social possa seguir funcionando (CARRASCO, 2018, p. 48).

A temática dos cuidados parece ter um maior reconhecimento acadêmico que a economia feminista para discutir as questões a respeito da reprodução social, o que pode ser visto pelo volume de publicações de ambas as abordagens disponíveis no mercado editorial brasileiro e na academia. Apesar disso, Helena Hirata et al. (2012) destacam as dificuldades nos círculos de produção sobre o trabalho de cuidados, localizando estes estudos na sociologia do trabalho, sociologia econômica e sociologia das migrações.

Desde os anos 1980, os debates sobre os cuidados faziam parte do debate feminista sobre trabalho. É possível destacar, em um primeiro momento, as questões levantadas pelas feministas anglo-saxãs, referentes às reflexões sobre a ética e a política do *care* (HIRATA, GUIMARÃES e SUGITA, 2012).

Hirata e Debert (2016) chamam atenção para a contribuição de Joan Tronto<sup>43</sup> e Berenice Fisher de politizar o cuidado, em seu texto *Toward a Feminist Theory of*

---

<sup>43</sup> Joan Tronto (1993) é uma autora cujo pensamento é utilizado em grande parte dos estudos que visam a luta pela politização e democratização do cuidado. Os primeiros estudos sobre as teorias do cuidado foram desenvolvidos por essa autora. Seus estudos são utilizados por pesquisadoras que possuem publicações nos materiais do movimento, como Helena Hirata (2010). A definição de cuidado cunhada por Joan Tronto nos ajuda a entender a amplitude conceitual das relações de cuidado: “Se quiséssemos

*Caring*. Assim como as autoras da Economia Feminista mostraram o problema da concepção de *homo economicus*, que generaliza e universaliza as disposições necessárias para os homens no mercado de trabalho, desconsiderando o trabalho de reprodução feminino, Tronto e Fisher criticam a tradição filosófica liberal por se concentrar numa visão na qual o homem racional age no mundo público, tornando invisível o trabalho doméstico e de cuidados na constituição de um *self* capaz de participar da esfera pública. Hirata e Debert (2016) ressaltam que:

Como propõe Tronto (2013), de maneira sintética, é preciso trazer o *care* para a democracia e, ao mesmo tempo, democratizar o *care*. A visão que herdamos do cuidado tem a ver com o “culto à domesticidade” – um ideal desenvolvido no século XIX, com a entrada dos homens de classe média no mercado de trabalho capitalista e com a exclusão das mulheres do trabalho remunerado. O culto da domesticidade realçou a sensibilidade moral e emocional das mulheres de classe média (em oposição ao trabalho físico que deveria ser realizado pela empregada doméstica) e enfatizou a obrigação de cuidar (em oposição ao direito de competir e expressar interesses individuais próprios dos homens) e a natureza extremamente privada do cuidado (em oposição aos negócios públicos e aos ganhos no mercado) (HIRATA e DEBERT, 2016, p. 10-11).

No conceito de cuidados cunhado por Tronto (1993), bem como nas publicações organizadas por Hirata junto a Guimarães e Debert, afirma-se que podem existir muitas maneiras de realizar o trabalho de cuidados, de forma remunerada ou não, existindo várias faces no que se denomina como trabalho de cuidado – as mulheres cuidadoras de crianças e velhos da família, as babás, enfermeiras, técnicas de enfermagem, empregadas domésticas, faxineiras, dentre outras.

A reflexão sobre o sentido do trabalho de cuidados revela como a lógica de funcionamento da divisão sexual do trabalho acompanha as mulheres nas suas funções dentro do mercado. Dessa maneira, como já observamos no primeiro capítulo dessa dissertação, estão disponíveis para as mulheres, em geral, postos de trabalho que têm relação com o trabalho doméstico e de cuidados.

Arlie Hochschild<sup>44</sup> (2012), em suas análises que são referências nos estudos sobre o cuidado no Brasil, caracteriza o fluxo de pessoas que cuidam e precisam de cuidados em todo o mundo como “cadeia global de cuidados”. A partir de uma divisão

---

definir de maneira muito rigorosa o que é o *care*, seria: é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa.” (Tronto, 1993, p. 48). Já que as meninas são socializadas a partir das noções do trabalho reprodutivo, que envolvem os cuidados, elas são educadas para se responsabilizar pelo outro.

<sup>44</sup>Arlie Hochschild é socióloga, pesquisadora e docente da University of California, Berkeley, Estados Unidos.

preestabelecida, os países do Sul exportam a força de trabalho para as famílias, Estado e outras instituições para cuidar das pessoas no Norte.

Quando se fala em crise na economia feminista, trata-se de uma análise multidimensional, considerando aspectos da vida cotidiana, em muitos casos comprometidos por políticas recessivas que cortam políticas sociais responsáveis por garantir o acesso a serviços como saúde e assistência social, por exemplo. No entanto, analisar a crise de reprodução social de maneira multidimensional significa explorar seus aspectos e consequências na vida das pessoas, o que por muitas vezes não é considerado como algo passível de uma análise econômica. Portanto, ao considerar a economia além do seu aspecto monetário, a economia feminista coloca o próprio modelo civilizatório em xeque, a partir das condições atuais de extrema desigualdade e retirada de direitos promovida pelas políticas neoliberais.

Segundo Orozco (apud CARRASCO, 2018):

Podemos caracterizar a crise da reprodução social por três processos que estão interrelacionados: o aumento generalizado da precariedade da vida, a proliferação das situações de exclusão e a multiplicação das desigualdades sociais (OROZCO apud CARRASCO, 2018, p. 49).

Num sentido mais amplo, a crítica ao neoliberalismo desenvolvida pela MMM nas publicações da SOF envolve a luta por políticas que alterem a lógica do domínio do mercado e da divisão sexual do trabalho. Há diferentes formas de enxergar a economia. As autoras chamam a atenção para a importância de enxergá-la através da ótica da economia feminista, que se torna uma proposta teórica de análise do capitalismo patriarcal e racista, e uma proposta política para repensar os meios pelos quais se realizam a produção, reprodução e consumo.

As elaborações a respeito da economia feminista trazem à tona o modo desigual pelo qual a responsabilização das mulheres na reprodução social se constituiu historicamente de maneira injusta. Essas constatações, além de enxergarem as desigualdades, veem este trabalho no centro do funcionamento do capitalismo e propõem que é necessário pensar novas formas de organizá-lo a partir da proposta de sustentabilidade da vida. Para Carrasco (2018):

Nesse percurso, a economia feminista foi se deslocando conceitual e politicamente da discussão sobre o trabalho doméstico para a ideia mais recente de sustentabilidade da vida, ambos conceitos debatidos com mais intensidade nos movimentos sociais e sindicais do que na academia –

conceitos, portanto, com uma forte carga política. Os primeiros debates buscavam um reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O conceito de sustentabilidade da vida – além de exigir um maior estudo e discussão – nos coloca a necessidade de perfilar quais são as economias próximas, que ao menos em princípio mantém o mesmo objetivo que a economia feminista, para tentar construir diálogos e ações conjuntas – necessários se desejamos uma transformação social rumo a uma sociedade mais igualitária e melhor para se viver (CARRASCO, 2018, p. 33).

É a partir da noção de sustentabilidade da vida que a autora percebe a potencialidade da economia feminista para as lutas contra-hegemônicas e as possíveis parcerias da economia feminista com outras economias e outros movimentos sociais que estão alinhados com o mesmo objetivo. A ideia de sustentabilidade da vida quer mostrar como o capitalismo está comprometendo seriamente as condições de vida de todas e todos. Isso porque os problemas ecológicos são ocasionados pelas relações de produção e de consumo determinadas no capitalismo a partir da exclusiva busca pelo lucro – o que é o motor da destruição da natureza (CARRASCO, 2018, p. 54) – e pela espoliação do trabalho doméstico e de cuidados. A autora afirma que a natureza e o trabalho doméstico são os dois pilares básicos do capitalismo, ou seja, o lucro provém, antes de tudo, dessas duas fontes. A ideia da autora é que a produção e o mercado estão destruindo as bases de sustentação social, o que ajuda a caracterizar o conflito capital *versus* vida.

O feminismo antissistêmico construído pela MMM nas publicações da SOF, foi fundamental para dar vazão aos debates da economia feminista e sua crítica ao capitalismo, propondo a mudança de foco da economia, voltada essencialmente para os processos do mercado, para preocupar-se com a “sustentabilidade da vida” a “produção do viver”<sup>45</sup> ou a “reprodução da vida”<sup>46</sup>. Por essa razão, vemos que o uso das ferramentas encontradas na economia feminista reafirmava, desde o início, os princípios colocados pela MMM como um movimento anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

---

<sup>45</sup> O termo “produção do viver” como sinônimo de reprodução social foi tomado “emprestado” de um texto escrito por Helena Hirata e Philippe Zarifan (2003) sobre o conceito de trabalho. Este empréstimo é uma referência e uma homenagem aos estudos de Helena Hirata e do Grupo de Estudo da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho (GEDISST) sobre a divisão sexual do trabalho. O conceito também é utilizado, muitas vezes, nos debates sobre o trabalho doméstico, no sentido de ampliar o seu entendimento enquanto um trabalho fundamental.

<sup>46</sup> Conceito referente aos processos de “reprodução social”, um debate retomado principalmente pelo feminismo italiano (CRISTINA, BRODERÍAS e TORNS, 2011). A “reprodução da vida” é entendida a partir das análises de Antonella Pichio. A autora busca retomar os debates sobre a bipolarização colocada entre os processos de produção e reprodução no capitalismo de maneira integrada.

No decorrer dos anos, desde que a Economia Feminista vem se afirmando dentro do pensamento econômico, A MMM, a SOF e a *Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía* (REMTE) foram responsáveis pela maioria das publicações encontradas no Brasil sobre o tema. Basta uma pesquisa em sites de busca sobre “economia feminista” para observar que essas organizações estão envolvidas na maioria das publicações encontradas no Brasil sobre a temática desde os anos 2000, possuindo publicações em português e espanhol.

Igualmente, por identificar a escassez de material sobre a economia feminista no próprio debate sobre o feminismo no Brasil, nos círculos acadêmicos, bem como nos currículos dos cursos de Ciências Econômicas, reafirma-se a importância das formulações feitas nos debates da MMM que, em grande medida, dão origem às publicações da SOF. Por isso a opção de trabalhar com materiais do movimento feminista; a MMM interpretada nos materiais da SOF nos ajuda a elucidar a produção acadêmica vigente em materiais brasileiros a partir das contribuições propostas pela economia feminista. Isso se faz importante ao refletirmos de que maneira essas formulações representam uma disputa de ideias e práticas, seja no debate geral sobre o feminismo no Brasil, seja nas Ciências Econômicas.

A SOF cumpre o papel de dar vazão aos debates sobre a economia feminista e representa isso a partir de suas publicações que disputam os dois meios citados, o feminismo em geral e as Ciências Econômicas, enfatizando mais uma vez o papel de tais publicações nas “lutas de representação”. Além disso, é também através das publicações da SOF que a economia feminista tem papel central nas análises colocadas para os diálogos com a MMM em seus encontros. Dessa maneira, a SOF reafirma nos debates da MMM a importância da economia feminista, bem como se fortalece com as experiências das mulheres sobre a vida cotidiana e as possibilidades de crítica e construção de um novo paradigma – a sustentabilidade da vida – como o foco da economia.

As análises a respeito da economia feminista na MMM, representadas nas publicações da SOF, são feitas a partir das reflexões da teoria da reprodução social, apontadas no primeiro capítulo, e da divisão sexual do trabalho, principalmente no que tange ao conceito de trabalho doméstico e de cuidados. As análises da divisão sexual do trabalho feitas pelas autoras de referência, principalmente Helena Hirata, que produz artigos para os materiais da MMM, representados nas publicações da SOF, apresentam

os estudos comparativos presentes nas teorias do cuidado<sup>47</sup>, passando pelas atualizações do período neoliberal e suas novas estratégias de acumulação a partir da mercantilização dos cuidados. Trabalho doméstico, trabalho doméstico e de cuidados, e trabalho reprodutivo são muitas vezes utilizados como sinônimos; o que engloba todos estes conceitos é a leitura de mundo a partir da economia feminista e seu compromisso político envolvido na crítica ao modo pelo qual o capitalismo organiza a reprodução social, delegando às mulheres a partir da divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e o de cuidados.

O termo “trabalho doméstico e de cuidados” é adotado pela MMM nas publicações da SOF para se referir aos trabalhos ligados à reprodução social. Os debates dos cuidados são colocados em tais publicações nos seguintes aspectos: crítica e discussão sobre os efeitos nefastos do neoliberalismo para as mulheres; experiências no que diz respeito à socialização do trabalho reprodutivo e fortalecimento de políticas voltadas para o redesenho da divisão do trabalho doméstico e de cuidados; reflexões críticas sobre o papel do Estado na implantação de políticas públicas que visam redistribuir o trabalho doméstico e de cuidados para que esse não fique somente a cargo das mulheres, conforme colocado no conceito de divisão sexual do trabalho.

Uma das propostas é a crítica às políticas neoliberais implantadas na América Latina, que reproduzem e reforçam as desigualdades existentes na vida das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, a MMM busca fazer uma reflexão crítica “[...] sobre o papel do Estado na implementação de políticas públicas que interfiram de maneira favorável às mulheres na divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo” (GODINHO, 2008, p. 6).

A primeira publicação que debate a temática do trabalho doméstico e de cuidados nesses termos especificamente pela SOF e MMM, a partir do seu título, é do ano de 2008, com o livro *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de*

---

<sup>47</sup> Hirata e Guimarães (2012) abordam os problemas referentes à tradução do termo *care* para o francês (*soin*), palavra que não contemplaria a amplitude do que significa o conceito em inglês - “[...] cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento as suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição de care” (HIRATA e GUIMARÃES, 2012, p. 5). Segundo as autoras, a tradução de *care* para o português não traz prejuízos ao seu conteúdo e a opção por traduzir ou não varia entre as autoras. Por considerar a constatação das autoras brasileiras que estudam o tema, como Hirata e Guimarães, sobre a escassez de produções sobre os cuidados no Brasil, nessa pesquisa optamos por utilizar o termo traduzido para o português.

*sustentabilidade da vida humana* (2008)<sup>48</sup>, sendo, segundo Helena Hirata (2010), uma obra pioneira nas reflexões sobre a temática do trabalho doméstico e de cuidados no Brasil, compondo um campo de elaborações feministas publicadas pelo próprio movimento feminista.

O livro trata das questões que dizem respeito ao trabalho doméstico, trabalho reprodutivo e à própria formulação do conceito de trabalho doméstico e de cuidados, que é utilizada amplamente pela MMM, além de colocar em pauta o conceito de sustentabilidade da vida a partir de experiências coletivas. Godinho (2008) esclarece que:

Com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a SOF realizou estudos sobre experiências coletivas de alternativas aos trabalhos de cuidados, oficinas de debates e seminário ampliado sobre o trabalho doméstico (GODINHO 2008, p. 5).

Dessa maneira, pode-se notar que o conceito em desenvolvimento “trabalho doméstico e de cuidados” é elaborado pela economia feminista na MMM também a partir das contribuições das teorias do cuidado. Dito de outra maneira, ao se propor a construir um outro paradigma a partir do foco na sustentabilidade da vida, observando as dimensões do cuidado, incorpora-se tais estudos com o objetivo de debater a emergência dessa questão em todo o mundo. A obra debate sobre a interdependência entre os trabalhos produtivo e reprodutivo e as desigualdades de gênero, tanto no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico e de cuidados – tendo as mulheres muito menos tempo disponível para seus cuidados pessoais e ócio do que os homens – quanto à participação das mulheres no mercado de trabalho, já que são empregadas em profissões menos valorizadas ou em tempo parcial, sendo bastante frequente as mulheres terem que abandonar o mercado de trabalho para se dedicarem ao cuidado dos filhos.

Além disso, a situação do trabalho doméstico e especificamente do emprego doméstico no Brasil, salientada no primeiro capítulo, mostra como não é possível

---

<sup>48</sup> O livro publicado é fruto de um Seminário Internacional realizado em 2008, em São Paulo, com o título *Reorganização do trabalho doméstico e de cuidados – Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. Helena Hirata destaca o protagonismo dessa publicação nas reflexões sobre a temática no Brasil: “Nesse debate sobre o cuidado e o cuidar, a Sempreviva Organização Feminista (SOF) está certamente na vanguarda do processo de elaboração no Brasil. Na realidade, o livro *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana* (SILVEIRA e TITO, 2008) foi praticamente uma das primeiras publicações brasileiras, de que eu tenha conhecimento, a usar o termo *cuidado* tanto no título quanto nos artigos. Mas, há ainda muito pouca literatura e elaboração sobre o *care* no Brasil” (HIRATA, 2010, p. 46).

analisar as questões colocadas pelas teorias do trabalho de cuidados sem passar pela lógica de funcionamento do trabalho doméstico e seu passado colonial, junto à divisão sexual do trabalho. A ideia de sustentabilidade da vida traz à tona a importância do trabalho reprodutivo e a necessidade de se pensar em alternativas para o exercício deste trabalho, já que ele sustenta a vida, mas se dá sob condições de desigualdade entre homens e mulheres. A proposta de uma nova sociedade cujo centro seja a vida, vai no sentido de que o trabalho reprodutivo deixe de ser responsabilidade prioritária das mulheres, pois é essencial para a vida de todos os seres humanos. Sendo assim, a sustentabilidade da vida deve ser vista como responsabilidade de todos, como um caminho comum e coletivo, de todos para todos.

Desde sua primeira publicação sobre a economia feminista, a MMM, a SOF e a REMTE têm desenvolvido seu debate sobre o trabalho das mulheres, principalmente a partir desse enfoque, ou seja, num primeiro momento, as análises da economia feminista tiveram como motivação o entendimento sobre o trabalho das mulheres no capitalismo. Foi-se constituindo um debate coletivo, legitimando a posição de um feminismo antissistêmico/anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

O entendimento de que o capitalismo organiza nossas vidas em todas as dimensões, provenientes das análises da economia feminista, seguiu sendo estratégico nos debates e práticas feministas que visam a transformação social.

A primeira publicação que debateu o tema, intitulada “Economia Feminista”<sup>49</sup>, do ano de 2002, organizada por Nalu Faria e Miriam Nobre, destaca que até então os debates sobre economia e feminismo eram restritos às questões do trabalho doméstico e do mercado de trabalho. Com a publicação, foi apresentada a proposta de pensar toda economia através da teoria feminista. A escassez da temática que trata da economia feminista na época da publicação era ainda mais acentuada. Assim, as primeiras publicações sobre o tema no Brasil, na época, estavam nos Cadernos Sempre Viva.

O contato com a economia feminista pelas militantes no Brasil é proporcionado graças à dimensão mundial da MMM e aos diálogos feitos para convergir os debates em busca de alternativas que efetivem a autonomia das mulheres (FARIA e NOBRE, 2002):

---

<sup>49</sup> Os artigos contidos no Caderno Sempre Viva em questão serviram para subsidiar o seminário denominado “Seminário Feminismo e Economia”, realizado em novembro de 2001 em São Paulo. Um ano depois, no mesmo ano da referida publicação, foi realizado também o “Curso de Formação Econômica” (FARIA e NOBRE, 2002).

O debate entre parceiras nos é de fundamental importância, já que nosso objetivo é construir um discurso comum que alimente nossa intervenção, mediante a apreensão da teoria econômica feminista na análise da realidade brasileira e na elaboração de propostas (FARIA;NOBRE, 2002, p. 8).

Nessa primeira publicação de 2002, a partir dos artigos contidos<sup>50</sup>, são apresentadas as vantagens conferidas à teoria feminista com base no pensamento marxista, como mencionamos no primeiro capítulo sobre feminismo e marxismo, indo desde a explicação sobre o funcionamento do capitalismo, a partir da exploração do trabalho e as classes envolvidas, até a perspectiva de transformação do sistema. Ou seja, apesar de não serem conhecidas análises de Marx que tenham feito menção direta ao problema da exploração das mulheres, de maneira especial, o autor apontou a existência da produção e da reprodução social. Ademais, o seu método de pensamento, como já foi apontado, bem como suas análises para compreender como operam as desigualdades de classe no capitalismo, são de extrema importância para o debate da economia feminista, e podem ser aprofundadas pelas análises feministas, como denotam os artigos contidos.

Isso mostra de que maneira as leituras sobre o marxismo estavam sendo refletidas a partir das teorias feministas desde as primeiras formulações sobre a economia feminista, com o objetivo de “[...] corrigir o viés masculino e branco em suas teorias de socialismo, se é que essas teorias querem desenvolver uma alternativa verdadeiramente libertadora ao capitalismo” (FARIA e NOBRE, 2002, p. 9). Portanto, são pontos centrais o entendimento de que a classe trabalhadora não é homogênea, de que o trabalho doméstico e de cuidados realizado de maneira gratuita confere vantagens financeiras ao capitalismo e de que é preciso repensar o sistema através da ótica feminista como proposta política. Assim, ao tratar sobre o compromisso político envolvido nas propostas desde a economia feminista, a SOF, em suas publicações, relaciona o feminismo e o marxismo como caminhos para o entendimento do funcionamento da economia e, assim, coloca as bases do que vem a ser o conteúdo da economia feminista discutida no âmbito da MMM.

Nancy Fraser (2017) destaca a importância de se trabalhar a economia política no pensamento feminista, que é algo que se perdeu no movimento feminista

---

<sup>50</sup> “Introdução à economia feminista”, de Mirian Nobre; “Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas de gênero”, de Gustavo Codas; “A economia feminista”, de Diana Strassmann; “Por que os/as economistas feministas/marxistas/antirracistas devem ser economistas feministas-marxistas-antirracistas”, de Julie Mathaei; e, por último, “Refazendo tradições: mudanças na economia política da alimentação”, de Harriet Friedmann.

contemporâneo, mas que aos poucos vem sendo retomado. Podemos observar a importância dada ao debate econômico pela MMM, representado nas publicações da SOF. Portanto, a partir dessas publicações, é possível notar a economia feminista como a principal ferramenta teórica para analisar o capitalismo, revendo conceitos econômicos desde o pensamento econômico clássico, passando pela crítica aos neoclássicos, e indo até os limites e possibilidades do marxismo e feminismo a fim de analisar de maneira efetiva a condição feminina no capitalismo.

Além do marxismo e feminismo, as publicações posteriores destacam também os diálogos existentes entre os setores ecologistas, a economia feminista e o ecofeminismo. Eles são muito úteis para a construção da economia feminista a partir da crítica à economia oficial, para a formulação de propostas de mudanças emancipatórias, como repensar a organização da economia pela sustentabilidade da vida. A potencialidade de novas propostas se faz a partir do debate coletivo na construção de um sujeito político feminista que consiga intervir na realidade, este é o propósito final da MMM representada nas publicações da SOF. As ideias de sustentabilidade da vida são colocadas em movimento no seu sentido social, econômico e ecológico, desenvolvendo relações de respeito e preservação entre os seres humanos e a natureza, como evidencia o texto de Nalu Faria e Renata Moreno:

A sustentabilidade da vida aparece como um conceito importante para superar as dicotomias analíticas, mas também como uma aposta política capaz de analisar e visibilizar os processos de produção do viver, mais do que seus resultados sociais e econômicos. Esta perspectiva nos permite ampliar o olhar sobre a complexidade das relações entre homens e mulheres e as formas como a opressão se reproduz e se reinventa. Ao mesmo tempo, ao recuperar a experiência histórica das mulheres na produção do viver, seja no cuidado das pessoas, seja na relação harmoniosa com a natureza, recoloca no horizonte a possibilidade de uma reorganização da sociedade centrada na satisfação das necessidades de homens e mulheres, o que pressupõe relações de igualdade, liberdade e autonomia. (FARIA e MORENO, 2012, p. 11).

Isso se dá, no âmbito da MMM, representada nas publicações da SOF, na sua ligação com a construção da agroecologia e da economia solidária, que ajudam a elaborar propostas que possam valorizar o trabalho já realizado pelas mulheres, reconhecendo que as mulheres estão à frente na construção dessas iniciativas. A agroecologia é discutida a partir de seus princípios de respeito às relações com as pessoas e a natureza, do compromisso de produzir alimentos e relações saudáveis entre as pessoas, desde às hortas nos quintais em que as mulheres produzem os alimentos para as famílias, até ao cultivo de alimentos e plantas medicinais em florestas, preocupando-

se com a preservação do meio ambiente e da manutenção da vida em seu sentido geral. Já a economia solidária<sup>51</sup> é apresentada em seu diálogo com a economia feminista como alternativa às relações de exploração do trabalho, em relações que envolvem confiança e reciprocidade no processo de trabalho coletivo, sem que haja hierarquias, com ganhos coletivos e formas de comercialização que sejam justas para quem produz e quem consome. Na prática, a MMM promove feiras livres com este intuito, valorizando e incentivando a produção das mulheres para o acesso à renda na construção de sua autonomia econômica. Estes diálogos seguirão importantes e integram as práticas do movimento no que se propõe a mudar o mundo.

Sabe-se que as hortas cultivadas pelas mulheres nas sociedades tradicionais são modelos de aproveitamento e de uso sustentável da terra, baseados no cultivo de plantas permanentes e de alto rendimento, com a utilização de restos de vegetais e esterco como fertilizante. Assim, a comunidade é alimentada de forma eficaz, sem causar contaminação, já que “fecham ciclos”, como na natureza, e conservam a biodiversidade (PULEO, 2012, p. 40).

As propostas de reorganização da economia a partir do pensamento feminista, na construção da “sustentabilidade da vida”, significam olhar para a vida das mulheres enxergando as desigualdades e possibilidades existentes a partir do trabalho que vem sendo realizado historicamente por elas, isto é, o cuidado com a vida no seu sentido amplo. Pensar em uma nova economia, para a MMM, é mudar o olhar colocado a partir da economia *mainstream* para a economia feminista, capaz de focar no sentido da vida das pessoas e de todo o ecossistema, responsabilizando a todos e não somente as mulheres pela manutenção da vida (PICCHIO, 2012).

A defesa do lucro frente à vida já vinha sendo denunciada pela MMM e se evidenciou ainda mais nesse período de pandemia. Os questionamentos colocados pela MMM se tornam cada vez mais contundentes nas reflexões sobre a configuração do trabalho doméstico e de cuidados. Segundo as últimas formulações da MMM, o período de pandemia vem causando o agravamento das desigualdades sociais, como o aumento da violência doméstica e o aumento na quantidade de trabalho doméstico necessário para a reprodução da vida. “Salvar a economia” foi o sentido colocado por aqueles que

---

51 Os princípios da economia solidária são colocados em exercício na realização de trabalhos e formas de comércio justo, baseando-se “nos conceitos de autogestão, democracia, participação, posse coletiva dos bens e distribuição equitativa dos ganhos, além de orientar que as práticas econômicas sejam construídas/aperfeiçoadas com base nos princípios da sustentabilidade humana, social, econômica, ambiental e cultural” (SCHWENGBER, 2003, p. 117).

se posicionaram contra o isolamento social. As análises da MMM a partir da economia feminista questionam a falsa oposição colocada entre vida e economia, considerando que a economia deve ter seu foco nas questões que dizem respeito à vida das pessoas, não aos lucros do mercado.

Também ficou nítido nesse período de isolamento social que a economia é muito mais que mercado, comércio, números. A economia que sustenta a vida é construída nas relações cotidianas. É um trabalho ocultado pelo capitalismo para que as mulheres continuem fazendo-o de forma gratuita e sem ser considerado como trabalho (COELHO, 2020, n. p).

As publicações feitas pela MMM e SOF nesse período foram frutos de um debate coletivo entre militantes, organizações e pesquisadoras com o objetivo de retomar assuntos que já faziam parte dos debates e agendas a respeito da visão de mundo através da economia feminista. Nesse momento de incertezas, “a crise sistêmica que ataca a vida nos exigiu organizar, com urgência, respostas coletivas” (GRAÇAS e MORENO, 2020, p. 7), isso significa que a proposição de retomar debates e colocar as questões atuais para a reflexão coletiva se mostra como uma proposta de pensar o período atual através da práxis política da MMM.

É nesse contexto que lançamos não um, mas dois novos Cadernos Sempre Viva: “Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento” e “Neoliberalismo, trabalho e democracia”. Ambos levam o subtítulo trilhas feministas porque foram elaborados assim, em movimento. Um passo depois do outro, buscando entender o que nos rodeia, e todas no mesmo passo, para ninguém ficar para trás. Foi assim que fizemos duas sequências de Trilhas Feministas, processo de elaboração coletiva e formação virtual com companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, em setembro e outubro de 2020. A maioria dos textos aqui reunidos são fruto da construção coletiva, sintetizando os insumos, provocações, perspectivas e experiências levadas ao debate por facilitadoras e participantes. Trilhas são veredas a serem percorridas, podem se bifurcar em muitas, levar a outros caminhos, manter em nós o movimento constante. E trilhas são, também, os rastros que os seres vivos deixam por onde passam. Assim são nossas trilhas feministas: mantêm o passo presente, apontam caminhos futuros e expõem a firmeza do que vem sendo consolidado em uma trajetória coletiva (GRAÇAS e MORENO, 2020, p. 7).

As “trilhas feministas”, como foram chamados os dois cadernos Sempre Viva, são frutos de debates coletivos realizados virtualmente devido ao período de pandemia entre militantes da MMM, incluindo as integrantes da SOF e pesquisadoras de diferentes lugares. Este foi o primeiro ano em toda série de publicações dos cadernos em que foram lançados dois volumes consecutivamente.

Isso mostra que o período que exigiu o isolamento social foi enfrentado pela MMM em seus debates representados nas publicações da SOF a partir de esforços para que a conjuntura pudesse ser compartilhada entre sua militância a fim de suscitar os debates necessários e possíveis respostas em um período tão difícil, fazendo com que os diálogos se mantivessem em marcha a partir de importantes temas levantados nas duas publicações<sup>52</sup>.

A publicação dessas cartilhas mostra que a militância seguiu se encontrando, mesmo que virtualmente. Os debates já realizados antes, dentro da MMM e representados em publicações da SOF mostram que os eventos promovidos, como os encontros nacionais e estaduais, seguiram acontecendo. A MMM, no conjunto de sua militância, busca a coesão de seus debates para construir entre as suas militantes uma leitura de realidade que seja comum, propiciando também ações no mesmo sentido; por mais que isso seja praticamente impossível devido às diferenças locais e regionais, é notório que existe um grande esforço do movimento para esse objetivo e isso se dá em grande medida via publicações da SOF, em sua maioria disponível online e com o objetivo de difundir os assuntos entre a militância.

O livro *Juntas e misturadas: explorando territórios da economia feminista* é uma publicação da SOF representando a MMM, e da Coloetiva XXK- feminismos, pensamiento y acción, uma organização feminista localizada no estado Espanhol e Países Bascos (SOF; XXK, 2021). O diálogo proposto entre essas organizações é construído a partir da economia feminista, “proposta política que articula conteúdos (conceitos, análises, agenda) e formas organizativas que não dissociam o econômico e o político” (SOF; XXK, 2021, p. 8), isso indica a percepção da economia feminista como elemento de uma práxis.

---

<sup>52</sup> O Caderno Sempreviva intitulado *Neoliberalismo, trabalho e democracia* foi composto por seis artigos, a saber: “Forjar economias de resistência antirracista”, de Miriam Nobre; “Neoliberalismo, conservadorismo e os ataques à democracia: um debate coletivo a partir do feminismo”, de Clarisse Goulart Paradis; “Colonialismo e neoliberalismo: pela construção de um feminismo antirracista e anticapitalista”, de Mariana Lacerda; “A mercantilização da comida e da vida pela lógica capitalista, racista e patriarcal”, das autoras Franciléia Paula de Castro e Sarah Luiza de Souza Moreira; “O trabalho e as mulheres em tempos de neoliberalismo e crise”, de Marilane Teixeira; “As lutas feministas pela sustentabilidade da vida”, de Nalu Faria. Já no volume *Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento*, aparece pela primeira vez o tema do “capitalismo digital”. A publicação foi dividida em cinco artigos: “Os usos da internet pelas mulheres em movimento”, de Adriana Vieira das Graças e Renata Moreno; “O direito à comunicação: reflexões e alternativas feministas contra a desinformação e a concentração da mídia”, de Fabiana de Oliveira Benedito e Helena Zelic; “Pistas para entender e enfrentar o capitalismo digital”, de Renata Moreno; “Impactos da era digital: a inteligência artificial não tem subjuntivo”, de Silvia Ribeiro; e “Falsas soluções tecnológicas e captura corporativa da agricultura e da natureza”, de Natália Lobo.

Importantes autoras que influenciam as publicações da MMM e da SOF a respeito da economia feminista também têm atuação no mesmo território que a XXK, como Cristina Carrasco e Amaia Orozco, que participaram do seminário, em 2020, e do lançamento online da publicação, em 2021. O livro tem a intenção de fazer um diálogo entre as duas realidades territoriais, Brasil, Estado espanhol e País Basco, a partir de experiências da economia feminista construídas em cada local. As reflexões contidas no livro foram frutos de questões colocadas em um seminário virtual ocorrido em novembro de 2020, com cerca de 40 mulheres de 12 países; durante o texto existem também importantes citações que são partes de documentos da MMM<sup>53</sup> e da XXK.

Participaram dele quase 40 mulheres de cerca de 20 coletivos de uma multiplicidade de territórios urbanos e rurais do Brasil, Uruguai, Chile, Peru, Equador, Venezuela, Nicarágua, Costa Rica, Guatemala, México, Estado espanhol, Euskal Herria... Embora a responsabilidade final seja da SOF e da XXK, as vozes de todas elas também estão aqui (SOF e XXK, 2021, p. 6).

Na publicação, a crítica ao capitalismo é apresentada pelo uso do conceito de “desposseção”. Recupera-se a crítica da economia política marxista, situando-a no plano dos problemas atuais da reprodução econômica capitalista. Na introdução desse livro, porém, ocorre uma espécie de “acomodação” de conceitos que conversam, mas não necessariamente ocupam a mesma dimensão no plano de explicação teórica, como é o caso dos conceitos de desposseção e de precarização.

A acumulação por desposseção foi um termo utilizado por David Harvey (2004) a partir das reflexões feitas por Rosa Luxemburgo sobre a acumulação primitiva, conceito originalmente apresentado por Marx quando ele descreveu o processo de formação histórica do capitalismo, ou seja, da formação das relações sociais de produção, que correspondem a uma combinação de meios de produção e força de trabalho para a produção de mercadorias. De acordo com Harvey (2004), tal processo de desposseção (ou de espoliação) caracteriza a dinâmica do capitalismo em sua fase neoliberal.

Para Marx, a acumulação primitiva, ou originária, é uma das condições que permitiram o nascimento do capitalismo, por ter sido o processo que permitiu a espoliação de um campesinato tradicional e de terras de uso comum, com a sua

---

<sup>53</sup> A partir de conteúdos retirados da síntese das oficinas da MMM Américas (agosto/2020), conforme mencionado na publicação.

respectiva transformação em um exército de trabalhadores livres e em propriedade privada (MARX, 2011, capítulo 24).

Para Rosa Luxemburgo, a acumulação primitiva se realizou como um processo violento de destruição e de reorganização de um meio social heterogêneo, e contou com o Estado para incorporar à sua dinâmica formas sociais distintas das requeridas pelo seu desenvolvimento. Nesse sentido, o processo de acumulação primitiva não se restringe apenas a um momento da origem do capitalismo na Inglaterra, por meio do qual se formou um mercado capitalista interno. Tal processo, na verdade, depende e cria um mercado externo, o qual torna-se fundamental para a acumulação continuada do capital. É por meio da violência e do uso do poder militar para a conquista de novos mercados que os capitalistas procuram dominar as formações sociais que resistem a sua expansão. Isso significa que a acumulação primitiva tem uma historicidade, mas não que ela é um processo permanente e que esteja ainda em curso (LUXEMBURGO, 1984).

O conceito é também utilizado por Silvia Federici em sua obra *Calibã y la bruja* (2004) para descrever os processos pelos quais as mulheres foram historicamente submetidas ao mundo econômico do mercado capitalista no seu processo contínuo de acumulação.

A partir das contribuições feministas sobre a reprodução social e a responsabilização histórica das mulheres por ter que cuidar desse âmbito da vida, esse conceito da acumulação primitiva pode ser útil para entender de que maneira as práticas neoliberais seguem explorando o trabalho gratuito das mulheres em muitos âmbitos da vida social – ainda que historicamente possa ser discutido se, de fato, ainda permanece em curso um tal processo. Essa discussão, no entanto, está além dos objetivos do presente trabalho.

Outra categoria central a ser destacada é a de “cercamento da vida” (SOF; XXK, 2021, p. 10), a partir da qual se constituem as três perguntas chaves que inicialmente conduziram a produção do livro. Apesar de não responder completamente às questões colocadas, a reflexão apresenta caminhos possíveis. A primeira pergunta feita nessa introdução foi “por quais chaves estão se redimensionando as formas de controle do capitalismo patriarcal e, conseqüentemente, os ataques à vida?”, como segunda pergunta, “como as formas de sustentação da vida estão sendo rearticuladas aprofundando as dimensões invisibilizadas, feminizadas e racializadas do sistema?” e por último, “de que maneira as formas de resistência que tentam pôr a vida no centro se reinventam diante do capitalismo patriarcal global?” (SOF e XXK, 2021, p. 10-11).

As respostas apontam para a construção do pensamento e da ação sobre a “sustentabilidade da vida e o conflito capital-vida” (SOF e XXK, 2021, p. 11). O conceito de sustentabilidade da vida já faz parte das análises contidas nas publicações da MMM e da SOF. No entanto, esta publicação em especial se preocupou em colocar estes conceitos de maneira contundente, ao denunciar as formas pelas quais o capitalismo é um sistema que atenta contra a vida. Ao chamar atenção para a importância do trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres na reprodução social, a obra caracteriza o conflito capital-vida para que, a partir dele, possam ser debatidos os demais temas.

A proposta da economia feminista apresentada mantém-se à perspectiva da *práxis*, com uma dimensão ontológica própria do marxismo ao retratar os problemas envolvidos na organização e funcionamento do mercado, colocado como centro da economia, bem como também é uma proposta política de transformação das análises econômicas e da própria centralidade da economia a partir da luta política.

O conceito de sustentabilidade da vida é uma aposta analítica e política que pretende retirar os mercados capitalistas do centro da economia, ou seja, fazer com que esses deixem de ser o foco da compreensão do mundo ou da realização de propostas políticas. Para além disso, sustentabilidade da vida é uma forma de nomear uma aposta de transformação que passa por uma ruptura radical com o sistema biocida que temos hoje, e por construir um outro mundo, no qual todas as vidas importem em sua diversidade, dentro de um planeta vivo (SOF e XXK, 2021, p. 16-17).

A noção das categorias de sustentabilidade da vida e conflito capital-vida são consideradas um “bem comum” por terem sido desenvolvidas em relação direta às elaborações feministas antissistêmicas, “[...] uma linguagem compartilhada com a qual podemos tentar compreender a atualização do capitalismo patriarcal colonialista” (SOF e XXK, 2021, p.11). O conflito capital-vida articula o antagonismo existente entre esses diferentes aspectos com os elementos próprios do capital e do capitalismo, como a insustentabilidade e a subordinação da vida ao capital.

Um elemento central que pode ser visto desde essa perspectiva ontológica exposta é “vida”, porque o capitalismo, pelo seu metabolismo, é contrário à vida. Isso também implica na democratização do debate político: uma vez que as mulheres são colocadas como responsáveis pela reprodução social no que diz respeito à vida, elas também são as que mais podem contribuir por conhecerem a fundo as questões ligadas à existência cotidiana (SOF e XXK, 2021).

Pensar em categorias que sejam “bens comuns” vai de acordo com a tentativa de que conceitos elaborados na luta feminista não sejam apropriados/capturados pelos mercados, aqui pode-se tomar a questão da sustentabilidade fugindo das limitações da sua percepção como objeto para o capital, na forma dos discursos e práticas do “desenvolvimento sustentável”. O termo é por vezes trabalhado por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme exemplo dado pelas autoras, a preocupação foi exposta a partir do termo “cuidado”, que “está sofrendo um processo de esvaziamento e tergiversação que retira dele a potência crítica com a qual os feminismos o lançaram no debate público” (SOF e XXK, 2021, p. 15).

A utilização da metáfora da “descafeinização” aponta para os processos de captura dos conceitos, retirando sua essência, ainda que fiquem com a mesma aparência. As autoras acreditam que os conceitos desenvolvidos através dos aportes da economia feminista, a partir de seus princípios de ruptura em relação à lógica capitalista, colocam dificuldades para a apropriação desses conceitos pelas agendas neoliberais. Além disso, os conceitos se mostram úteis à luta feminista anticapitalista, como pode ser visto no seguinte trecho da publicação:

Apostamos em conceitos que servem para entender e transformar, que surgem vinculados a um sujeito político e que estão em um processo de permanente atualização, porque a luta política está em constante transformação (SOF e XXK, 2021, p. 16).

A partir da proposta colocada pela economia feminista sobre a sustentabilidade da vida, emerge uma importante problematização, “Colocar a vida no centro é nossa proposta política? Sim e não...” (SOF e XXK, 2021, p. 20). A resposta ambígua se deve ao fato de que este não pode ser um lema oco, é preciso enchê-lo de sentido a partir da luta política, buscando-se responder às seguintes perguntas: o que afinal significa vida? Como elas são ou podem ser preservadas ou destruídas e como podem existir alternativas de organização econômica que consideram a importância de valorizar a diversidade de formas pelas quais ela pode existir e se manter? “Para o nosso pensamento feminista, colocar a (sustentabilidade da) vida no centro implica construir outras formas econômicas que valorizem todas as vidas em sua diversidade e que se enraízem em uma terra viva.” (SOF e XXK, 2021, p. 21). Para as autoras, “enraizar e nos enraizarmos é reconhecer os limites dos corpos e da terra que habitamos; é

reconhecer os vínculos que nos amarram a outras pessoas, a outros seres vivos e ao conjunto do ecossistema” (SOF e XXK, 2021, p. 53).

A noção trazida pelo conceito de conflito capital-vida pretende reconhecer as contradições iminentes ao capitalismo e seus processos de acumulação e de destruição da vida. A partir da denúncia que propõe, o conceito se mostra potente ao possibilitar a organização dos sujeitos que resistem a esses processos. As autoras apontam que, “Além de ser um conceito, é um enquadramento que permite organizar as lutas e alianças a partir de diferentes sujeitos políticos em resistência” (SOF e XXK, 2021, p. 21).

Nessa denúncia apresentada a partir do conflito capital-vida, foram retomadas as conclusões apresentadas sobre a existência do *homo economicus* na crítica da economia feminista à economia neoclássica, mas em outros termos, apontando para esse sujeito universal cuja vida é possível dentro do capitalismo, ou melhor, a única vida possível, pois é dotado de privilégios e não é atingido pelas desigualdades postas pelo sistema. Para tanto, adotou-se uma sigla utilizada pelas mulheres da XXK para definir este sujeito como “Branco, Burguês, Urbano, Homem, Heterossexual” (BBUHH)<sup>54</sup> (SOF e XXK, 2021, p.22), salientando que sua existência só é possível a partir da lógica de acumulação, desprezando todo o restante da sociedade que se distancia dessas características.

As condições de trabalho nas quais as mulheres estão submetidas, conforme apontamos no primeiro capítulo, são colocadas nessa publicação indicando que o exercício do trabalho, mesmo o formalizado, cada vez garante menos direitos, e que as mulheres, principalmente as racializadas, são uma espécie de “laboratório”, pois reúnem as condições mais extremas de exploração do trabalho, com baixos salários e sem direitos; ou seja, a tendência é de que essas condições se generalizem para todas/os trabalhadoras/es. Tal condição proporciona um caminho fácil ao discurso do “empreendedorismo”, com propostas de saída individuais a problemas sociais complexos.

Os ataques permanentes às condições de vida têm significado o fim do horizonte do trabalho com direitos. Por isso, vemos a situação das mulheres negras como a referência que o capital quer generalizar. Sua situação de precariedade e informalidade no trabalho é hoje a situação majoritária no mercado de trabalho no Brasil. A normalização da informalidade se vê

---

<sup>54</sup> As autoras colocam que, em espanhol, a sigla seria BBVA: “Blanco, Burgués, Varón, Adulto y Heterossexual” (SOF, XXK, 2021)

reforçada pelo discurso do “empreendedorismo” e pela transformação de toda pessoa em “capital humano” (SOF e XXK, 2021, p. 23-24).

Visto o sistema de privilégios envolvidos nessas relações, estão postas as questões sobre quais vidas merecem ser preservadas e quais não têm importância para o sistema, com referência ao conceito de “necropolítica”<sup>55</sup>. As autoras utilizam como exemplos para ilustrar tal conceito as comunidades cujos territórios estão em disputa pela busca incessante de matéria prima para a produção capitalista, sendo as pessoas que estão nesses territórios empecilhos para a acumulação, em um sistema que opera “a partir dessa ótica de desigualdade complexa e multidimensional”, em uma “hierarquização da vida” (SOF e XXK, 2021, p. 25).

A publicação sugere que nesses debates foi retomada a:

[...] a tese das marxistas feministas de algumas décadas atrás, segundo as quais o capitalismo é um ‘sistema de postos vagos’: materializa a desigualdade na repartição de recursos, tempos e trabalhos, mas não define quem ocupa os diversos postos (SOF e XXK, 2021, p. 25).

Essa crítica é significativa a partir da objetividade da transformação da força de trabalho em mercadoria, remetendo à falsa ideia de que esses processos atingem igualmente homens e mulheres.

O conflito capital-vida é visto também como um problema que é simultaneamente comum e desigual: é comum, pois a destruição da vida no planeta é de comum prejuízo a todas as pessoas, mas desigual, porque esse prejuízo não recai igualmente entre todas as pessoas; esta contradição ontológica é essencial à discussão sobre o conflito capital-vida (SOF; XXK, 2021, p. 26).

Ainda na perspectiva da práxis, do movimento do sujeito feminino e do sujeito social, aponta-se para a “tripla concepção do corpo-tempo-território” (SOF e XXK, 2021, p. 11), a elaboração a partir dessa concepção é uma novidade no bojo das publicações existentes sobre a temática da economia feminista a partir dos materiais da SOF. “Com isso, adentramos em um terreno de mais novidade: a tripla concepção do

---

<sup>55</sup> De acordo com o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, quem formulou esse termo, a necropolítica refere-se ao uso do poder político e social, principalmente pelo Estado, para determinar quem pode permanecer vivo ou deve morrer. O que a caracteriza como política são as ações ou as omissões que geram risco para alguns grupos sociais em contextos de desigualdade, de precariedade da vida e/ou em territórios formados pela exclusão e pela violência (definindo quem viverá e quem morrerá (MBEMBE, 2003). O conceito ganhou grande espaço na discussão de movimentos sociais no Brasil, por representar as formas como o Estado brasileiro vem tratando grupos sociais vulneráveis, com base em uma pauta excludente contrária aos direitos de minorias.

corpo-tempo-território, que nos abre novas vias não só de reflexão, mas também de mobilização” (SOF e XXK, 2021, p. 11). O método do diálogo é colocado de forma interpretativa na construção de conhecimento e ação.

Isso permite romper com a perspectiva dual espaço-tempo presente em sociologias não marxistas e marxistas, ao colocar o corpo (da mulher) como mais do que um território-objeto da possessão masculina e da sociedade capitalista, e mais do que um sujeito de um tempo-história narrado na perspectiva do capital.

Dáí é que saltam duas novas questões colocadas desde a introdução do livro, existe um “salto de escala” que aprisiona(ria) “ainda mais os processos de sustentação da vida nos marcos estreitos dos lares nucleares”? (SOF e XXK, 2021, p. 11-12). O antagonismo entre o comum, o privado heteropatriarcal, e o público do capital se manifesta aqui. Além disso, o “processo de digitalização constitui uma chave para a rearticulação do controle corporativo”? (SOF e XXK, 2021, p. 12). Nesse debate, os conceitos apresentados se desdobram nos processos de “nuclearização” e “digitalização” desenvolvidos nas sessões quatro e cinco do livro *Juntas e Misturadas*, onde retoma-se a relação corpo-tempo-território como uma linguagem comum a ser explorada a partir uma possibilidade para a discussão sobre a questão da precarização e do controle capitalista da vida.

O conceito de corpo é central nessa publicação “[...] precisamente porque o sistema hegemônico os nega e os transforma em território de conquista e despossessão” (SOF; XXK, 2021, p. 30). Ainda sobre o debate a respeito da existência do sujeito BBUHH, as autoras afirmam que o corpo deste sujeito se manifesta como sendo independente, ilimitado e flutuante no espaço, enquanto os outros corpos são limitados. Como todos os corpos precisam de cuidados, a existência desse corpo supostamente livre encobre a sua dependência de cuidados para continuar vivo.

A reflexão de que “os trabalhos moldam os corpos, deixando neles marcas e cicatrizes” (SOF e XXK, 2021, p. 32) significa que a produção de vidas para o mercado de trabalho e o uso dessas vidas para o capital se dá de maneira desigual. O corpo é marcado diferentemente em homens e mulheres, em diferentes trabalhos, o grau de exploração também envolve aspectos raciais, educacionais e de classe. Os corpos são “moldados para o trabalho, alguns deles para a extração até o limite” (SOF e XXK, 2021, p.32).

O debate feminista a respeito do corpo não é novo, pelas questões envolvidas, é uma pauta permanente para o movimento feminista, principalmente no que tange ao

combate à violência sofrida pelas mulheres. As ideias a respeito da vida reprodutiva das mulheres são desenvolvidas no livro a partir das colocações sobre o direito ao aborto, defendido pelas feministas. Há também a crítica aos métodos contraceptivos fornecidos pelas corporações transnacionais, como exemplo, os adesivos e injetáveis, que não permitem controle direto das usuárias. Além disso, a reprodução assistida, que consiste em colocar mulheres para terem filhos no lugar de outras que por algum motivo não o podem fazer, como “barrigas de aluguel”, é colocada como uma forma de mercantilizar o corpo e a vida das mulheres (SOF e XXK, 2021).

Ainda que as colocações sobre a reprodução assistida não sejam consensuais no feminismo, a questão principal colocada tem a ver com os motivos pelos quais essas mulheres não conseguem ter filhos e suas possíveis ligações ao modo de vida capitalista, inclusive no que diz respeito à alimentação; além disso, quais serão as mulheres submetidas a prestar esse tipo de “serviço” mediante a pagamento senão as mulheres empobrecidas? Estas questões mostram mais uma forma sobre como o corpo das mulheres é marcado, sendo visto pelo capitalismo como uma oportunidade constante de negócios, nesse caso, a despeito do moralismo contido em questões como a prostituição, a reprodução assistida não se coloca da mesma maneira, podendo ser defendida com facilidade. Estes processos mostram como a apropriação e controle do corpo das mulheres é um dos processos de mercantilização da vida (SOF e XXK, 2021).

Além disso, são apresentadas diferentes formas de controle do corpo que trabalha, em especial a dimensão virtual, com exemplos de trabalhos que hoje são mediados por aplicativos que controlam os tempos de trabalho de uma maneira diferente, impondo uma aceleração do tempo em contradição, por exemplo, aos tempos da natureza, ou os tempos da vida (SOF e XXK, 2021).

Nesse sentido, o conceito de tempo é colocado a partir da vivência subordinada nas relações capitalistas. Uma importante síntese sobre o significado de tempo através da crítica feminista da MMM, discutida em uma de suas oficinas recentes, foi colocada:

Vivemos tempos infartados, sobrecarregados e afogados; tempos roubados, impostos e perdidos. O que podemos fazer e o que estamos fazendo para viver tempos mais sustentáveis, para sermos mais soberanas de nossos tempos e para viver o tempo com alegria? (...) Não dar conta da vida parece ser o mantra onipresente. Para construir as alternativas precisamos de um tempo que não temos, e dedicar tempo ao coletivo acaba de nos esgotar o corpo, que já está no limite. O que podemos e queremos fazer? Sabemos que queremos explodir a noção do tempo-relógio produtivista, quantificável e monetarista. O tempo não é dinheiro, mas também não é infinitamente elástico (SOF e XXK, 2021, p. 37-38).

Vistas as consequências geradas pelo neoliberalismo na vida das pessoas, que têm cada vez menos segurança em vínculos empregatícios, com as eleições de governos autoritários e cortes em direitos sociais, fica cada vez mais difícil pensar em um futuro previsível, limitando-se ao desejo de que seja um futuro positivo, apesar das evidências de piora do atual quadro. A previsibilidade<sup>56</sup> do futuro é, segundo as autoras, algo vendável no mercado (SOF e XXK, 2021).

As autoras retomam importantes conceitos marxistas a partir das reflexões a respeito de como o tempo-relógio rege as relações capitalistas, em que o tempo pode ser mensurado e visto em termos de eficiência:

O tempo-relógio organiza a sociedade industrial e a economia. O tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho empregada na produção de um determinado bem ou serviço define o seu valor de troca e a parte correspondente deste como mais-valia (SOF e XXK, 2021, p. 39).

As autoras ainda apontam para diferentes maneiras possíveis de se enxergar e vivenciar tempos diferentes dos estabelecidos pela disciplina capitalista, em interlocução a outros modos de organizá-la em sua relação com a natureza, o que significa também utilizar o tempo em diferentes configurações de trabalho. O exemplo dado são os mutirões no campo, formas de trabalho coletivo que visam lidar com os tempos da natureza, uma vez que um indivíduo trabalhar sozinho em atividades que requerem muito tempo (como a capina) podem ser amenizadas pela participação coletiva, que faz os trabalhos conjuntos cada vez em um local. Se uma única pessoa inicia a capina de uma lavoura, ao terminar o processo, ela já teria de começar novamente, porque o mato retirado no início do trabalho já estaria crescendo (SOF e XXK, 2021).

Os mutirões permitem que os trabalhos sejam feitos com maior agilidade, além disso, mostram como as comunidades resolvem seus problemas, que são vistos como problemas coletivos. Mutirões são comuns em algumas comunidades, constituindo-se em uma prática da agroecologia que busca também a troca de conhecimentos e experiências, assuntos tratados no próximo capítulo.

---

<sup>56</sup> O exemplo dado no livro sobre a previsibilidade é a respeito da indústria de alimentos, que padroniza seus produtos para que se tenha certeza sobre seus conteúdos, essa certeza faz com que o desejo pela surpresa também seja controlado, como é o caso de produtos alimentícios que são vendidos para determinado público alvo, como o infantil, acompanhando brinquedos variados em sua estratégia comercial (SOF e XXK, 2021).

As feministas apontam, no entanto, que os mutirões favorecem o coletivo que o realiza, mas não são neutros às questões de gênero. Em muitas ocasiões, o trabalho das mulheres é considerado menor ou menos importante do que o trabalho dos homens, assim, mulheres costumam combinar de trabalhar dias a mais para compensar os dias trabalhados dos homens, de maneira a se equipararem. Além disso, os trabalhos de alimentação durante os mutirões, por exemplo, por vezes são desconsiderados como trabalho. Para tanto, os mutirões feitos entre mulheres “auto-organizadas”, em que as mulheres podem se ver longe da crítica masculina e expressar seus conhecimentos e práticas de maneira mais livre, possibilitam formas de trabalho que questionam a divisão sexual do trabalho. Isso faz com o que o trabalho ganhe outros sentidos a partir de seu “acorpamento”, em uma junção de mulheres em suas capacidades, potencialidades e problemas, trabalhando juntas como proposta feminista (SOF e XXK, 2021)

A possibilidade de que o cuidado seja um direito coletivo pode ser vista também a partir da questão do tempo: se todos precisam de cuidados, todos deveriam cuidar e, para tanto, é necessário tempo, conforme os apontamentos da economia feminista sobre a questão. Nesse sentido, a partir da crítica sobre como os tempos são organizados no capitalismo e sobre como as mulheres dividem o seu tempo trabalhando dentro e fora de casa, observa-se como elas têm ainda menos tempo para qualquer outra atividade. As autoras notam que, a partir do momento que é necessário tempo para cuidar, todos precisam ter tempo para isso; observam também que as mulheres muitas vezes abrem mão do seu próprio cuidado para cuidar dos outros, como já observamos anteriormente. No entanto, vão além ao demonstrar como as mulheres são levadas a sentir culpa quando não se dispõem a cuidar dos outros a todo tempo: junta-se à culpa que aprisiona os tempos, o produtivismo (SOF e XXK, 2021).

Todo este processo está ligado à centralidade que tem o trabalho assalariado.<sup>57</sup> Segundo as autoras, todos os outros tempos da vida, além do gasto no trabalho

---

<sup>57</sup> A ideia hegemônica de que o trabalho deve estar diretamente relacionado ao mercado, entretanto, foi difundida durante a construção da ciência econômica, tal como sugerem Carrasco, Borderías e Torns (2011, p. 20). Segundo elas, “Desde finais do século XVIII, o pensamento econômico, ao associar progressivamente o trabalho ao mercado e ao salário, contribuiu de maneira muito decisiva para a desvalorização econômica do trabalho doméstico e de cuidados”. É a partir daí, também, que se pode observar a formação da ideia de que as mulheres são dependentes de salários de outras pessoas que não o delas, uma visão de dependência que deixa ainda mais explícita a produção da invisibilidade do trabalho doméstico, uma vez que, na verdade, são dependentes aqueles que se mantêm vivos a partir do trabalho de alguém. Dessa maneira, opera uma lógica de valorização do trabalho mercantil assalariado e de desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados gratuito (CARRASCO, BORDERÍAS e TORNOS, 2011).

assalariado, seriam espremidos por ele, já que é colocado como o principal e mais importante exercício. Retomar os tempos vitais, tendo-os como principais, seria uma alternativa para descentralizar a importância do trabalho assalariado, além da possibilidade de romper com o produtivismo e a culpa gerada principalmente nas mulheres, responsabilizadas pela reprodução social (SOF e XXK, 2021).

Ao ver essa questão sob a perspectiva dos países do Sul, as autoras colocam as seguintes observações sobre as condições de trabalho:

As regras do trabalho assalariado – tempo-relógio, estruturas hierárquicas, alienação – se mantêm igualmente nas formas precárias de trabalho de “autoemprego”, que envolvem a maior parte das pessoas nos países do Sul global. Na reinvenção do trabalho com formas não capitalistas (ainda que imersas no capitalismo, hoje), há muito a fazer para desmontar ideologias que relacionam o trabalho ao sofrimento, à única forma de ter acesso ao mínimo para sobreviver, ou sustentam que o trabalho feito com as mãos é menos digno e transferível a outras pessoas, as que estão em posições de menos poder sobre suas vidas (SOF e XXK, 2021, p. 45).

A crítica à centralidade no emprego feita pelas feministas quanto às diferentes condições de trabalho explícitas entre países do Sul e Norte do globo são argumentos importantes. No entanto, caso as observações feitas anteriormente, no sentido de preencher os conceitos e a própria narrativa de conteúdo transformador não se realizem, este discurso pode ser facilmente aproveitado dentro das ideias neoliberais de flexibilização do emprego. Colocamos essa observação no mesmo sentido em que as próprias autoras do livro o fizeram sobre os conceitos construídos a partir da economia feminista, como a sustentabilidade da vida, o conflito capital-vida e o próprio conteúdo sobre o que significa vida e cuidado. Isso porque dizer sobre descentralizar o trabalho assalariado ou o emprego, em tempos de diminuição de direitos e piora nas condições de trabalho, pode soar conveniente às falsas alternativas capitalistas diretamente ligadas à lógica neoliberal, que na verdade aprofundam as desigualdades, algo já denunciado pelas feministas.

Na tríade apresentada corpo-tempo-território, o território é visto a partir de uma definição sintética: “Territórios são os espaços onde se materializam modos de vida em relação com a natureza” (SOF e XXK, 2021, p. 45). Os debates sobre territórios buscam articular a vida da natureza com a vida humana, o físico/geográfico com o relacional/social. No entanto, consideramos que eles podem ser acrescidos, porque como pode ser observado na explicação contida na publicação, em geral, as definições

apenas adicionam ou emparelham outra dimensão às interações, socializações e sociabilidades (o que constitui o social como coletivo).

Ademais, o uso da categoria “modos de vida” é também importante, ainda que seja complexo definir o que ela de fato representa, podendo ser vista de maneira geral como as formas com que cada comunidade toma as decisões que implicam na sua existência em muitos âmbitos, materiais e subjetivos. Além disso, essas formas variam em geral em dois sentidos, “podem se basear em acordos comunitários ou em regras de propriedade privada e de incorporação à lógica mercantil” (SOF e XXK, 2021, p. 45-46).

A comunidade é colocada a partir dos exemplos dos modos de vida indígenas e afrodescendentes. Segundo as autoras, essas são comunidades que prezam por seu território a partir de acordos comunitários que valorizam esferas que fogem às lógicas mercantis, essas por sua vez, se escondem atrás de um discurso em prol do desenvolvimento para se apropriar dos territórios dessas comunidades.

A rapidez com que mercadorias, pessoas e informações circulam pelo mundo pode fazer parecer que as distâncias foram diminuídas, no entanto, uma problematização se mostra necessária, pois não se reflete sobre quais as consequências destes processos de digitalização no âmbito local. A publicação destaca que, durante a pandemia de covid-19, uma tendência contraditória veio à tona:

Nos tempos de confinamento pela pandemia, houve uma valorização do pequeno e da proximidade, por exemplo, no que se refere às compras. Mas, ao mesmo tempo, dispararam as empresas digitalizadas e há uma tendência que as relações transitem para o online (SOF e XXK, 2021, p. 47).

A partir dessa colocação e das noções sobre a relação entre o local e o global, emerge uma série de perguntas sobre a dependência do local também para as empresas online. Ainda há de se pensar sobre a necessidade de cumprir o isolamento social, tendo em vista as pessoas que podem e as que não podem ficar em casa. Nesse sentido, as autoras retomam as colocações iniciais a respeito da economia feminista que mostram como no capitalismo as vidas têm diferentes valores.

Além disso, a dependência existente entre o campo, que produz alimentos, e a cidade, que precisa de alimentos, pode ser vista com maior atenção nesse momento. Essas relações podem se dar mediadas absolutamente pelo mercado ou por outras vias, como foram anunciadas através da relação entre organizações militantes do campo e da

cidade a partir das ações de “solidariedade”. O principal não é observar estes dois territórios (campo-cidade) dicotomicamente, mas na sua relação direta, necessária e diversa, através do conceito de “ecodependência”, ressaltando o protagonismo das mulheres rurais nessas relações.

Mulheres rurais chegando na cidade construíram o espaço periurbano em torno de práticas de solidariedade e espaços de compartilhar o comum, em que pese tantas precariedades. No início eram espaços ao ar livre (contrapostos aos espaços fechados considerados seguros). Como ampliar os territórios comunitários desmercantilizando espaços, permitindo as circulações e fluxos de pessoas, de água, de brisas? (SOF e XXK, 2021, p. 48-49).

Termos como solidariedade, ecodependência e desmercantilização aparecem no livro de maneira natural, ou seja, sem grandes explicações, talvez por fazerem parte da linguagem do movimento ao relacionar suas reflexões com propostas de ação crítica, assim como os termos colocados adiante, “lógica de povo” e “resistência”.

Nos entrelaçamentos corpo-tempo-território a denominação “tramas comunitárias” é central para se entender as propostas possíveis, vistas a partir do modo de vida das comunidades que enfrentam os interesses do capital sob seus territórios de maneira coletiva, contrapondo as saídas individuais (SOF e XXK, 2021, p. 50). Ou seja, trata-se de entender as formas pelas quais a comunidade se organiza fora da lógica meramente mercadológica, apesar de estarem inseridas nela, sendo experiências contra-hegemônicas que compõem as resistências em cada território.

Em suma, refere-se necessariamente à luta permanente contra a ofensiva capitalista, patriarcal e colonialista, de ocupação e despossessão, cujo método é a apropriação, a violência e a destruição de experiências alternativas e contra-hegemônicas (SOF e XXK, 2021, p. 50).

Apresentar a ideia de sujeito coletivo permite pensar formas de resolver problemas cotidianos a partir de outras maneiras de organização, uma vez que centra a definição do sujeito da ação por meio dos entrelaçamentos corpo-tempo-território coletivamente. O entrelaçamento corpo-tempo-território foi elaborado a partir da ideia de um “nó”, de maneira análoga às análises apresentadas sobre o “nó” de Saffioti (2013) entre capitalismo, patriarcado e racismo, também sendo elaborado por meio de sua lógica de negação pelo capitalismo:

A negação dos corpos está ligada à negação do território e do tempo. Acreditamos que há um grande nó nessa tripla negociação, e que devemos entendê-lo para compreender bem as desigualdades e definir os horizontes de transição (SOF e XXK, 2021, p. 52).

A noção de “território corpo-terra” foi apresentada como reflexão sobre as saídas coletivas que reconhecem a importância da terra como uma materialidade que pode e deve ser levada em consideração, a partir das noções de enraizamento e as relações sociais envolvidas neste processo. A noção de “corpo-território-memória” colocada no livro, faz referência ao exemplo das mulheres da região mesoamericana, que destacam o processo de apagamento da memória das comunidades como uma estratégia capitalista por meio da destruição de idiomas, culturas e saberes, caracterizando mais uma forma de despossessão. As autoras levantam ainda a importância da memória a fim de possibilitar a prospecção de futuros possíveis.

As memórias estão inscritas nos nossos corpos, instauram um tempo político, costuram a relação entre a terra, as formas de vida nessa terra e as comunidades que as transformam em territórios. A memória inscrita no corpo-território nos faz transcender do momento presente e nos permite imaginar e falar de um amanhã grande, em conexão com tudo o que é vivo (SOF e XXK, 2021, p. 54).

A quarta sessão do livro se inicia a partir de uma pergunta colocada no seu título “Entre os lares e o Estado... A comunidade?” (SOF e XXK, 2021, p. 56). As reticências colocadas podem mostrar o quão complexa é a relação entre os lares e o Estado. Nessa relação, pergunta-se onde estão localizadas as comunidades. Em seguida, as autoras desenvolvem o texto a partir da afirmação de que a pandemia reforça um momento crítico que já vinha sendo desenhado, sendo as mulheres as principais atingidas na vivência do conflito capital-vida. Assim, localizam a defluência das comunidades, por um lado, a partir da nuclearização das relações sociais e da centralização dos estados reféns das propriedades corporativas e, por outro lado, numa retomada nos sentidos possíveis de comunidade em sua diversidade (SOF e XXK, 2021).

A nuclearização das relações foi apresentada como sendo uma tendência neoliberal que delega aos lares (privado) cada vez mais a função da reprodução social, com o objetivo de contestar as relações compreendidas em termos de sua ecodependência e interdependência, fazendo com que as possibilidades de respostas coletivas para os problemas econômicos e sociais sejam extintas.

Está se produzindo um reforço do lar como o espaço preferencial a partir do qual resolver a sustentabilidade da vida na materialidade de cada dia. Esse processo ocorre em uma linha de continuidade com dinâmicas neoliberais e heteropatriarcais preexistentes. Ao submergirem nos lares os processos de sustentação da vida, desaparecem do terreno do debate político e transformam a tensão de lidar com o conflito capital-vida em um assunto “privado” (SOF e XXK, 2021, p. 57).

As autoras dão exemplos sobre como este processo ocorre, um deles é a intensificação da delegação do trabalho doméstico para mulheres empobrecidas, essas por sua vez, são colocadas como a solução para problemas que na verdade são sistêmicos a respeito da responsabilidade sobre a reprodução social. Ou seja, as questões apresentadas sobre a bipolarização do emprego feminino – apresentadas no primeiro capítulo – são colocadas cada vez mais em vigor sem que a solução a partir da coletivização das responsabilidades pela reprodução social sejam vistas, uma vez que “o encontro de soluções privadas impede a articulação de uma reivindicação de respostas comuns” (SOF e XXK, 2021, p. 58).

Estas reflexões podem ser vistas segundo a nova conjuntura imposta pela pandemia de covid-19, sendo preciso notar que, além da casa, outros espaços também compõem a sustentabilidade da vida, do contrário, ao remeter ao lar como único lugar de sustentação da vida, caracterizar-se-ia um “isolamento patriarcal” (SOF e XXK, 2021, p. 59). Além disso, mostram que é impossível que as mesmas medidas contra a propagação da doença, como o isolamento social, sejam colocadas de maneira igual frente a contextos diferentes, principalmente devido às condições de desigualdades presentes no capitalismo.

Para exemplificar essas situações de nuclearização, foi colocado o caso da “familiarização” do cuidado de idosos no Estado espanhol e de Euskal Herria: o sistema existente foi visto de maneira depreciativa pela população, que vem retomando, por sua vez, a narrativa de que os cuidados dos idosos devem ser feitos nas casas de suas famílias ou ainda em moradias que possam contar com serviços tecnológicos de assistência de saúde à distância. Sobre o exemplo, as autoras notam que dois processos ocorrem ao mesmo tempo, “Abre-se uma via de soluções já não apenas familistas, mas cada vez mais tecnificadas, a partir de uma compreensão mercantilizada e elitista da tecnologia” (SOF e XXK, 2021, p. 60).

A partir da pergunta, “volta das mulheres ao lar?” (SOF e XXK, 2021, p. 61), foi feita a reflexão de que há um consenso entre as feministas na recusa de uma volta ao lar. Com uma resposta também em forma de pergunta, elas questionam: “por acaso alguma

vez saímos?” Esta questão pode ser vista por duas vias, sobre as mulheres que não possuem um emprego remunerado e estão em casa e também sobre a responsabilidade de tudo o que diz respeito a casa ser da mulher, que mesmo tendo um emprego remunerado fora, segue sendo responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados realizados em casa. Isso traz à tona a conclusão de que o trabalho doméstico e de cuidados realizado de maneira gratuita pelas mulheres nos lares amortece “as tensões do conflito capital-vida” (SOF e XXK, 2021, p. 61) em que a conciliação feita pelas mulheres que trabalham dentro e fora de casa é, na verdade, uma situação de tensão irreconciliável, principalmente na vida das mulheres mais pobres.

Na pandemia, as mulheres mais vulneráveis tiveram mais trabalho para a manutenção da vida, a oferta de serviços públicos principalmente na saúde e educação foram afetadas, fazendo com que as mulheres se responsabilizassem, seja cuidando de pessoas doentes em casa ou ainda acompanhando a vida escolar de crianças e jovens (SOF e XXK, 2021).

O “teletrabalho” foi visto como uma proposta de conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico e de cuidados para mulheres da classe média, principalmente nos países centrais; mesmo não sendo factível nessas realidades a possibilidade de conciliação, é menos ainda na realidade de mulheres pobres e negras, bem como na realidade dos próprios homens que o fazem. As autoras se atentam ainda para o fato de que, neste contexto, as desigualdades entre as mulheres podem aumentar; apesar das condições diversas em cada um dos lares, grande parte das mulheres não podem ficar em casa (SOF e XXK, 2021).

O Estado pode ainda reforçar a nuclearização, principalmente quando aliado a valores conservadores de direita e das elites, chamados de “estados reforçados”.

Os Estados reforçados são aqueles que já estavam em profundo processo de captura corporativa, tendendo a apagar a separação entre interesses do Estado e das grandes empresas. Embora este processo possa ser observado em geral, ele é muito mais acentuado em contextos nos quais há um estreito nexo entre a extrema direita e as elites econômicas (SOF e XXK, 2021, p. 65-66).

A despeito do período caracterizado pelo endividamento dos países latino americanos junto a organismos internacionais de financiamento, como o FMI, as feministas anunciam uma possível retomada dessa lógica a partir das políticas de recuperação econômica vistas para um período pós-pandemia (SOF e XXK, 2021).

O conceito de comunidade foi retomado para explicar os motivos pelos quais a narrativa feminista construída em torno dele é uma disputa. Isso porque, ao se remeter a comunidades, se quer exaltar os valores por ela reproduzidos, em torno de uma lógica em que a sustentabilidade da vida seja pensada a partir de processos não hegemônicos pelo capitalismo, em torno das relações mútuas de cooperação existentes, caracterizando a interdependência e ecodependência entre as pessoas e a natureza, conforme trecho a seguir: “Falamos de comunidade para nos referirmos às formas auto-organizadas de tecer vínculo social e de fazer economia (de colocar os meios de existência) que partem do reconhecimento e da valorização da interdependência” (SOF e XXK, 2021, p. 68).

Romper com a oposição colocada entre sociedade e economia vai no sentido de reconhecer práticas comunitárias fora dos círculos estreitos do capitalismo, às margens deste, onde se localizam as comunidades. Este é um passo importante para dar vazão à práxis da economia feminista, que não considera como econômico apenas os processos que envolvem trocas monetárias, atendendo-se para as relações existentes na sustentação da vida a partir de suas desigualdades dentro da divisão sexual do trabalho e recuperando potencialidades através da cooperação e solidariedade comunitária. (SOF e XXK, 2021). A solidariedade é vista como “um princípio e uma prática do feminismo que construímos, assim como uma estratégia de auto-organização para transformar a economia (que atua, por exemplo, nas redes agroecológicas e na economia solidária)” (SOF e XXK, 2021, p. 69). A atuação através dessas redes poderá ser vista em maiores detalhes no próximo capítulo dessa pesquisa.

As reflexões seguem a partir de questões sobre como fortalecer as comunidades e suas resistências, de maneira crítica e não romantizada. As comunidades não são colocadas como puras ou resistentes por si só, mas estão inseridas em um todo social em constante movimento e recheado de contradições. Primeiramente, é necessário reconhecer a existência de privilégios entre membros de uma mesma comunidade a fim de se equalizar as condições a partir da observação feita, só assim as desigualdades existentes a partir de classe, sexo e raça poderão ser vistas em toda sua complexidade; isso significa construir um olhar para dentro de maneira crítica, seja individualmente, seja politicamente através da economia feminista. Além disso, olhar criticamente para dentro significa identificar do que se tem medo individualmente e coletivamente (SOF e XXK, 2021).

As alianças existentes e possíveis entre campo e cidade, entre organizações localizadas em diferentes territórios e de diferentes dimensões, sejam locais ou globais,

são vistas como alternativa palpável para o fortalecimento das comunidades e suas resistências através da agroecologia, economia solidária e soberania alimentar, como mostrará a experiência colocada no próximo capítulo. A proposta de uma “recampezinação feminista” não foi devidamente desenvolvida na publicação para que possa ser explicada, porém remete às experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres rurais organizadas coletivamente.

Na quinta sessão do livro, denominada “Um mundo em transformação: digitalização”, foram apontados os debates a respeito desse processo, sem o qual, segundo as autoras, é difícil entender as questões a respeito da acumulação capitalista nos tempos atuais. Os debates colocados foram elaborados principalmente para a orientação da ação feminista a partir de duas questões postas a seguir:

[...] pensamos a digitalização como uma nova forma de controle e despossessão ou como um novo comum a construir? Como ela se insere no conflito capital-vida, e quais são, se é que existem, as possibilidades de disputa tecnológica? (SOF e XXK, 2021, p. 75).

Falar sobre a digitalização, hoje, envolve diretamente a “datificação”, fenômeno que se refere aos processos de extração abundante de dados variados de pessoas e à organização, leitura e utilização desses dados pelas corporações empresariais. Significa dizer que grande parte das ações feitas durante o uso de aparelhos conectados à internet são captadas por empresas que vendem dados ou mesmo as que fazem a elaboração de anúncios específicos de produtos e serviços através de um perfil que vai sendo montado sobre cada indivíduo a partir dos dados disponíveis sobre a vida de cada um. Ou seja, as estratégias de venda cada vez mais contam com a utilização desses dados, tudo isso diz muito sobre as novidades apresentadas no círculo de acumulação capitalista (SOF e XXK, 2021).

Ademais, o controle exercido por essas corporações sob nossas vidas vai além da utilização de redes sociais, faz parte do processo de financeirização do capital, e ameaça até mesmo a democracia em favor do bom funcionamento do mercado. O controle das plataformas corporativas opera sem regulamentação estatal, muito pelo contrário, alguns Estados costumam colocar dados populacionais e educacionais nas mãos das corporações de tecnologia, por exemplo. A intenção de levar internet às comunidades pauperizadas e isoladas por parte das corporações é colocada como absolutamente benéfica aos novos usuários, no entanto, se aproveitam para extrair a maior quantidade

possível de dados dessa comunidade por meio das plataformas oferecidas (SOF e XXK, 2021).

Outro exemplo preocupante colocado no livro é de que, no Brasil, os dados sobre a população carcerária já fazem parte de um banco de dados que vem se aprimorando; não por acaso, isso se dá sob uma parte da população que já é historicamente marginalizada. Estes dados permitem que as empresas possam traçar perfis e antever atitudes dos indivíduos de maneira a aprimorar o controle a partir de interesses corporativos. Além disso, aplicativos de serviços que hoje são largamente utilizados, como o *Uber* (transporte) e *Airbnb* (hospedagem) foram criados a partir de 2008, após uma crise que afetou todo o mundo (SOF e XXK, 2021).

Antes dos aplicativos para oferecer estes serviços, os indivíduos precisavam ter um negócio ou fazer parte de um negócio, com esse advento, pode-se oferecer os serviços com seus próprios bens, carros e casas. Tudo isso, junto à narrativa individualista neoliberal que exacerba as escolhas individuais como as únicas possíveis, cria-se uma falsa ilusão de que os indivíduos não tem mais patrões e trabalham por conta própria, sem ver que o controle exercido pelos aplicativos é também coercitivo, com o controle do tempo, exigindo muitas horas de trabalho e sob avaliações de usuários computadas pelas plataformas.

A digitalização, a datificação e o controle corporativo fazem com que os dados sejam uma nova mercadoria. Dados não podem ser produzidos do nada, nossas vidas geram dados. Esta reflexão feita pelas feministas mostra a urgência de se pensar alternativas que não rejeitem o digital, mas que pensem maneiras de politizá-lo e fazê-lo corroborar com o sentido da vida comum. Segundo as autoras:

Na datificação é evidente a lógica operada pelo poder corporativo, em que dados se convertem em mercadoria para a acumulação de capital e seus mecanismos de controle. Ao mesmo tempo, olhamos para a digitalização a partir da politização das tecnologias e da possibilidade de construção de alternativas contra-hegemônicas. Mais do que rejeitar automaticamente tudo o que é digital, rejeitamos o que é estratégia do poder corporativo que se instala contra os povos (SOF e XXK, 2021, p. 78).

Desvelar as relações no âmbito digital para que elas não pareçam ser naturais se faz possível através da investigação sobre a sua materialidade, principalmente sobre o trabalho precarizado que possibilita a existência do digital. Os computadores que armazenam e processam enormes quantidades de dados precisam de matérias primas minerais extraídos de algum território, ademais, consomem uma alta quantidade de

energia elétrica para manter seu funcionamento constante. Além disso, estes grandes computadores estão em locais que precisam ser limpos, tudo isso envolve a apropriação de trabalho e natureza para a acumulação capitalista. A visão ampliada da economia feminista sobre o trabalho permite pensar além do discurso colocado sobre o “fim do trabalho” por meio de sua possível substituição tecnológica: o funcionamento do próprio trabalho doméstico e de cuidados, essencial para a reprodução social e para a produção, não podem ser substituídos por completo por meio da tecnologia (SOF e XXK, 2021).

A partir do isolamento social provocado pela pandemia de covid-19, o trabalho remoto passou a ser debatido e visto como uma opção, no entanto, essa já era uma realidade colocada na vida de muitas mulheres, tendo em vista a necessidade de conciliação do trabalho remunerado e do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado nos lares. Nesse período foram aprimorados métodos de controle da produtividade sob pessoas no exercício do trabalho remoto. Não por acaso, o direito de não estar conectado à internet, sistemas e plataformas passa a ser visto como uma possibilidade de direito trabalhista. Outro importante exemplo colocado foi a “uberização” do trabalho através de plataformas variadas, caracterizado pela falta de direitos e vínculos trabalhistas, excesso de trabalho, baixas remunerações, fenômeno que pode ser chamado em seu aspecto ampliado como plataformização (SOF e XXK, 2021).

Foi destacado ainda que um novo espaço de mercado a ser incorporado por essas plataformas são os serviços relacionados à saúde<sup>58</sup>, ao cuidado e à agricultura, levantando também questões sobre a segurança no armazenamento de dados a cargo de grandes corporações no Brasil, conforme a seguinte colocação:

As grandes corporações convergem na datificação: Microsoft, Google, Apple investem em plataformas de saúde, cuidado, agricultura. E elas se articulam aos Estados, inclusive, privatizando dados de toda a população (como no Brasil), alegando possuírem mais capacidade para garantir a sua segurança (SOF e XXK, 2021, p. 83-84).

A partir das denúncias feitas sobre como operam os processos de digitalização no controle de nossas vidas, inclusive sobre a natureza e sobre nossas subjetividades, as

---

<sup>58</sup> No que diz respeito à saúde reprodutiva das mulheres, existem os aplicativos de controle do ciclo menstrual que reservam espaços para que as mulheres descrevam tudo que sentem em determinado momento. Como os aplicativos não têm uma política clara sobre a segurança e utilização dos dados, estes podem ser utilizados para oferecimento de anúncios personalizados, por exemplo.

autoras apontam que as possibilidades tecnológicas comuns devem ter outro objetivo que não o controle, como acontece atualmente, no que foi chamado de TINA 4.0, uma referência às afirmações de Margareth Thatcher que colocavam as políticas neoliberais enquanto únicas alternativas possíveis, “there is no alternative (TINA)”. Sua versão a partir da digitalização como processo de acumulação capitalista, colocado como se fosse também natural, é sua atualização denominada 4.0.

Retomando a nossa questão inicial desta seção, parece-nos importante dar lugar a tal debate no feminismo, perseguindo também aqui as questões que a partir dos movimentos colocamos há tempos ao resistir a tecnologias de controle e morte. Pois as tecnologias não são neutras, assim como nenhum conhecimento é, e isso também se aplica às tecnologias digitais. Os algoritmos são programados por pessoas reais, situadas em relações sociais e, especialmente, com olhares e objetivos orientados pelos interesses de quem o faz (SOF e XXK, 2021, p. 84).

O movimento pelo *software* livre foi colocado pelas autoras como uma possibilidade de se construir um ambiente digital que seja comum, que não tenha proprietários privados interessados simplesmente na geração de lucros financeiros para as corporações. O movimento foi pensado também nos termos da comunidade e sua possibilidade de relações e interações saudáveis entre as pessoas que a compõem, isso porque relaciona as ideias de *software* livre e as práticas da agroecologia em cooperação.

Traçar os objetivos de um *software* que seja livre passa por questionar como são criadas as tecnologias digitais, mas também para quê e para quem são criadas e sob qual infraestrutura e qual propriedade servem. Segundo as autoras, a conexão entre corpo-tempo-território passa por estes questionamentos, pois denotam os limites existentes nas tecnologias e permitem a proposição de alternativas que efetivamente possam contribuir para a sustentabilidade da vida (SOF e XXK, 2021).

É esse o caminho ao colocar os corpos como limites contra a artificialização da vida, ao defender os territórios da lógica extrativa que sustenta essa estrutura da datificação. São computadores, cabos, conexões que precisam de luz, etc. Vivemos em um planeta finito. Daí o fato de se desdobrarem outras questões: este sistema é possível (e desejável) para o mundo todo? Qual será a base material dessa digitalização alternativa que venhamos a construir? Por ser alternativa, vai precisar de um consumo energético menor? (SOF e XXK, 2021, p. 86-87).

Foram destacadas ainda iniciativas feministas que se colocam no caminho contrário ao da datificação, ou seja, promovem espaços digitais coletivos que estejam

assegurados da não captura das informações ali compartilhadas, por exemplo. Essas iniciativas são as chamadas “servidoras”, nome colocado no feminino para se diferenciar do vocábulo “servidores”. A participação de coletivos organizados no debate sobre a digitalização aponta que a construção de alternativas foi colocada enquanto uma possibilidade palpável e já em curso. Mesmo que estejam em iniciativas localizadas, estas alternativas mostram caminhos possíveis para a desnaturalização, problematização e politização da tecnologia digital (SOF e XXK, 2021).

Podemos observar que a publicação analisada, em geral, oferece mais perguntas e reflexões do que respostas, o que foi feito intencionalmente pelas autoras a partir do objetivo de suscitar reflexões coletivas entre as organizações, suas militantes e pesquisadoras. O livro, desde seu título, carrega o sentido da importância da diversidade e da construção coletiva de debates que consigam analisar a realidade, atribuindo cada vez mais sentido aos conceitos trabalhados na economia feminista. A possível convergência dos debates entre as organizações se mostra possível para a SOF e a XXK a partir de suas diferenças/ desigualdades e também similaridades. Nesse sentido, as autoras apontam para a necessidade reconhecer os benefícios existentes entre as mulheres que se organizam coletivamente como um passo importante para que elas possam seguir juntas e misturadas.

Por fim, as autoras destacam a importância de vincular a teoria à prática, a reflexão à ação de maneira que uma exista como parte fundamental da outra, possibilitando a formulação de conceitos e conteúdos que denunciem as desigualdades e propõem novas alternativas. Esse é um passo importante, segundo as autoras:

Entendemos que toda elaboração teórica, conceitual ou analítica deve sempre estar vinculada à ação. Queremos uma linguagem para nomear realidades a construir. Queremos que as realidades que vamos construindo modifiquem as nossas palavras (SOF e XXK, 2021, p. 90).

No sentido de explorar um pouco mais as possibilidades de práticas a partir do desenvolvimento teórico da economia feminista, mas longe de esgotá-las, no próximo capítulo analisamos uma experiência realizada com mulheres rurais na prática da agroecologia.

### 3. O DIÁLOGO FEMINISTA EM PRÁTICA: A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DAS MULHERES AGRICULTORAS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

São muitas as possibilidades de diálogos e ações existentes a partir das reflexões feministas apresentadas nos capítulos anteriores. Como foi apresentado e discutido, a práxis da economia feminista permite traçar debates diversos; exemplificar isso em apenas uma experiência não permitiria dar a dimensão necessária dessas possibilidades.

No entanto, consideramos as ações militantes da MMM apresentadas como um rol importante que compõe essa práxis e que devem ser também consideradas. Mesmo sem a pretensão de dar conta de expressar todas as reflexões abordadas anteriormente, escolhemos uma experiência enraizada em um território específico, desenvolvida pela SOF, que faz parte da ação da MMM, e conta com um bojo de reflexões a respeito da economia feminista já apresentada aqui: trata-se do trabalho desenvolvido com mulheres rurais na prática da agroecologia e da economia solidária.

Esta experiência está expressa na publicação da SOF intitulada *Práticas feministas de transformação da economia: Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*, do ano de 2018. No ano de 2021, foi lançada outra publicação, *Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia*, na qual um dos artigos remete a essa experiência por meio de uma pesquisa feita durante o período de pandemia de covid-19. A seguir, apresentamos brevemente a publicação de 2018 e a experiência desenvolvida, em seguida apresentamos o livro lançado em 2021, analisando apenas o primeiro artigo que diz respeito a essa experiência no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e sua relação com a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) na região, no período da pandemia.

O livro *Práticas feministas de transformação da economia. Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* é composto por uma apresentação, introdução e contextualização do projeto desenvolvido. Em seguida, ele se divide nas seguintes sessões: “Princípios e conteúdos que nos orientam”, dividida em mais cinco partes: “Práticas metodológicas: aprendizados do trabalho de campo”, “Práticas agroecológicas feministas”, “cadernetas agroecológicas”, “comercialização”, “um jogo para entender a cadeia da comercialização, monitoramento e avaliação: construindo indicadores de autonomia das mulheres” e por último, a bibliografia.

Trata-se de uma experiência iniciada pela SOF em 2015 e que funcionou até março de 2017, a partir de uma resposta a uma chamada pública da Diretoria de Política para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA) para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em agroecologia no Vale do Ribeira, em São Paulo. Depois daquele mês de março, com a extinção do Ministério e do programa de ATER, a iniciativa passou a ser apoiada pela ONG *Christian Aid*, em parceria com o Fundo Newton do Conselho Britânico, que possibilitou sua continuação até o fim do ano de 2017.

O interesse em desenvolver o projeto nessa região, em grande medida, originou-se pelo trabalho já desenvolvido pela MMM com a auto-organização das mulheres do local, no sentido de debater as políticas de combate à violência (SOF, 2018). A SOF deu início às suas atividades no Vale do Ribeira no ano de 2010, com o intuito de estruturar possibilidades de acesso às políticas públicas para as mulheres naquele território.

Entre os anos de 2015 e 2017, durante a vigência do projeto, participaram dos processos “240 agricultoras familiares, pescadoras artesanais, quilombolas e indígenas de 13 municípios. Nesse processo criamos ou fortalecemos 15 grupos de mulheres” (SOF, 2018, p.4). Não foram destacadas diferenças no trabalho com essas mulheres apesar de existirem diferenças na realização das atividades delas. Isso possivelmente se deve ao fato de que, para a SOF, a divisão sexual do trabalho no meio rural se dá sob uma mesma lógica em que todas essas mulheres estão inseridas. Nesse sentido, é importante salientar como funciona a divisão sexual do trabalho no campo para entendermos de que maneira as práticas nos trabalhos realizados a partir da economia feminista questionam essa divisão.

Como apresentado no primeiro capítulo, a divisão sexual do trabalho mostra de que forma se organiza a reprodução social. No campo, a separação e a hierarquização dos trabalhos realizados seguem a mesma lógica de separação entre o público e o privado, podendo o privado ser considerado, nesse caso, como as casas e quintais em que trabalham as mulheres, apesar de suas atividades não serem consideradas como trabalho, e o público como o espaço ocupado pelos homens nos roçados e lavouras voltados para a produção, geralmente de um único item, como milho, feijão e diversos cereais. Essas plantações são vistas como essenciais e a lida nelas é considerada trabalho. Além disso, essa divisão também separa o que é considerado trabalho leve, destinado às mulheres, e trabalho pesado, destinado aos homens (SOF, 2014)

Ou seja, sob essa lógica há uma separação entre os tipos de trabalho realizados e as produções consequentes desses mesmos. No caso das mulheres, o trabalho realizado em casa e nos quintais consiste em desenvolver diferentes atividades, seja no tratamento de sementes, plantio diversificado de itens, cuidados com a criação animal, com a produção geralmente voltada para o consumo familiar e comercialização local. “A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras e a reprodução social da família têm valor social menor se comparadas às tarefas masculinas” (SOF, 2014, p. 102).

No entanto, ao trabalhar com as mulheres rurais e ouvir os relatos sobre o cotidiano de trabalho das mulheres, a SOF denuncia que existe um lado pesado no trabalho considerado leve e que as atividades das mulheres são por vezes pormenorizadas por serem consideradas como sendo naturalmente femininas, de maneira que seu trabalho nas lavouras é considerada uma ajuda, não propriamente um trabalho e os relatos das mulheres a respeito das atividades ligadas à produção da alimentação, por exemplo, mostram que esses trabalhos também exigem destreza e força física (SOF, 2014).

Para desmistificar o que é trabalho no campo bem como questionar a divisão sexual do trabalho, as atividades propostas no trabalho de ATER mostram as potencialidades nesse sentido de desfazer as dicotomias entre o que é considerado ou não trabalho. Para a Sempre Viva, o projeto “[...] buscou debater como as experiências de economia solidária podem ou não ir além da visão tradicional do que é trabalho e do que é produção para pensar em outras formas de organizar a produção da vida” (SOF, 2018, p. 5).

O material textual produzido faz ainda parte das reflexões realizadas a partir de um projeto a respeito de uma “pesquisa-ação” executada pela SOF em conjunto com o Instituto de pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), da França e o Instituto de Altos Estudos em Desenvolvimento (IHEID), localizado em Genebra, Suíça, intitulado “Análises feministas da economia social e solidária: visões da América Latina e Índia”.

Segundo a SOF (2018), o Vale do Ribeira se destaca por ser a maior área concentrada de mata atlântica no Brasil e isso se deve ao fato de esse território ser composto em grande medida por comunidades tradicionais que presam pela conservação ambiental. O território abrange 25 municípios, com uma população de 443.231 pessoas, sendo que cerca de 26% residem em área rural (IBGE, 2011 apud SOF, 2018)

A ATER em agroecologia e o projeto que buscava analisar, de maneira crítica, a economia solidária, constituíram-se, então, em um trabalho que se desenvolveu na realização de um programa de capacitação contendo três eixos: autonomia pessoal e coletiva das mulheres, práticas agroecológicas e construção social de mercados.

A assistência técnica pensava a produção desde o manejo agroecológico nos territórios em que residiam as mulheres atendidas, bem como a promoção do acesso direto aos mercados para os alimentos produzidos por elas no local. O acesso direto (circuitos curtos) aos mercados faz com que a comercialização se desenvolva sem a figura de uma pessoa que “atravesse” os produtos para os consumidores.

Um elemento importante da construção dessa estratégia de acesso direto é o da memória da preponderância histórica da produção de alimentos, fortalecendo essas histórias como forma de aproximação entre consumidores/as e produtoras, a partir da venda direta. Além disso, o preço final para os/as consumidores/as torna-se menor, ao mesmo tempo em que é possível gerar maior ganho para as produtoras. No texto que estamos apresentando, é notável a influência da economia feminista e dos debates sobre o trabalho de cuidados na prática com as mulheres rurais. Isso é visível na seção do texto intitulado “Economia Feminista: a vida no centro da economia”. Nessa seção, observa-se que o trabalho doméstico e de cuidados é abordado de maneira central, sobretudo porque é articulado com a já mencionada discussão sobre a “produção do viver” como elemento para refletir sobre o cotidiano das mulheres.

O texto critica o pensamento econômico dominante, que valoriza como econômico apenas o que é ligado à esfera pública, masculinizada e monetizada, segregado de tudo o que não é econômico, dissertando sobre a esfera privada, as relações e o trabalho doméstico e de cuidados realizado. A partir disso, as autoras passam a valorizar o trabalho realizado pelas mulheres na produção do viver, enxergando suas experiências na sustentação da vida e se propondo a discutir a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados, bem como o centro da economia ser o cuidado com a vida. Segundo as autoras:

[...] a partir dessas análises e debates, a economia feminista também inspira propostas e novas formas de organizar a economia colocando em prática os princípios da igualdade, da redistribuição dos trabalhos, da solidariedade e da reciprocidade (SOF, 2018, p.17).

O subsídio contido na máxima “muito além do mercado” reforça a importância da reformulação do conceito de trabalho, extrapolando a sua identificação como conjunto de atividades meramente orientadas para obter recompensa monetária. Por isso, merecem destaque, nessa experiência, a análise das relações que não envolvem trocas monetárias, partes fundamentais do funcionamento da economia a partir do cotidiano das mulheres rurais, identificadas nas práticas de doações, permuta, e produção para consumo próprio.

Por isso a partir da economia feminista afirmamos que o conjunto dessas atividades precisa ser considerado como trabalho. Mas na sociedade capitalista e patriarcal os trabalhos realizados pelas mulheres na horta e com os pequenos animais são vistos como uma extensão de suas tarefas domésticas, já que essas atividades, em sua maioria, são para o auto-consumo e não são remuneradas (SOF, 2018, p. 18).

Observa-se, aí, que a influência da economia feminista está presente também no processo formativo pelo qual passaram as mulheres atendidas pela ATER. Na atividade inicial proposta, chamada “dinâmica do relógio”, as mulheres eram convidadas a refletir sobre o tempo gasto na realização do trabalho doméstico em suas vidas e na dos homens. Elas desenharam um relógio contendo 24 horas e dividiram este tempo conforme suas atividades do dia, fazendo o mesmo para representar o relógio que marca as atividades dos homens.

Para as mulheres, fica clara a noção da existência de uma divisão sexual do trabalho no trabalho doméstico e de cuidados por meio da reflexão da vida cotidiana de cada uma delas, demonstrando como o seu tempo está praticamente todo comprometido com o cuidado das famílias. “Olhar para o relógio e para a atividade intensa e permanente das mulheres nos faz entender como a divisão sexual do trabalho que estrutura diferentes sociedades em todo o mundo é injusta” (SOF, 2018, p. 32).

O debate a respeito do “uso do tempo”, já destacado na seção que trata da economia feminista, é levado adiante em formações com mulheres que até então não tinham refletido sobre si e sua própria vida, valorizando seu trabalho e o enxergando de maneira central dentro da economia. Essa visão possibilita a conexão de vários aspectos da economia a partir da vivência cotidiana, desde as desigualdades contidas no trabalho de cuidados realizado por elas até a possibilidade de geração de renda a partir do seu próprio trabalho.

A dinâmica do relógio é descrita no texto de Carrasco (2018) quando a autora descreve as especificidades da economia feminista a partir da ideia de sustentabilidade da vida e as diferenças no uso do tempo entre mulheres e homens. Por meio da discussão realizada por uma destacada teórica da economia feminista e por meio do estudo do caso feito com as mulheres rurais retratadas no texto analisado, é possível traçar as relações entre o debate teórico desenvolvido pela economia feminista e as práticas da MMM.

Além disso, o conceito de tempo foi trabalhado a partir de sua relação com o corpo e o território na publicação analisada no capítulo anterior, mostrando a importância das proposições de atividades que busquem levar as mulheres a refletirem sobre as suas relações com o tempo, que se apresentam de maneira diferente para os homens. Nessa perspectiva, a reflexão sobre o tempo permite às mulheres atribuírem-lhe sentido, considerando a proposta de libertação.

Dessa maneira, elabora-se nos processos formativos da ATER, uma nova forma de entender a economia, o trabalho, e também a possibilidade de se integrar ao mercado de maneira crítica, promovendo a construção e autonomia das mulheres. Além disso, a atenção para as experiências das mulheres é potencializada por meio de trocas de experiências (intercâmbios) entre as agricultoras, como já foi destacado, enquanto prática comum na agroecologia.

Esta articulação pode ser notada desde os espaços auto-organizados por elas até as visitas e mutirões nos lotes de cada uma. Isso proporciona trocas de sementes e mudas e também o compartilhamento de técnicas de plantio e processamento do produto, demonstrando que é possível, também, promover a ruptura do isolamento dessas mulheres, que até então viviam cada uma em seu lote, distante das outras famílias. Por fim, a troca de experiências gera o fortalecimento do coletivo de mulheres, mostrando que, quanto maior o número de mulheres envolvidas, maior é a riqueza do processo de troca de experiências.

É possível notar mais uma vez a dimensão da valorização da experiência feminina por meio de práticas que fortalecem a construção de autonomia a partir do cotidiano das mulheres envolvidas, permitindo a formulação de reflexões sobre a divisão sexual do trabalho.

Outra prática realizada nessa assistência técnica foi o desenvolvimento das cadernetas agroecológicas, que registravam o trabalho das mulheres, incluindo desde os trabalhos domésticos e de cuidados até a mensuração de quanto elas produziam de

alimentos para o consumo familiar e para a comercialização. Isso fez com que as mulheres conseguissem visualizar o próprio trabalho e fossem capazes de valorizar a sua produção. Tal prática sinaliza o funcionamento da conexão do mundo político com a vida das mulheres a partir de seu próprio cotidiano (SOF, 2018).

Por fim, a geração de renda explicita um dos mais importantes resultados alcançados pelas mulheres, inspiradas pelos debates e perspectivas da construção de uma economia que coloque “a lógica da vida em primeiro lugar” (SOF, 2018).

Apesar da sua importância, a utilização dessa metodologia pode ser problematizada a partir da existência de alguns fatores. O primeiro deles era ligado à baixa escolaridade das mulheres rurais, o que dificultava que realizassem anotações. Em segundo lugar, podemos considerar que o hábito de anotar dados sobre a produção e a destinação da mesma, de maneira sistemática, é uma atividade pouco comum, o que exigia um acompanhamento para que as mulheres pudessem preencher as suas cadernetas e retratar ao máximo a realidade. Como se tratou de um projeto com assessoria e com acompanhamento profissional junto às mulheres, as cadernetas funcionaram. No entanto, sem esse acompanhamento, e por livre vontade das agricultoras, é difícil afirmar se a prática seria um sucesso.

Estudos sobre a lógica da família rural, como os de Brandão (1981) e Woortmann e Woortmann (1997), indicam que agricultores e agricultoras utilizam muitas dimensões simbólicas, espaciais e naturais para falar e registrar os alimentos que produzem, consomem e comercializam (mesmo que na forma de eventuais excedentes). Em nenhum destes estudos sobre o campesinato brasileiro, porém, é feita análise da existência do uso de registros formais, escritos, como sendo uma prática das famílias rurais.

Ademais, o controle sobre a produção que é comercializada não é feito completamente pelas mulheres. Como sugerem Siliprandi e Cintrão (2015), analisando a participação de mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) brasileiro, embora elas participem diretamente das atividades da produção, a comercialização “[...] é realizada, na maioria dos casos, com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do homem” (SILIPRANDI; CINTRÃO, p. 12). Produtoras rurais têm, em geral, dificuldades de participar da comercialização em função de suas atribuições de gênero. Isso gera uma situação de subnotificação, já que as mulheres não anotam o que foi colhido e levado para o mercado.

Da mesma forma, um relatório produzido pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que teve origem na Zona da Mata de Minas Gerais e retrata uma experiência de uso de cadernetas por mulheres rurais, aponta que “[...] o ato de anotar a produção não é muito comum na agricultura familiar, menos ainda a produção das mulheres” (FIDA, 2020, p. 23).

Os espaços de socialização entre as mulheres antes da pandemia, como as oficinas, foram as estratégias encontradas pela SOF para promover a formação e a reflexão sobre atuação política das mulheres e sobre a produção agroecológica. Isabelle Hillenkamp e Natália Lobo (2021) nos explicam a importância destes espaços para o exercício da crítica anticapitalista junto às agricultoras, interrompidos durante a pandemia:

Antes da pandemia, as agricultoras da RAMA participavam de projetos e formações feministas organizados em particular pela SOF, que situavam seu trabalho no debate político, destacando seu valor social, ambiental e econômico. Esse tipo de formações e encontros presenciais constituía o espaço chave para vincular a crítica abstrata ao sistema capitalista e patriarcal com a própria realidade. A pandemia o interrompeu (HILLENKAMP; LOBO, 2021, p. 45).

O livro *Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia* (2021) é composto por artigos de diferentes autoras que apresentam o reflexo da pandemia nas experiências de agroecologia com o protagonismo das mulheres. Trata-se de uma apresentação, a introdução “Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19”, de Isabelle Hillenkamp, Natália Lobo e Liliam Telles, em seguida mais três artigos: “Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19”, de Isabelle Hillenkamp e Natália Lobo, “Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG”, de Liliam Telles, Thalita Rody, Nayara Lopes de Castro, Cecília Maria Santiago e Isabelle Hillenkamp. Por último, o artigo: “Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política”, das autoras Rodica Weitzman, Ana Luisa Queiroz, Maria José Carneiro, Fátima Trombini e Aline Lima.

A introdução do livro tratou de explicar a importância das experiências desenvolvidas e a metodologia pela qual as pesquisadoras puderam captar nesse período

de pandemia as experiências das mulheres que protagonizam a agroecologia em suas comunidades.

A metodologia utilizada, conhecida como pesquisa-ação, pode ser definida como uma forma de reflexão sobre a própria prática, com o objetivo de avaliar como ela pode ser melhorada. Para Thiollent, a pesquisa-ação é:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativos (THIOLLENT, 2009, p. 16).

Para Brandão (1998, p. 43), a pesquisa-ação “[...] procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”. Assim, a pesquisa-ação supõe que, além da participação das pessoas “pesquisadas”, existe alguma forma de ação planejada e que seja voltada para resolver uma questão de natureza social ou educacional, especialmente. Por isso, ela é mais um método de investigação de um objeto social, pois supõe a intervenção na realidade a partir da articulação entre distintas formas de conhecimento.

De acordo com Tripp (2005), a pesquisa-ação passou a ser utilizada na década de 1970 com o objetivo de promover conscientização e empoderamento e, a partir dos anos 1980, como um instrumento para a promoção de desenvolvimento rural.

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação (TRIPP, 2005, p. 445-446).

Sobre a relação entre a pesquisa-ação e a produção de teoria, o autor sustenta que as pessoas envolvidas nessa metodologia:

[...] não adotam simplesmente uma teoria “já pronta”, mas que a problematizam pela aplicação (...) e o que se faz em pesquisa-ação é muitas vezes levado a efeito pelo tipo de teorização indutiva que podia ser chamada de “teorização-ação” (TRIPP, 2005, p. 450-451).

No artigo “Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19”, as autoras Isabelle Hillenkamp e

Natália Lobo constroem, a partir de sua introdução, um breve histórico sobre a atuação da SOF no território.

A SOF iniciou, no ano de 2010, projetos para mulheres rurais no município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira e, desde 2015, vem trabalhando no território, voltando-se ao desenvolvimento da agroecologia. A RAMA “[...] é fruto desse processo e reúne os objetivos de desenvolvimento da agroecologia e de autonomia das mulheres” (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 22). Outras iniciativas locais de agroecologia surgiram posteriormente no município, particularmente a chamada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

O município de Barra do Turvo é composto de um centro urbano, bairros rurais e comunidades remanescentes de quilombos, os dois últimos considerados como bairros, onde há a presença da agricultura familiar. No entanto, apenas as comunidades quilombolas possuem uma organização, condição necessária para o processo de reconhecimento institucional da comunidade como remanescente de quilombo, repercutindo assim no grau de organização dos bairros. Entre as referidas repercussões estão o acesso a programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e a inclusão dessas comunidades em redes de apoio institucional e da sociedade civil (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

A RAMA é formada por cerca de 70 mulheres e está localizada em nove bairros, todos eles inclusos na amostra utilizada pela pesquisa que deu origem ao artigo. A proximidade dos territórios considerados urbanos ou rurais favorece uma espécie de migração circular entre campo-cidade-campo, muito comum em Barra do Turvo, principalmente entre pessoas jovens. Isso levanta questões em relação tanto ao futuro desses jovens rurais na cidade, quanto ao desenvolvimento da agroecologia em Barra do Turvo (HILLENKAMP e LOBO, 2021). A pesquisa levou em conta essa dinâmica e entrevistou mulheres de faixas etárias diversas, além de perguntar sobre a participação de pessoas jovens nos trabalhos da casa e da roça.

A pesquisa analisou como a pandemia afetou a saúde, o trabalho doméstico e de cuidado em casa, o emprego e as fontes de sustento econômico, as dinâmicas comunitárias e o acesso às políticas sociais, transformando a vida das agricultoras da RAMA e de suas famílias. Também explorou as respostas desde a agricultura já desenvolvida e as perspectivas de aumento de uma produção diversificada, buscando avaliar também as formas encontradas pelas agricultoras agroecológicas, organizadas em rede, para resistir e se adaptar a esse período, demonstrando sua resiliência.

Através das entrevistas foram analisadas mudanças quantitativas nas produções protagonizadas pelas mulheres. Foram tratados pontos como os motivos das mudanças ligados à pandemia e os motivos não relacionados. Por último, buscou-se captar sobre a tomada de decisão dentro dos lares das agricultoras entrevistadas nesse período de pandemia.

Existem peculiaridades nos modos de vida no campo e na cidade, isso faz com que o efeito da pandemia nos diferentes territórios possa ocorrer também de maneira diferenciada. Por isso as autoras tratam de explicar “como a pandemia acontece numa zona rural” (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 24) a partir das questões referentes ao isolamento social nas comunidades rurais.

Foi registrado um número relativamente baixo de infecções e mortes por covid-19 nas áreas rurais do município em relação aos municípios vizinhos (incidência de 3,1% de casos confirmados e 0,1% de óbitos), que pode ter sido subestimado por, entre outras razões, um certo constrangimento das pessoas admitirem que podem ter se contaminado com a doença. Na RAMA, a pandemia resultou no isolamento das agricultoras nos espaços familiares e comunitários e na reorganização das redes e dos seus aliados necessários para suas fontes de sustento (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

A partir do tópico “A difícil reorganização do sistema de atendimento à saúde e o trabalho de cuidado dos doentes em casa” (HILLENKAMP e LOBO, 2021 p. 26), as autoras explicaram que o atendimento básico à saúde em Barra do Turvo é realizado através do programa Mais Médicos, e desde a substituição dos médicos cubanos pelos médicos brasileiros em 2018, o município, que contava com cinco equipes médicas, passou a contar com apenas quatro, deixando várias comunidades sem atendimento médico. Como consequência, Barra do Turvo entrou na pandemia com um atendimento de saúde sucateado, análogo à situação de muitos outros municípios rurais no Brasil.

Como consequência, muitas pessoas não tiveram qualquer acesso à promoção pública de saúde e permaneceram por quatro meses sem qualquer atendimento, o que gerou uma grande ansiedade para várias agricultoras portadoras de quadros clínicos de saúde que exigem tratamento de rotina, como diabetes, depressão, febres, diarreias das crianças e até possíveis acidentes. Algumas delas também passaram a cuidar de algum membro da família adoecido, sobrecarregando as mulheres que mais uma vez são penalizadas quando o Estado não participa da produção das condições sociais para promover a reprodução social das famílias de trabalhadoras e trabalhadores. As autoras

contam, ainda, que várias das mulheres das comunidades tiveram dificuldade de acesso a remédios de uso controlado, que antes eram trazidos pela equipe de Saúde da Família.

A suspensão das aulas presenciais pela Prefeitura Municipal de Barra do Turvo em março de 2020 fez com que o ensino fosse adaptado para novas modalidades. Nas escolas municipais (que ofertam o nível fundamental de ensino) as lições eram entregues em casa pelos funcionários da escola e o ensino foi realizado à distância. No caso das escolas estaduais (nível médio e anos finais do fundamental), os alunos tinham como optar entre assistir as aulas à distância ou adotar um sistema de ensino por fichas, a serem buscadas na escola e entregues posteriormente (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

As repercussões desse novo modelo de educação imposto pela pandemia na vida escolar dos estudantes e de suas famílias foi considerável, tanto pelo impacto negativo gerado pela dificuldade de buscar os materiais, muitas vezes a cargo das mães, quanto pela falta de interação com as/os professores/professoras. Mães relataram em entrevistas que o desempenho escolar das crianças foi deveras prejudicado, além de uma parcela de jovens ter deixado de estudar. A suspensão das aulas, portanto, interferiu também na rotina das famílias, uma vez que as mães muitas vezes eram quem se responsabilizavam por buscar os materiais na escola, num período em que a frequência de funcionamento das linhas de ônibus foi comprometida e reduzida, sendo necessário percorrer grandes distâncias para o cumprimento dessa tarefa (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

Outra dificuldade relatada pelas mães foi o peso de ajudar os filhos com as tarefas da escola, uma vez que muitas delas possuíam baixa escolaridade. A maior permanência das crianças em casa, sejam elas filhos, netos ou sobrinhos, também impactou na dinâmica doméstica.

No entanto, além de gerar uma maior sobrecarga no que diz respeito ao trabalho doméstico e de cuidados, tido como um efeito negativo, a situação criada pela pandemia possibilitou o envolvimento de jovens com a agricultura, o que foi tido como um desdobramento positivo pelas agricultoras, tanto pela divisão do trabalho quanto pela transmissão dos conhecimentos e saberes relacionados à prática. No entanto, é importante destacar que isso não alterou a lógica imposta da divisão sexual do trabalho nas comunidades (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

Hillenkamp e Lobo (2021) mostram como as fontes de sustento das famílias das agricultoras se modificaram nesse período, revelando como a pandemia trouxe mudanças expressivas nas necessidades e nas fontes monetárias e não monetárias de

sustento das casas das agricultoras da RAMA. Pessoas perderam seus empregos devido ao fechamento de estabelecimentos considerados como serviços não essenciais, pela falta de transporte e/ou pela paralisação do turismo. Houve também o fechamento de feiras, gerando dificuldade de venda de alguns produtos, atividades importantes na geração de renda para essas mulheres e suas famílias.

Com a pandemia, veio também o aumento dos preços de produtos de primeira necessidade. Hillenkamp e Lobo (2021) explicam que a produção de feijão, frutas e hortaliças para consumo próprio contribuiu para diminuir os impactos no orçamento causados pelo aumento dos preços desses produtos.

O auxílio emergencial do governo federal contribuiu significativamente para o sustento de muitas famílias nesse período. Segundo as autoras, das 17 mulheres da RAMA participantes da pesquisa, 12 acessaram o auxílio emergencial. O recurso foi valioso no sentido de enfrentar as adversidades causadas pela pandemia, no entanto, a dificuldade para acessá-lo foi relatada pelas agricultoras como algo negativo, já que parte das mulheres precisou de ajuda de terceiros para acessar o aplicativo que permitia o cadastro no programa federal de concessão do auxílio.

Além disso, programas em nível municipal, como o “Merenda em casa”, tiveram pouco alcance e efetividade, pois, além de oferecer um recurso modesto, não teve continuidade. A síntese de problemas, nesse aspecto, foi relatada pelas autoras:

[...] impossibilidade de se cadastrar pelo aplicativo (falta de internet, erros de sistema incompreensíveis), falta de resposta do aplicativo e da central de atendimento telefônico, ausência de acompanhamento por funcionários do serviço social ou da plataforma da Caixa Econômica Federal, filas enormes de espera no único ponto de saque do município, em muitos casos terminando em esgotamento das cédulas. Dependeram dos filhos ou de outras pessoas da comunidade para conseguir se cadastrar e, em alguns casos, certos membros da família não conseguiram receber o auxílio (particularmente homens, que não estavam cadastrados no CadÚnico). O programa “Merenda em Casa” apresentou problemas mais graves ainda. A maioria das agricultoras da RAMA não conseguiu acesso ao benefício, ou teve acesso a apenas uma das parcelas, ou não tentou (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 31-32).

Neste período, houve situações diversas, tal como a de algumas famílias que foram negativamente afetadas em sua economia pela perda de atividades geradoras de renda e pelo aumento dos itens de consumo básicos. Havia também algumas famílias que, combinando várias fontes de sustento, ainda que temporárias, como o recebimento de auxílio emergencial, alcançaram alguma estabilização econômica, feito alcançado também por meio da valorização e o aumento da produção agrícola, um efeito positivo e

que pode ser duradouro, com a preocupação de manter a diversificação da produção agroecológica (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

As relações de solidariedade entre o campo e a cidade citadas como alternativas importantes frente ao período da pandemia a partir da análise publicada no terceiro capítulo mostra como a RAMA se desenhou sob essa perspectiva de redes campo-cidade mantidas e reforçadas como espaços de solidariedade a partir da comercialização e relações de confiança desenvolvidas.

No que tange à solidariedade, as agricultoras citaram o envio de alimentos sem o aumento de preços e até mesmo doação para familiares na cidade como uma ajuda para enfrentar o aumento dos preços e como proteção frente ao risco de contágio nos supermercados. Ou seja, a rede formada entre campo e cidade proporciona benefícios mútuos para as pessoas envolvidas e abre possibilidades importantes para debater a questão da alimentação, do acesso à terra e da diversidade de alimentos, por exemplo.

Sobre a violência doméstica, nenhuma entrevistada relatou aumento desse fenômeno durante o período, não houve correlação entre violência contra a mulher e a pandemia. No entanto, elas mesmas relatam que “violência doméstica é coisa que mais existe” (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p.30), além disso, uma líder comunitária pontuou que a paralisação das reuniões dos grupos de mulheres, e também de outros espaços comunitários que tematizavam a situação da violência, tornou mais difícil identificar se esses episódios aconteceram (HILLENKAMP e LOBO, 2021). Segundo as autoras:

Em um primeiro momento, as medidas de distanciamento social significaram a paralisação das reuniões em quase todos os espaços comunitários: associações dos quilombos e de moradores de bairros da agricultura familiar, grupos locais da RAMA e de outras iniciativas no campo da agroecologia, grupos da Pastoral das Crianças, bem como as igrejas. A retomada da participação nesses espaços foi gradual e limitada (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 30).

Na produção agrícola, a partir dos princípios da agroecologia, novas áreas produtivas foram abertas no território para a expansão da produção. Assim, a RAMA e a CSA se encontraram para desenvolver os trabalhos fundamentais e para organizar a comercialização de sua produção. Foram feitos também pequenos encontros com as representantes de cada grupo que compõe a RAMA para tratar de assuntos principalmente ligados a programas de vendas institucionais, como é o caso do PAA.

Além disso, nota-se que “o tempo normalmente dedicado às reuniões, particularmente pelas mulheres da RAMA, foi consideravelmente reduzido, liberando tempo para o trabalho agrícola ou para compensar o aumento das tarefas de cuidado e domésticas” (HILLENKAMP, LOBO, 2021, p. 31). Ou seja, as atividades em torno da organização coletiva na produção e comercialização tiveram prioridade e podem ter sido uma resposta importante, no âmbito local, para enfrentar os problemas gerados pela pandemia (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

Estas respostas compõem um conjunto de ações pelas quais foi possível contornar a situação vivenciada, denotando a resiliência das mulheres envolvidas. Uma delas foi o uso da internet para reuniões virtuais entre as agricultoras e as profissionais que acompanham a RAMA. Essa foi uma alternativa encontrada e que se mostrou possível porque já havia sido criado um vínculo entre as mulheres; do contrário, começar um projeto dessa envergadura sem conhecer anteriormente as pessoas e propor sua organização somente por essa via, parece inviável.

Além disso as chamadas “ações de solidariedade” – que consistiam em uma relação entre movimentos sociais, militância e as mulheres agricultoras – conseguiram, através de doações financeiras, comprar alimentos diretamente das agricultoras da RAMA para promover doações às famílias vulneráveis na cidade. O uso da comunicação virtual e os vínculos previamente formados possibilitaram uma rede coletiva para a resolução dos problemas. Segundo as autoras:

O uso intensivo de meios de comunicação virtuais em nível interno (RAMA e SOF) e com aliados políticos permitiu manter as relações interpessoais, apesar do isolamento social, e garantir a continuidade da produção e comercialização da RAMA. Essa rede de afinidade política mostrou-se resiliente na medida em que as fortes relações de confiança construídas antes da pandemia permitiram que os participantes organizassem rapidamente ações coletivas para responder às contingências da pandemia (...) Novos contatos — por exemplo, com movimentos sociais interessados em comprar os produtos das mulheres — também foram tecidos através de relações pessoais (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 34).

Quanto à comercialização, a produção destinada a vendas para grupos de consumo já fazia parte das relações protagonizadas pela RAMA. Os grupos de consumo responsáveis, como são chamados, preocupam-se com a procedência dos alimentos, considerando também as relações envolvidas nos processos de produção entre as pessoas e a natureza. Portanto, os grupos preferencialmente consomem alimentos e

produtos advindos da agroecologia e de organizações de economia solidária, em que a preocupação com relações justas é um fundamento.

Estes grupos, ao verem que as mulheres da RAMA haviam perdido importantes espaços de comercialização durante a pandemia, fizeram campanhas entre pessoas próximas para aumentar o número de consumidores, bem como angariar recursos para comprar alimentos nessas redes e promover doações. Assim, a solidariedade foi a tônica das ações que envolveram a preocupação com a renda e a soberania alimentar das famílias produtoras e consumidoras, fazendo com que os volumes comercializados aumentassem em relação ao período anterior à pandemia (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

Outro aspecto importante a ser destacado nesse período sobre a organização das mulheres foi a realização dos mutirões. Esta forma organizativa para o trabalho entre as agricultoras foi destacada como sendo importante desde as colocações apresentadas no capítulo anterior sobre como o trabalho pode ser organizado coletivamente de maneiras distintas do emprego remunerado monetariamente.

Mutirões são formas de mobilização comunitária, por meio da qual a ajuda mútua entre as famílias permite a realização de atividades que demandam uma quantidade de trabalhadores e trabalhadoras superior à que se encontra disponível nas famílias. De acordo com o Instituto Socioambiental, essa é uma prática tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, que teve o seu Sistema Agrícola Tradicional registrado como patrimônio cultural pelo IPHAN em 2018.

De acordo com o ISA (2017), a prática dos mutirões – ou “puxirões”, como são chamados pelas pessoas mais idosas em algumas comunidades – “implica autonomia e horizontalidade nas relações entre cada família” e, como formas coletivas de trabalho:

[...] são importantes porque promovem encontros, socializam as crianças em um coletivo maior que a família, fortalecem a rede de solidariedade comunitárias por meio da troca de conhecimentos, “causos”, além de criarem ambientes propícios para novas uniões entre as famílias (ISA, 2017, p. 41-42).

Além disso, outro aspecto importante que foi levantado é o da diversificação da produção. A partir do momento em que houve um aumento da demanda pelos alimentos, preocupou-se em não especializar a produção em determinados gêneros em detrimento de outros menos conhecidos. Ao contrário, oferecer alimentos pouco convencionais e ricos em substância para fortalecer os intercâmbios possíveis na relação

campo e cidade permite manter uma produção diversificada e vai de acordo com as ideias colocadas sobre as resistências nas comunidades, fortalecendo também a soberania alimentar, como exposto:

Essa capacidade da RAMA foi construída ao longo dos anos, com o apoio da SOF e de articulações mais amplas, como o Grupo Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), através de múltiplas ações que visaram valorizar a produção agrícola diversificada mantida por mulheres desde a ótica da soberania alimentar. Enquanto a modernização agrícola focou na especialização produtiva direcionada ao aumento do rendimento a curto prazo, em programas que visavam homens considerados chefes de família, a abordagem feminista da agroecologia valorizou a produção diversificada, voltada para o cuidado socioambiental e realizado principalmente por mulheres (ZULUAGA et al., 2018, apud HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 37).

As autoras problematizam a questão da divisão sexual do trabalho durante a pandemia, uma vez que a experiência junto às mulheres demonstrou que a presença de mais membros da família em casa não implicou em melhor divisão do trabalho doméstico e de cuidados. Na verdade, estes trabalhos acabam sendo assumidos também pelas filhas, o que mostra que o lugar dos homens e das mulheres na produção e reprodução, conforme apontado desde o primeiro capítulo, não se alterou. Pessoas mais jovens na família se inseriram na produção rural por não estarem frequentando as aulas, na maioria os meninos, mostrando que o aspecto geracional apresentou modificações. Da mesma forma, os homens que também tiveram empregos comprometidos passaram a contribuir nessa produção. No entanto, o trabalho doméstico e de cuidados não era feito por eles (HILLENKAMP e LOBO, 2021).

No que diz respeito à tomada de decisões, as mulheres tiveram mais voz e apoio dentro da família por terem sido elas as protagonistas na abertura de novos canais de comercialização, diferença que foi notada pelas pesquisadoras como algo positivo a partir da valorização sobre o trabalho realizado pelas mulheres, que no aspecto da produção para o autoconsumo é ainda pouco observada. Segundo Hillenkamp e Lobo (2021):

As mulheres foram responsáveis pela abertura de novos canais de vendas e por uma organização da produção que expandiu a comercialização, gerando um aumento da renda familiar. Isso fez com que alguns homens companheiros dessas mulheres apoiassem essas iniciativas, manifestando inclusive um gosto por poderem participar mais da produção familiar, que só foi possível graças aos caminhos abertos por elas. O fato de que esse apoio apareceu com mais força apenas quando as mulheres passaram a comercializar em grande volume sugere que a produção que elas já vinham

realizando para o autoconsumo não era reconhecida pelos homens (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 44).

As autoras têm uma percepção crítica quanto à absorção dos conteúdos políticos envolvidos nas práticas apresentadas durante a pandemia. As questões colocadas nesse período sobre a importância da agroecologia como alternativa política frente ao modelo capitalista, e mesmo o entendimento sobre a política envolvida nas decisões durante a pandemia, não foram consideradas da mesma forma pelas agricultoras participantes da pesquisa, conforme o exposto:

Nossas entrevistas mostraram que esses debates, que atualmente acontecem em espaços virtuais alternativos animados principalmente por movimentos sociais e algumas universidades, chegam às agricultoras da RAMA de forma limitada, geralmente na forma de repasse de informação por lideranças locais ou pelas técnicas da SOF no grupo de WhatsApp da rede. Em geral, as agricultoras não relacionaram esses debates com a própria realidade e o próprio trabalho. Nas entrevistas, sua leitura da origem da pandemia foi principalmente factual, por exemplo, traçando sua propagação a partir da China, e religiosa. Face à angústia gerada pela pandemia, muito pelas imagens transmitidas na televisão que as tornam “tristes” e até “paranoicas”, a maioria das agricultoras acompanham missas e programas em canais ligados às igrejas. Esses programas encorajam comportamentos mais responsáveis e solidários, ao mesmo tempo que veiculam uma leitura da pandemia como uma prova de Deus que pode, em certos casos, sobressair a uma leitura política (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 45).

Sob essa perspectiva, somadas às reflexões realizadas no capítulo anterior, podemos observar como os valores comunitários precisam ganhar um viés político que é possível através da intervenção de atores externos a essa comunidade, inseridos em organizações diversas, movimentos sociais, além de pesquisas acadêmicas comprometidas com a transformação social.

A crítica feminista, a partir da atuação nos territórios, deve reconhecer, por sua vez, processos genuínos de organização coletiva e levar a sua importância política para dentro e para fora da comunidade. Não basta reconhecer nas comunidades os processos organizativos presentes, mas potencializá-los para que a própria comunidade reconheça essa importância, sendo uma alternativa viável a partir dos princípios da economia feminista. Essa relação foi colocada ao final do artigo, nas seguintes palavras:

Politizar as respostas práticas que foram construídas pelas agricultoras agroecológicas — da RAMA e de outros coletivos feministas e agroecológicos locais — e seus aliados desde o início da pandemia é um passo necessário para aprofundar os avanços, especialmente através da renegociação — sempre lenta e difícil — da divisão sexual do trabalho. A denúncia do conflito capital/vida que ameaça a reprodução da vida em escala

do planeta, a valorização do trabalho de cuidado socioambiental realizado em grande parte por mulheres subalternas e a afirmação concreta de alternativas foram reiteradas pela crise atual. A gradual saída do isolamento social deve possibilitar a renovação das energias coletivas necessárias para politizar e aprofundar as ações engajadas (HILLENKAMP e LOBO, 2021, p. 48).

Modificar a divisão sexual do trabalho deve ser mais que suscitar reflexões acerca do tema, por mais que essas sejam fundamentais. Portanto, além do desafio de politizar os conteúdos concernentes à vida cotidiana, deve-se avançar o debate sobre os conceitos por meio da organização de grupos localizados em determinados projetos para pensar maneiras de massificar a politização dos conteúdos em toda a sociedade. Dessa maneira, podemos refletir que o desafio colocado para a militância da MMM, representada nas publicações da SOF, está em massificar seus conteúdos e formulações de práticas que questionam a organização da divisão sexual do trabalho no capitalismo. Isso se dá principalmente através das propostas que têm como um princípio a autorganização das mulheres, como apontado no primeiro capítulo. No entanto, observamos que as propostas ainda têm um limite, no sentido de estarem localizadas em grupos específicos ligados a projetos nos quais a SOF tem participação.

Cabe ainda colocar que o presente trabalho foi desenvolvido ao mesmo tempo em que a MMM construía sua atuação no período de pandemia, sejam por meio das ações de solidariedade, debates e encontros virtuais, sejam por meio das publicações da SOF. Nesse sentido, destacamos que uma importante publicação que trata do período analisado foi lançada em dezembro de 2021, e por isso não pôde ser efetivamente incluída no trabalho, já que o mesmo se encontrava em fase de finalização. Trata-se da cartilha “Mulheres em movimento sustentam a vida: as ações de solidariedade da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil” (2021). Link: <https://www.sof.org.br/mulheres-em-movimento-sustentam-a-vida-as-acoes-de-solidariedade-da-marcha-mundial-das-mulheres-no-brasil/>

No entanto, a partir do material analisado nesse capítulo e no anterior, já foi possível considerar a existência de importantes ações que trataram da solidariedade e que também foram destacadas nessa publicação recente. Além disso, foram destacadas também as parcerias em que a MMM esteve envolvida com outros movimentos sociais e sua leitura através da economia feminista sobre o capitalismo patriarcal e racista no que foi colocado sobre a intensificação do conflito capital versus vida durante a pandemia.

A economia feminista é uma bússola que aponta a necessidade de colocar a sustentabilidade da vida no centro das práticas de resistência e das propostas de transformação. Na prática, isso significa fortalecer as iniciativas de solidariedade que reconstruem e reforçam os laços de comunidade e a autogestão da vida em comum; visibilizar, denunciar e proteger as mulheres que vivem em situação de violência; fortalecer e apoiar as mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores por direitos e por melhores condições de trabalho; conectar a reivindicação de políticas públicas de combate à crise com a luta por transformações urgentes em nossa sociedade.” (MMM, SOF, 2021 p. 39)

Ademais, nessa publicação, foi feita uma sistematização sobre as principais características dessas ações de solidariedade, já explicadas anteriormente. As ações foram realizadas em 18 estados e segundo a publicação puderam fortalecer as relações coletivas e comunitárias no campo e cidade

Distribuição de alimentos agroecológicos, cestas básicas, kits de higiene, máscaras de proteção e informativos. Produção de máscaras de tecido e sabão artesanal, construção e fortalecimento de hortas e cozinhas comunitárias, apoio a grupos da economia solidária e de produção agroecológica. Formação de grupos e articulação de iniciativas para geração de renda e autonomia econômica para as mulheres. Com a solidariedade feminista, colocamos a sustentabilidade da vida no centro da nossa agenda política, fortalecendo a auto-organização das mulheres, a agroecologia, a economia solidária, as alianças entre os movimentos sociais e a relação entre o campo e a cidade.” (MMM, SOF, 2021, p. 7)

Tais pontos foram salientados na intenção de demonstrar a importância da economia feminista nas ações e debates da MMM expressas nas publicações SOF nesse período de pandemia de covid 19. Além disso, demonstram a preocupação com os debates já levantados a respeito dos desafios colocados sobre a relação campo e cidade, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade da vida. Por fim, as reflexões sobre o período atual, mostram que a produção e o acesso aos alimentos podem ser um elemento fundamental para se pensar outras relações humanas e produtivas, ou seja, cuja sustentabilidade da vida seja o foco da sociedade como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise da reprodução social está tomando dimensões insustentáveis e com maior intensidade na pandemia de covid-19. Na medida em que cada vez mais as políticas de ajustes neoliberais retiram direitos da classe trabalhadora, na mesma proporção aumenta a sobrecarga das mulheres na reprodução social, com o trabalho doméstico que envolve cuidados, afeto, bem-estar e saúde emocional.

No capitalismo, a queda real dos salários e a distribuição desigual do trabalho reprodutivo implicam, de um lado, o aumento da jornada de trabalho com suas condições precárias e, de outro, uma necessidade maior da presença das mulheres no âmbito doméstico. Isso caracteriza uma tensão irreconciliável que se desdobrará nas análises a respeito do conflito capital-vida.

Buscou-se articular a teoria feminista marxista e suas explicações com a teoria da reprodução social para entender as questões fundamentais existentes na economia feminista. Além disso, trouxemos um breve histórico sobre o neoliberalismo com o objetivo de explicar sobre qual período histórico e social estão localizadas as concepções da MMM representadas nas publicações da SOF e sobre o que trata a crítica ao seu modelo.

A Marcha Mundial das Mulheres, representada pela SOF nas publicações, se afirma como um movimento que se diferencia por sua atuação em diferentes territórios, tendo princípios claros sobre suas reflexões e ações, não se limitando às possibilidades institucionais de reivindicação da pauta feminista. O movimento considera a diversidade de mulheres e contextos e apreende cada vez mais sobre a realidade através dos intercâmbios de conhecimentos entre as mulheres em encontros e debates. Este é um processo rico que precisa ser relevado na composição do quadro de análises sobre os movimentos feministas da atualidade, bem como a sua produção teórica deve ser considerada pela academia.

A MMM vem se reafirmando de diferentes maneiras e buscamos mostrar como isso está expresso nos materiais publicados pela SOF, que a considera como um importante movimento por sua forma organizativa dinâmica e suas ações ousadas em pautas e maneiras de refletir sobre a realidade, de maneira a negar as imposições do que se entende por capitalismo patriarcal e racista.

A Sempreviva Organização Feminista cumpre um importante papel dentro da MMM, representando a mesma em suas publicações e atividades, já tendo sido

responsável também pelo secretariado internacional, na organização de encontros, seminários nacionais, publicações de diversos níveis, sejam informativos, livros, cadernos de texto com artigos e cartilhas, se responsabilizando pelo estabelecimento de parcerias para as ações realizadas pela MMM. Também se responsabiliza pela produção de material audiovisual disponíveis em seu canal do *Youtube* e outras plataformas de mídia.

A produção de materiais, principalmente os teóricos, como já apontamos desde a Introdução, construiu uma relação cujas representações têm um importante papel. Por meio de suas publicações a respeito da MMM, a SOF demarca uma importante posição na construção de um feminismo combativo e anticapitalista. Sendo parte da MMM, a SOF não consegue representar o todo da organização, mas seu diálogo teórico e prático permite que existam importantes trocas e mostra de que maneira a SOF é importante na tentativa de dar coesão aos debates dentro da MMM. Temos, portanto, uma organização que fala de si mesma. No entanto, questionamos: de que outras maneiras a MMM seria ouvida pela sociedade, se não por meio desse tipo de representação realizada pela SOF?

A Marcha Mundial das Mulheres afirma-se como um movimento antissistêmico e, assim, busca diferenciar-se dos outros campos do feminismo. Nesse Movimento, como vimos, é priorizada a construção de alianças com grupos e organizações que compartilham de sua visão, a exemplo da articulação entre Agroecologia e Economia Solidária. As críticas realizadas ao capitalismo através da economia feminista mostram as desigualdades no sentido de que a maioria das mulheres, principalmente as mais pobres, segue realizando o trabalho doméstico e de cuidados, enquanto algumas poucas conseguem ascender a postos de trabalho antes inimagináveis na vida das mulheres, denotando o compromisso de classe presente na economia feminista produzida pela MMM representada nos materiais da SOF.

Para a MMM, por meio da SOF, a superação das desigualdades de gênero requer um esforço de compreensão que exige o entendimento sobre como funciona o sistema capitalista e por isso são fundamentais ao movimento as leituras da economia feminista. É o conteúdo da economia feminista que garante radicalidade aos seus debates e proposições teóricas, a partir do compromisso político presente na proposta de superação do modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade pautada na sustentabilidade da vida em que a reprodução social, menosprezada no capitalismo patriarcal e racista, seja o foco de uma nova organização social.

Elaborar o capítulo sobre a MMM deu ao presente trabalho uma dimensão ainda mais ampla sobre o movimento do qual a sua autora já fez parte. Foi através da pesquisa que surgiu o interesse de acessar documentos sobre a história do movimento, até então pouco conhecidos. É esperado que essa contribuição sirva para suscitar também mais estudos sobre este movimento feminista em seus mais de 20 anos de história, bem como seus desenvolvimentos teóricos e práticos a partir da sua proposta política anticapitalista a partir da economia feminista.

Ainda a respeito da economia feminista, identifica-se que a maioria das publicações disponíveis em português e espanhol que também dizem respeito à MMM são da SOF em parceria com a REMTE, sendo também as principais referências utilizadas nos artigos que versam sobre a temática no Brasil e América Latina. Assim, sua utilização é estratégica no sentido de fazer a crítica ao capitalismo e considerar a importância das experiências das mulheres na construção de uma sociedade tendo como foco a sustentabilidade da vida, conceito constitutivo do compromisso político das análises da MMM e representada nas publicações da SOF. As mudanças de foco para uma economia com o objetivo claro quanto à construção da sustentabilidade da vida é central para dar um conteúdo propositivo às desigualdades apresentadas na vida das mulheres. Portanto, trata-se de denunciar a realidade desigual e anunciar possibilidades de transformação social.

Durante a pandemia, os materiais desenvolvidos mostram que a aposta política e prática alternativa ao capitalismo a partir da agroecologia tem uma importância considerável. A prática escolhida para análise (sobre a atuação das mulheres rurais na prática da ATER em agroecologia no vale do Ribeira) é apenas uma possibilidade de exercício do compromisso político colocado pela economia feminista. As ações de rua, abordadas no segundo capítulo, também são uma possibilidade, bem como a própria produção de material teórico pode ser considerada uma ação importante na disputa de ideias nas lutas de representação em vários âmbitos.

A experiência apresentada, portanto, mostra como a economia feminista no Brasil tem elaborado seus próprios diálogos e práticas com o objetivo comum de gerar autonomia econômica na vida das mulheres. Isso não significa, porém, que exista um consenso no movimento sobre os conceitos, até mesmo porque a apropriação do debate pelas mulheres inseridas nos projetos e na própria Marcha não é linearmente produzido e nem se dá no mesmo ritmo.

Há, ainda, uma série de materiais sobre a agroecologia que não foram objeto deste trabalho, mas que levantam pontos importantes sobre a construção de uma “agroecologia feminista” como alternativa a ser considerada na construção de autonomia na vida das mulheres – o que pode ser parte do que foi mencionado como recampezinação feminista. Existem, também, outras práticas a respeito de comercialização a partir dos princípios da economia solidária que compõem a estratégia colocada na atuação da SOF.

A economia feminista na MMM, representada nos materiais da SOF, tem o diferencial teórico colocado a partir de seu compromisso político. Como já foi destacado, isso é importante também para se buscar metodologias de pesquisa que consigam elaborar e rever conceitos pelo viés de sua prática; a Pesquisa Ação mencionada no último capítulo se mostrou acertada sobre essa perspectiva. No entanto, seus limites mostram como, na prática com mulheres rurais, a absorção do conteúdo político em sua vivência é um desafio constante. A politização das questões cotidianas como estratégia mostra como as elaborações teóricas precisam dar conta de se fazer presentes na realidade das mulheres populares, pois não adianta ter uma teoria qualificada em seus conteúdos que não consiga ser compreendida pelas mulheres populares, fora dos círculos de estudo.

Este é um grande desafio. A possível coesão do debate a respeito da economia feminista entre militantes e mulheres que são público alvo de ações da SOF e MMM está em movimento e pode encontrar caminhos para sua construção.

Médicos e economistas são profissionais que, nesse período de pandemia, tiveram suas opiniões consideradas sobremaneira. No entanto, se podemos inferir que uma mesma doença foi identificada, os tratamentos recomendados não formam um consenso. Para os economistas que defendem o capitalismo, ou mesmo que apenas acreditam que existam leis de mercado, a economia opõe-se à vida. A economia feminista busca justamente desfazer essa dicotomia para apresentar um quadro em que a sustentabilidade da vida seja a proposta de reorganização do sistema econômico.

A relação entre estudos acadêmicos e militantes sendo vivenciada e pesquisada nessa oportunidade também pode abrir caminhos para que mais militantes se atreiam a levar suas questões às pesquisas acadêmicas, bem como pode chamar a atenção das pesquisadoras feministas para a diversidade de temas que podem ser abordados a partir da atuação da MMM representadas nos materiais da SOF.

Reconhecer que esta pesquisa teve seus caminhos desenvolvidos a partir de uma posição política feminista é um passo importante para que esta modesta contribuição possa quem sabe, instigar outras várias mulheres a não se limitarem por áreas de conhecimento, nem pela ciência androcêntrica que, por vezes, nega as contribuições feministas. É necessário subverter o mundo, mas isso só é possível à luz do conhecimento, e para que essa luz seja cada vez mais forte, é necessário subverter o próprio conhecimento, abrindo formas e possibilidades de pesquisas que considerem as experiências, a vida e as reflexões a partir da vivência cotidiana das mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 267-310, 2002.

ARAUJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

ARAUJO, Anna Bárbara. **Gênero, profissionalização e autonomia**: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas. Rio de Janeiro: 2015. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/34/teses/834968.pdf>

ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo**; entre casamentos e divórcios. Lisboa: Ed. Combate, 2010.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: Um Manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n. 16, p. 37-69, março/ago. de 2020

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. ABREU, A.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Org.) **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 137-146.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M.; HECKSHER, M. D. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes? In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, **IPEA**, n. 69, p. 55-63, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36187&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36187&Itemid=9). Acesso em 09/08/2021

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo, n. 6, set. de 1994.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04\\_Bhattacharya.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf). Acesso em 09/08/2021.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOHN, L.; CATELA, E. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica da área entre 1990 e 2015. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 20, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANPEC/Sul, 2017.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 7-14.

\_\_\_\_\_. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRUSCHINI, C. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. de 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, p. 331-353, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set/dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2008, p. 42-87.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 157-196, 2002.

CARRASCO, C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.

\_\_\_\_\_. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. L.; TITO, N. (Org.). **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008, p. 91-104.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003, p. 11-49.

CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C.; TORNOS, T. **El trabajo de cuidados**: historia, teoría y políticas. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.

CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, v. 1. 1990.

COELHO, S. Em 2020, nós mulheres lutamos para sustentar a vida. **Artigos Coluna Sempre viva**, São Paulo, 15 de dez. de 2020. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2020-mulheres-sustentaram-vida/>. Acesso em 07/08/2021.

DEBERT, G. G. Migrações e o Cuidado do idoso. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 46, p. 129-149, 2016.

DUMENIL, G.; LEVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

EMPREGADAS são obrigadas a ficar na casa dos patrões “enquanto a pandemia durar”. **Jornal Correio do Nordeste**, 10/04/2021. Disponível em <https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2021/04/12049960-empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar.html>. Acesso em 07/08/2021

FARIA, N.; MORENO, R. A trajetória das mulheres na luta contra o livre comércio e pela construção de alternativas. In: **Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: SOF, 2008, p. 11-26.

FARIA, N.; NOBRE, M. Apresentação. In: FARIA, N.; NOBRE (Org). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002, p. 7-9.

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo**, Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2018.

\_\_\_\_\_. **Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2004.

FONTOURA, N; PINHEIRO, L.; GALIZA, M. et al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.11-46, 2010.

FRASER, N. Las contradicciones del capital y los cuidados. **New left review**, v. 100, p. 111-132, out. de 2016.

\_\_\_\_\_. Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser. **Perspectivas**, São Paulo, v. 49, p. 161-185, jan./jun. de 2017.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 3 (73), p. 811-844, agosto-dezembro 2021. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n3art02>

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020**. Salvador: FIDA, 2020.

GODINHO, T. Apresentação. In: SILVEIRA, M; TITO, N. (Org). **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: SOF, 2008, p. 5-11.

GOWAN, P. **A roleta global**: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao *homo economicus*. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105-134, ago./dez. 2018.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 59-77, 2016.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A.; BARONE, L.S. B. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 90, p. 17-38, 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Novo imperialismo**. Edições Loyola, 2004.

HILLENKAMP, I, LOBO, N. Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da covid-19. In: NOBRE, M. **Um meio tempo preparando outro tempo**: Cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: SOF, 2021, p. 22-48.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, jan./jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 17-18, p. 139-156, 2001.

\_\_\_\_\_. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero. In: **Análise**, n. 7, Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2015.

\_\_\_\_\_. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, p. 15-22, 2011.

\_\_\_\_\_. Teorias e práticas do "care": Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010, p. 42- 56.

HIRATA, Helena; DEBERT, G. G. Apresentação, Dossiê Gênero e Cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, jan./abr. de 2016.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, N. A. Introdução. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-12.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, N. A.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.).

**Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012, p. 79-102.

HIRATA, Helena; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org). **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003, p. 111-123.

\_\_\_\_\_. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. de 2007.

\_\_\_\_\_. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero: Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos - NAEA**, v. 11, p. 39-50, 2008.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: TEIXEIRA, M.; EMÍLIO, M.; NOBRE, M. (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 65-69.

HOBBSAWM. Eric J. **A era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. IBGE divulga Indicadores Demográficos e de Saúde. **Censo 2010**, [S. l.], p. -, Brasil, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1445&t=ibge-divulga-indicadores-demograficos-saude&view=noticia>. Acesso em: 17 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. PNAD Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. **Agência IBGE Notícias**, [S. l.], p. -, 18 maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 17 mar. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, Brasil, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12893](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12893). Acesso em 07/08/2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – SP**. Outubro de 2017. Volume I. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA\\_relac\\_1\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_relac_1(1).pdf). Acesso em 09/08/2021

KERGOAT, D. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KEYNES, J. M. O fim do laissez-faire. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **John Maynard Keynes**. São Paulo: Ática, 1984, p. 106-126.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C.; DA CRUZ, G. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho: rumos da formalização. In: ABREU, A.; HIRATA, H; LOMBARDI, M. R. (Org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: Perspectivas interseccionais. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016, p. 93-122.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MACHADO, M. D. C; BARROS, M. L. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 20, p. 369-383, 2009.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). **Documento das Américas no encerramento da 5ª Ação Internacional da MMM**. Brasil, 16 out. 2020. Disponível em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/documento-das-americas-no-encerramento-da-5a-acao-internacional-da-mmm/>. Acesso em 07/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Autonomia econômica das mulheres**. Brasil, [s. d.] Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/autonomia-economica-das-mulheres>. Acesso em 08/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Bem comum e serviços públicos**. Brasil, [s. d.] Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/bem-comum-e-servicos-publicos/>. Acesso em 08/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Feminismo em movimento**: caderno de apresentação da marcha mundial das mulheres. São Paulo: SOF, 2019. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livreto-MMM-reedi%C3%A7%C3%A3o-web.pdf>. Acesso em 09/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Fim da violência contra as mulheres**. Brasil, [s. d.] Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/fim-da-violencia-contras-mulheres/>. Acesso em 08/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Paz e desmilitarização**. Brasil, [s. d.] Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/paz-e-desmilitarizacao/>. Acesso em 08/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Quienes somos**. Espanha, 23 mai. 2007. Disponível em: [http://www.marchemondiale.org/qui\\_nous\\_sommes/es](http://www.marchemondiale.org/qui_nous_sommes/es) Acesso em 10/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Ações internacionais**. Brasil, [s. d] . Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>. Acesso em 10/03/2019

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco, a masculinidade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, janeiro-junho de 2001. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2658/2195>. Acesso em 13/01/2022.

MATTOS, Patrícia. Feminismo anticapitalista: articulando teoria e prática. **Revista Estudos Feministas**, vol. 30, n.1, e72837, 2022.

MONTEIRO, Joana. **Quem são os jovens nem-nem?** Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, setembro de 2013. Texto de Discussão, 34. Disponível em [https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/quem-s\\_o-os-jovens-nem-nem\\_0.pdf](https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/quem-s_o-os-jovens-nem-nem_0.pdf)

MORAES, Livia de Cássia Godoi; ESQUENAZI, Arellys. Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (Org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020.

MORENO, R. A economia na agenda política do feminismo. In: MORENO, R. (org.) **Feminismo, economia e política: Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2014, p. 29-54.

NASSIF, André. O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje. 49º Encontro Nacional de Economia da Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), 6 a 10 de dezembro de 2021 (formato online). **Anais...** Disponível em [https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files\\_I/i2-8131f48c2e25cf8adf6a27037f6cd3cb.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/i2-8131f48c2e25cf8adf6a27037f6cd3cb.pdf). Acesso em 22/12/2021

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Doméstico**. Brasília, jun. 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm%20acesso%20em%2020%20de%20fevereiro%202019>. Acesso em 07/08/2021.

OROZCO, A. P. **Perspectivas feministas en torno a la Economía: el caso de los cuidados**. Madrid: Consejo Económico y Social, Colección Estudios, 2006.

PANDEMIA torna mais vulneráveis trabalhadoras domésticas, concluem debatedores. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 10/05/2021. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/757326-pandemia-torna-mais-vulneraveis-trabalhadoras-domesticas-concluem-debatedores/>. Acesso em 07/08/2021.

PICCHIO, A. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012, p. 13-28.

\_\_\_\_\_. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. **Temáticas**, v. 26, n.52, p. 69-103, 2018.

PIMENTA, S. D. C. **As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2018.

PINHEIRO, L. S., JUNIOR, A. T. L., FONTOURA, N. O. et. al. (Org). **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: IPEA, 2016. Nota Técnica n°. 24

PINTO, C. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-613, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PULEO, A. H. Anjos do ecossistema? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012, p. 29-50.

REGHIM, Mariane Silva. Ciência, gênero e teoria: reflexões além da exclusão e inclusão. 44º Encontro Anual da Anpocs [online], 01 a 11/12/2020. **Anais...**, 2020. Disponível em

<<https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjQ3NjEiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiYTJmZTRhOWI5YzRkMTJjMDVjZGExY2MzODRjMjM4ZjMiO30%3D>>. Acesso em 13/01/2022.>. Acesso em 21-01-2022

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWENGBER, A. M. Economia solidária de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M. et. al. (Org). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **4ª Ação Internacional da MMM marca resistências e alternativas das mulheres brasileiras**. Brasil, 22 out. 2015. Disponível em: <https://www.sof.org.br/acao-internacional-mmm/> Acesso em 09/08/2021

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MORENO, R. (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2014, p. 5-9.

\_\_\_\_\_. Conheça a SOF. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010, p. 75.

\_\_\_\_\_. **Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida** – nós mulheres seguimos em luta! São Paulo: SOF, 2017.

\_\_\_\_\_. **Feminismo em marcha para mudar o mundo**: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. São Paulo: SOF, 2015.

\_\_\_\_\_. **Práticas feministas de transformação da economia**: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018.

\_\_\_\_\_. **Quem somos?** Brasil, [s. d.] Disponível em <https://www.sof.org.br/a-sof/#quemsomos>. Acesso em 08/08/2021.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF); COLECTIVA XXK – FEMINISMO, PENSAMENTO, ACCIÓN. **Juntas e misturadas**: explorando territórios da economia feminista. São Paulo: SOF, 2021.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2015.

SORJ, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M; TITO, N. (Org). **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008, p. 77-90.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 449-489.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TORNQUIST, Carmen S.; FLEISCHER, Soraya R. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100016>.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez. de 2005.

TRONTO, J. C. **Moral boundaries**: A political argument for an ethic of care. London: Psychology Press, 1993.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.